UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

PROJETO DE PESQUISA:

PARQUE MADUREIRA E OS USOS DO "PRÓPRIO" NAS DINÂMICAS SOCIAIS

SIMONE VICENTE CORREIA DE OLIVEIRA

NITERÓI
2017

SIMONE VICENTE CORREIA DE OLIVEIRA

PARQUE MADUREIRA E OS USOS DO “PRÓPRIO” NAS DINÂMICAS SOCIAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

ORIENTADOR: Prof. Dr. JOÃO LUIZ PEREIRA DOMINGUES

NITERÓI

2017

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

O48 Oliveira, Simone Vicente Correia de.
Parque Madureira e os usos do "próprio" nas dinâmicas sociais / Simone Vicente Correia de Oliveira. – 2017.
165 f. : il.
Orientador: João Luiz Pereira Domingues.
Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, 2017.
Bibliografia: f. 158-164.

1. Parque Madureira (Rio de Janeiro, RJ). 2. Subúrbio. 3. Propriedade. 4. Espaço urbano. I. Domingues, João Luiz Pereira. II. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Arte. III. Título.

Bibliotecário: Nilo José Ribeiro Pinto CRB-7/6348

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos meus pais, parceiros da vida, Nair Vicente e Antônio Carlos Oliveira pelo apoio, por acreditar e incentivar todos os meus passos.

Às minhas tias Zefa, Selma, Judith e Wanda pelo carinho e respeito.

Ao orientador João Domingues pela amizade e confiança e, sobretudo, por me guiar por todo esse processo equilibrando as demandas ao afeto e ao incentivo.

Aos membros da banca, pela sua pronta disponibilidade e contribuições assertivas e cuidadosas, Orlando Santos Jr.; Rôssi Alves, presente em todas as etapas desta aventura; Ana Lúcia Enne, por 'acender várias luzinhas'.

Ao corpo docente do Ppcult pelo seu comprometimento, à Márcia e Dulce pelo cuidado e presteza.

A toda equipe do projeto 'Territórios Criativos/Madureira' por compartilhar as vivências e os desafios de investigar Madureira.

Aos colegas de turma e do Ppcult com os quais tive o prazer de dividir essa história, sonhos, frustrações e esperanças no futuro – demonstração viva que academia também se constrói na base do afeto.

Aos amigos de toda vida por vibrar, incentivar, pelo interesse, pela torcida, por entender as ausências e aturar as conversas monotemáticas: Ana Luiza Menezes, Renata Fernandes, Bruno Ennes, Renata Barros, Elza Ibrahim, Erika Cândido, Janaína Oliveira, DMC.

Resumo

A proposta desta dissertação é investigar as tensões entre a produção de sentidos sobre os espaços e a sua materialidade presentes na construção do conceito de subúrbio e seus equipamentos. A pesquisa parte do questionamento sobre a sensação de propriedade atribuída aos bens sociais raros como forma de disputas sociais entre as classes. Averiguamos que a partir da distinção baseada nos aspectos culturais, étnicos, no local de residência e modos de vida, a cidade é apropriada de forma segmentada pelos diferentes grupos. As transformações no território atualmente conhecido como Parque Madureira servem de fio condutor para análise desses jogos.

Palavras chave: subúrbio, Parque Madureira, propriedade, espaço urbano, táticas

Abstract

The purpose of this dissertation is to investigate the imbrications between the production of meanings about the spaces and their materiality used in the construction of the suburban concept and its equipments. The research starts from questioning about the sense of ownership attributed to rare social goods as a form of social disputes between classes. We perceive that because of the distinction based on cultural, ethnic, residence and ways of life, the city is utilized segmented by different groups. The transformations in the territory, now known as Parque Madureira, serve as a guide for the analysis of these contests.

Keywords: suburban, Madureira Park, property, urban space, tactics

SUMÁRIO

Lista de figuras........ 5

Introdução 7

1. Da formação do conceito carioca de subúrbio ao bairro de Madureira.....13
1.1 A Re(construção) do sentido de 'subúrbio' 15
1.2 A higienização física e moral do Centro do Rio.....19
1.3 O subúrbio ferroviário e a *descentralização* dos pobres.....23
1.4 A capital do subúrbio da Central.....32

2. Propriedade e desapropriações.....39
2.1 No início, uma cerca..... 40
2.2 O surgimento da horta da Vila das Torres.....45
2.2.2 O contato com o campo de pesquisa.....48
2.3 Propriedade cambiante.....53
2.4 O planejamento urbano da cidade é o planejamento para os Jogos Olímpicos?.....60
2.5 Desapropriações.....74
2.6 Já não se encontram bertalhas.....80
2.7 Apêndice.....88

3. Propriedade, apropriações e reapropriações 90
3.1. Os sentidos invocados no nome 'parque'.....91
3.1.2 A terceira maior área verde da cidade.....97
3.2 A mimese da Zona Sul.....110
3.2.1 A praia de Madureira 117
3.3 Um presente para o subúrbio.....125
3.4 Os frequentadores do Parque Madureira.....128
3.5 Os frequentadores no Parque Madureira.....132
3.6 A reapropriação como tática 140
3.7 O fluxo e o fixo do corpo suburbano.....143
3.8 Posse e ausência no jogo da distinção.....147

Conclusão.....154

Índice de entrevistas.....157

Referências bibliográficas.....158

Lista de Figuras

Figura 1 Zonas do Decreto no 1.185, de 5 de janeiro de 1918.....27

Figura 2 Zoneamento do Plano Agache de 1930 28

Figura 3 Áreas de Planejamento cidade do Rio de Janeiro.....30

Figura 4 As grandes baixadas da cidade do Rio de Janeiro e suas rotas de acesso XX.....32

Figura 5 Linha ferroviária e a Vila das Torres.....46

Figura 6 Detalhe da horta da Vila das Torres.....46

Figura 7 Vista aérea da Vila das Torres, em 2009.....48

Figura 8 A Vila das Torres, em 2010.....48

Figura 9 Vista aérea da Vila das Torres, em 2011.....49

Figura 10 Entrada da Vila das Torres, pelo Parque Madureira.....51

Figura 11 Detalhe da marcações da SMH, na Vila das Torres.....51

Figura 12 Horta remanescente na Vila das Torres.....52

Figura 13 Anúncio do 'Madureira Office Park'.....69

Figura 14 Prospecção da vista lateral do 'Madureira Office Park'.....70

Figura 15 Projeto de construção do Parque Madureira, de 2000.....77

Figura 16 Projeto de construção do Parque Madureira, de 2003.....78

Figura 17 Passeio Público, Rio de Janeiro, em 1880.....91

Figura 18 Bois de Boulogne 92

Figura 19 Bois de Vincennes 93

Figura 20 Central Park.....93

Figura 21 Parc La Villette 95

Figura 22 O Parque Madureira.....97

Figura 23 Esgoto a céu aberto, na Vila das Torres, antes do Parque Madureira.....102

Figura 24 Vista aérea do Parque Madureira, à direita o Rio Sanatório.....103

Figura 25 A horta da Vila das Torres.....105

Figura 26 Obra para construção do Parque Madureira em andamento, em 2011.....106

Figura 27 Parque Madureira, em 2012.....106

Figura 28 A bocha do Parque Madureira.....109
Figura 29 Academia da terceira idade do Parque Madureira.....109
Figura 30 Vista lateral da ‘Praia de Madureira’.....118
Figura 31 Detalhe da tenda de segurança, ‘ordenamento da orla’.....119
Figura 32 Perfil dos frequentadores do Parque Madureira.....128
Figura 33 Skatepark do Parque Madureira.....135
Figura 34 O prefeito Eduardo Paes, Tia Surica e Bob Burnquist 149

Introdução

Ao percorrer as diversas regiões da cidade do Rio de Janeiro nos deparamos não apenas com a diversidade de paisagens, um olhar mais atento identificará que a configuração deste espaço urbano apresenta uma concentração de objetos que são fruto da intervenção dos poderes público e privado na sua localização, sejam eles serviços, infraestrutura, transporte, postos de trabalho ou equipamentos culturais.

Assim, verificamos que os equipamentos culturais estão concentrados nas regiões Centro e Zona Sul (65,9%) [1] - enquanto a maioria da população (79,3%) [2] reside nas Zonas Norte e Oeste do município - mostrando que a produção do espaço privilegia o acesso a certos bens sociais raros às classes com maiores rendimentos – residentes majoritariamente na Zona Sul -, tornando-se um elemento de distinção; e trazendo à tona a discussão da função destes espaços como promotores de sociabilidade.

Se, em um primeiro momento, esta diferenciação é justificada pela concentração da população no Centro da cidade durante o período colonial - região então denominada como "zona da cidade" do município da Corte, em oposição às áreas rurais, nominadas "zona do campo" ou "freguesias de fora", que correspondem atualmente às Zonas Norte e Oeste da cidade -; tal argumento não se sustenta, quando comparamos o modo de expansão da cidade para a Zona Sul.

Enquanto a expansão urbana para a Zona Sul favorecia os membros da aristocracia e da classe média alta, a Zona Norte e Oeste[3] eram destino dos quadros mais pobres da sociedade, expulsos pelos altos preços que a reforma urbana e o projeto sanitário implicavam ao Centro Antigo. Essa divisão da cidade foi se constituindo como uma diferenciação do

1.Cf. PERES ,Fabio de Faria; MELO, Victor Andrade de. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro

2 Cf. Instituto Pereira Passos. Armazém de Dados. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/indice/flanali.asp?codpal=811&pal=POPULA%C7%C3O

3. Com exceção da Barra da Tijuca, que embora situada a Oeste, é socialmente compreendida como Zona Sul.

espaço de moradia de patrões e empregados, daqueles com maior e menor renda, dos possuidores de maior e menor capital cultural, das classes altas e baixas que, em suma, está calcada na diferença implícita entre ‘urbanos’ e ‘sub-urbanos’.

A produção do espaço da cidade é, assim, um fenômeno político-espacial, no qual os diferentes agentes sociais se distinguem pela possibilidade de exercer seu capital - financeiro, simbólico, cultural e político - no território. De forma que é “a partir do reconhecimento dos objetos na paisagem, e no espaço, que somos alertados para as relações que existem entre os lugares. E essas relações são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadorias à produção simbólica” (SANTOS, 2012. p. 71)

A apropriação da cidade se dá, portanto, como uma projeção da divisão social do trabalho e reitera no privilégio do uso da cidade a exclusividade dos proprietários na participação da mais valia sobre o trabalho coletivo, assim

> … o direito à cidade (não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc). Para a classe operária, rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse tem um alcance e uma significação particulares. Representa para ela ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte; mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de “habitantes”, para os quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tornar eficazes essas obsessões. (LEFEBVRE, 1991, p.143)

Diante deste cenário, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as transformações urbanas e as possibilidades de apropriação social, com suas imbricações às diferentes materialidades do espaço e às diferentes narrativas elaboradas sobre uma porção específica do território no decorrer da história: seja Fazenda do Campinho, Fazenda de Lourenço Madureira, Vila das Torres e, atualmente, Parque Madureira - as mudanças na sua denominação acompanham os deslocamentos de seus sentidos.

Tomamos, portanto, o ponto de vista do subúrbio da cidade, ou seja, do espaço com maior escassez de bens raros, para analisar como a distribuição bem marcada dos objetos no espaço da cidade, tanto espelha quanto produz, simultânea e ciclicamente, a hierarquização entre as diferentes regiões da cidade, influenciando a forma de apropriação e uso dos espaços, bens e serviços pelos cidadãos principalmente de acordo com a proximidade geográfica do local de sua residência, causando a sensação de que certos bens, ainda que públicos, se constituem como um tipo de ‘propriedade’, ou seja, teriam uso preferencial por grupos sociais

específicos. “Dessa maneira, a exclusão social deixa de ser apenas um estatuto abstrato; ela ganha a forma de um território.” (GOMES, 2010, p. 15)

Esta sensação de propriedade forjada no discurso sobre o uso dos espaços vai se concretizando quando associada à práticas que buscam inviabilizar, ou criar obstáculos, para o uso da cidade como um todo, por todos.

Essas barreiras assumem diversas formas, seja no alto custo das passagens dos transportes públicos, na redução da sua disponibilidade nos horários não associados ao trabalho - noturno e finais de semana -, o preço de ingressos, a sensação de insegurança, códigos comportamentais e de vestimenta, o não reconhecimento de outras pessoas do seu grupo (social, racial, gênero, nacionalidade) nestes espaços, entre outros. Para aqueles que escapam a essas barreiras, fica a sensação de livre interação com aqueles espaços que a normatividade (seletiva) lhes confere, garantindo o direito de ali expressar o seu querer e poder.

Assim Michel de Certeau (1998) define o ‘próprio’, que aqui utilizamos como síntese das diversas acepções de propriedade e apropriações no território. Para o autor, as distinções da hierarquia social são definidas a partir da dicotomia entre ausência e posse, onde os grupos privados de “um próprio” - definido como “o lugar do poder e querer próprio” [4] - pertencem às classes sociais mais baixas**.** É esta condição que diferencia os *donos dos campos* - aqueles que têm o poder de definir as regras do jogo e possuem uma visão privilegiada do todo[5] - daqueles que são obrigados a mover-se de forma *sutil e escorregadia* “dentro do campo de visão do inimigo”. Conforme o lugar ocupado, os agentes se valem ou de ações estratégicas ou táticas: enquanto a primeira é organizada pelo postulado de um poder, a segunda é determinada pela sua falta.[6]

Esse poder conferido ao “próprio” encontra correspondência nos modos de produção onde patrões se diferenciam dos empregados pela posse dos bens de produção, enquanto os segundos prestam a sua força de trabalho.

---

4 .CERTEAU, 1998, p.99

5. Utilizamos esta definição para localizar aqueles atores a qual denominaremos também como ‘classe hegemônica’, entendida aqui como classe também integrada pelo Estado e a grande imprensa, tomando a premissa da ‘coalizão urbana’, definida por Harvey (2006) como um “padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (local, metropolitano, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONGs, etc) e interesses privados (empresariais e individuais), formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano.”

6. *Idem*, p. 100

O termo “próprio” pode significar simultaneamente algo historicamente definido de modo arbitrário - como o cerceamento de um terreno e a afirmação de sua posse –; a casa própria, ou outro bem qualquer adquirido; uma característica ou essência inerente (tais quais as propriedades químicas de um produto); autêntico, original; demarcar a pessoalidade; adequação ou conveniência; exatidão; e o nome (o próprio que nos identifica); vinculando-se ao seu proprietário por uma conquista, um presente, herança, roubo (apropriar-se de forma indevida), por uma construção, ou de forma inata.

No decorrer do texto, traçamos um percurso onde estes diferentes significados são acionados, sempre associando-os aos jogos de sentidos do espaço travados socialmente nos termos da *tática* e da *estratégia* (Certeau, 1998).

Há diferentes modelos teóricos que buscam compreender a produção do espaço urbano, que vão desde sua existência como ente total até como elemento perpassado por uma teia de significados.

Partimos do princípio que a investigação sobre o espaço deve considerar as inter-relações entre as leituras do espaço absoluto - onde este é definido em termos fixos, geométricos, sendo muito útil para mapeamentos físicos, por exemplo; - leituras relativas – que levam em conta as diferentes categorias de análise e pontos de vista do observador para concepção do espaço, passando a considerar também a temporalidade circunscrita no termo espaço-tempo; e relacionais – que pensam o espaço a partir de seu processo de formação e múltiplos contextos; bem como suas proeminências em função das circunstâncias, conforme proposto por David Harvey (2013).

Como os discursos são tomados como mais uma camada de produção do espaço, a visão relacional sobre o território é proeminente, no entanto, esta escolha não ignora as demais concepções na investigação dos fenômenos aqui observados. Estas diferentes compreensões são utilizadas ora de forma sobrepostas, ora mescladas, ora de forma exclusiva. E não poderia ser diferente: a “Praia de Madureira”, por exemplo, que é uma das atrações do Parque homônimo não pode ser completamente compreendida, sem levar em consideração a distância absoluta do bairro às praias naturais da cidade; nem a relatividade implicada pela baixa quantidade e frequência dos transportes públicos nos finais de semana para acessá-las; e ainda, a relacionalidade que a artificialidade deste equipamento produz em termos de significação a seus frequentadores.

Assim, a trama relacional entre as localizações dos objetos na cidade, em suas diferentes dimensões, é uma das questões centrais que norteiam a compreensão das dinâmicas sociais no território.

A metodologia desta pesquisa prevê simultaneamente a pesquisa bibliográfica, fontes jornalísticas e observação participante, apoiando-se ainda nas entrevistas com atores locais.

Os capítulos são organizados de forma a apresentar cronologicamente as transformações do e no bairro Madureira.

No primeiro capítulo, tratamos do 'próprio' como uma "característica inerente", ou seja, "as propriedades do objeto", relacionando este conceito às "condições de existência" - aquela conjuntura dada previamente pelo lugar social que ocupamos e que vai influenciar o nosso estilo de vida. Tal como a ideia de que os corpos se comportam de determinada maneira, de acordo com a matéria de que são constituídos, aplicando-se tanto à química dos corpos, como a teoria dos campos sociais, de Bourdieu (2013).

A partir do levantamento historiográfico da formação urbana da cidade do Rio de Janeiro na transição do período colonial para o pós-colonial, com a integração das "freguesias de fora" - sobretudo da Zona Norte - à cidade na condição de subúrbio, buscamos verificar as condições materiais e simbólicas de existência que dão origem à categoria 'subúrbio' e seus 'efeitos de lugar' (Bourdieu, 2008). Aqui apresentaremos o contexto prévio da cidade que provocou a transformação da categoria subúrbio e o aumento do seu povoamento, com a ocupação das classes médias e baixas, deslocadas do Centro da cidade no início do século XX. Veremos ainda, a influência da linha férrea na formação de um pólo comercial no bairro de Madureira que, junto as suas manifestações culturais a alçaram a condição de centralidade suburbana.

No segundo capítulo o 'próprio' é analisado em seu sentido de 'propriedade', onde apresentamos brevemente o seu surgimento e as tensões entre os interesses privado e social.

A posse da propriedade, que também se torna um direito, e constitui-se como um objeto de desejo por imprimir a sensação de garantia de abrigo e proteção, mostra na prática que sua função de permanência é cambiante, uma vez que, de acordo com o local em que está instalado e a classe de seus proprietários, torna-se passível da intervenção do Estado, de forma que a 'desapropriação' pode tornar-se um risco inerente ao detentor da 'propriedade'.

Esse tema é analisado a partir dos processos de remoções dos moradores da Vila das Torres, que antecede a criação do Parque Madureira, e da inscrição deste equipamento como parte da lógica da cidade global.

O terceiro, e último, capítulo investiga os sentidos atribuídos ao Parque Madureira pelo poder público e os grandes veículos de comunicação, e as formas de 'apropriação' pelos seus usuários em suas consonâncias e dissonâncias.

Aprofundamos as disputas pela produção do espaço e seu sentido na análise da sua associação mimética a outros espaços da cidade, do recorte bem definido do seu público, a relação de benevolência estabelecida pelo poder público, a dualidade entre sensação de pertencimento e auto-segregação estabelecida pelo novo equipamento de lazer, bem como as suas apropriações e segmentações internas.

1. Da formação do conceito carioca de subúrbio ao bairro de Madureira

A formação da categoria 'subúrbio' é resultado das transformações materiais e simbólicas empreendidas no território ao longo de séculos de intervenções no espaço. Para análise dos objetivos que motivaram tais intervenções, bem como os impactos da formação e revisão do conceito de subúrbio na cidade do Rio de Janeiro, tomamos como ponto de partida as reformas empreendidas no final do século XIX e no decorrer do século XX.

Este marco foi escolhido, pois neste período se deram as principais intervenções urbanas que definiram a organização espacial e social cujos parâmetros se manifestam ainda nos dias de hoje.

> No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc., verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2012, p. 62)

Nesse sentido, a observação da configuração territorial – a organização da materialidade natural e artificial – de uma cidade, por exemplo, é reveladora das interferências de mulheres e homens sobre determinado território e as perspectivas de destino de cada uma das suas partes.

No entanto, o espaço é aqui pensado para além de uma simples moldura da atividade humana, ele é um conjunto que reúne um sistema de objetos (a configuração territorial) e um sistema de ações, ou em outras palavras, é a soma da materialidade e a vida que o anima.[7]

Ao selecionar um local para construção de um equipamento ou estrutura (sejam elas destinadas à saúde, cultura, pavimento, saneamento, comércio, segurança, etc.) os atores públicos ou privados não são motivados apenas pelo desenvolvimento social atrelado ao empreendimento, muitas das vezes as intervenções servem prioritariamente ao

7. Cf. SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2012

desenvolvimento do capital ao fornecer estrutura para empresas, promover a valorização imobiliária, gerar fluxos turísticos, dentre outras. E a cada intervenção as possibilidades de apropriação do espaço pela população são alteradas, induzindo à novas formas de vivenciar o espaço.

Seus efeitos, contudo, não são facilmente traduzidos como positivos ou negativos, elas podem simultaneamente reduzir o tempo de deslocamento para grandes distâncias, mas demandar o aumento de custos das passagens e a redução da capilaridade do transporte público, como vimos recentemente com a implantação dos BRTs. Ou, descentralizar as áreas de lazer, mas para isso realizar a remoção de centenas de famílias que ali residiam, como na construção do Parque Madureira.

Nosso ponto aqui é evidenciar que as interferências no território são complexas e suas consequências são consentidas pelos atores responsáveis de acordo com sua prioridade, que, como nem sempre é medido pelo interesse social coletivo, tornam-se também uma forma de poder.

As diferenças das configurações dos espaços são, portanto, também diferenças das formas de participação na cidade a que os grupos que habitam diferentes regiões estão sujeitos, e, portanto o

> espaço social reificado, fisicamente realizado ou objetivado, se apresenta assim, como a distribuição no espaço físico de diferentes espécies de bens ou de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital e também da distância física desses bens, que depende também de seu capital). É na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado. (BOURDIEU, 2008, p. 162)

Uma vez que o acesso aos bens torna-se também um modo de distinção pelo valor atribuído ao espaço social reificado, aqueles que detêm o capital político para implementar obras públicas, ou o capital financeiro para execução de construções privadas, ambos integrantes das classes hegemônicas, podem definir a sua própria localização como ponto de convergência dos melhores bens e recursos e, no limite, a própria concepção de que estes bens e recursos são qualitativamente superiores, uma vez que

> o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce e, sem

> dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência desapercebida. (BOURDIEU, 2008, p. 163)

É sob essa perspectiva que concebemos o lugar pelo duplo sentido de localidade física, materialmente determinada, e simbólica, expressa nas representações das classes sociais, como um campo de disputas. Onde a classe hegemônica articula *estratégias* para manutenção do seu poder na configuração territorial e na sua autodeterminação como sinônimo de normatividade.

1.1 A re(construção) do sentido de 'subúrbio'

O conceito carioca de subúrbio tem como prerrogativa para sua realização e reprodução a circularidade entre produção do espaço material, segmentação socioespacial e discurso sobre o espaço. De tal forma que o 'subúrbio' descrito nos dicionários e pelos estudos geográficos não possui correspondência com o seu uso social recorrente.

> as formas do signo são duplamente condicionadas pela organização social e pelas condições em que as interações entre os indivíduos efetivamente ocorrem. Somente uma abordagem que focalize a evolução social do signo é capaz de desenvolver e dar uma expressão concreta ao problema da mútua influência do signo e do ser [...] é apenas sob esta condição que o processo de determinação causal do signo pelo ser aparece como uma verdadeira passagem do ser ao signo, como um processo de refração real realmente dialético do ser no signo. (BAKHTIN[8], 1981 *apud* FERNANDES, 2011, p. 52)

Ao percorrer o sentido do signo 'subúrbio' em diferentes contextos históricos na cidade do Rio de Janeiro, nosso objetivo é compreender a correlação entre produção de sentido sobre o espaço e a produção da configuração espacial em si.

Até o final do século XIX 'subúrbio' representava um espaço bucólico, situado nas circunvizinhanças da cidade, cuja paisagem verde era associada à salubridade e ao bem estar.

8. BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981. p. 44

Local de residência das classes altas, da aristocracia e refúgio da monarquia, subúrbio era identificado como área nobre da cidade e por isto aplicado a bairros como Botafogo, Laranjeiras, Catete, Catumbi, Gávea, São Cristovão, São Francisco Xavier, Engenho Velho, entre outros.

Naquele momento, independente de sua localização ao Sul ou ao Norte do Município da Corte (o Centro Antigo do Rio), 'subúrbio' era a denominação dada às freguesias rurais mais próximas da cidade, onde se realizava uma vida econômica e social ativa.

O botânico francês August Saint-Hilarie, assim descreve a sua visita à freguesia de Inhaúma, em 1820: "próximo do Rio de Janeiro podemo-nos julgar nos arredores de uma das maiores cidades da Europa." (SAINT-HILARIE[9], 1924 *apud* FERNANDES, 2011, p. 53)

Era no subúrbio que aqueles com maiores posses e poderes recolhiam-se da agitação e da sujidade das áreas mais centrais, seguindo o exemplo de Luís XIV que,

> [...] aos protestos e tumultos da cidade, escapava para o subúrbio, lembrando como tinha sido forçado a abandonar Paris por causa de um levante popular em sua juventude, resolveu refugiar-se em Versalhes: uma capital suburbana (MUMFORD[10], 1982, *apud* FERNANDES, 2011, p. 26),

a família real portuguesa decide se instalar no Palácio de São Cristovão, na Quinta da Boa Vista, distinguindo o local de moradia – a antiga Casa dos Governadores, atual Paço Imperial, localizada na Praça XV/Centro – do local de despachos reais. Não satisfeita com a descentralização proporcionada pelo bairro de São Cristóvão, D. Carlota Joaquina decide se distanciar ainda mais da região Central e manda construir uma casa na freguesia de Inhaúma em 1810, dando origem ao bairro Engenho da Rainha, visando *gozar a vida feliz e cômoda dos afortunados da Corte*.

Embora a ideia de subúrbio, nos diferentes contextos, apresente em comum a subordinação à cidade em termos políticos, jurídicos, culturais e econômicos, essa dependência nem sempre foi sinônimo de desprestígio social, como verificamos nos exemplos acima.

A transformação do sentido geográfico original do termo tem início com as reformas urbanas implementadas no começo do século XX, onde a ideologia da cidade moderna gerou

---

9.SAINT-HILARIE. *A viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938. p. 63

10. MUMFORD, Lewis. A cidade na história : suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes/Universidade de Brasília, 1982, p. 410

a demanda pela reordenação material e simbólica do antigo espaço urbano.

Conforme Nelson da Nóbrega Fernandes (2011), o conceito de subúrbio, no Rio de Janeiro, passa a adquirir nesse momento conotações específicas que o vinculam aos bairros ferroviários e populares, desprestigiados do ponto de vista social pelo poder público, o que se configura como um "rapto ideológico" desta categoria, a partir de "noções que atendem, na verdade, quando reinterpretadas, às necessidades ideológicas da sociedade capitalista, sendo que aí essa reinterpretação adquire até mesmo um caráter político". (MARTINS[11], 1982, *apud* FERNANDES, 2011, p. 48)

Por isso, essas transformações ganham força na segunda metade do século XIX e começo do século XX, uma vez que após a Independência do Brasil e mais quase sete décadas de Império monárquico, era preciso imprimir no território e nos costumes um novo modelo de gestão como forma de cisão com a coroa portuguesa. O contraditório é que este 'novo modelo' baseava-se também nos moldes europeus – apenas desvinculados das relações de subordinação dos aspectos políticos e jurídicos que regiam a relação capital-metrópole - permanecendo como parâmetro simbólico de civilização e progresso.

Assim, a influência européia no Brasil não se extinguiu com o término do período colonial, ao contrário, a passagem do colonizador português deixou marcas indeléveis na formação do país, tanto no que se refere aos seus aspectos simbólicos quanto na transmissão de um modo de desenvolvimento orientado pelo progresso, que não se desfez após o rompimento administrativo com a metrópole.

Uma vez que a emancipação política por si só não restaurou as relações verticais forjadas pelos migrantes europeus com os povos indígenas originários e a população afrodescendente que teve sua diáspora forçada – tanto que a situação de escravidão se estendeu por mais sessenta e seis anos após a proclamação da independência - este processo deve ser analisado mais em termos de permanências do que cisões, pensando conforme a análise de Casttro-Gómez e Grosfoguel[12].

"Às Américas chegou o homem heterossexual/ branco/patriarcal/ cristão/ militar/ capitalista/europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo."[13] Ou seja, a presença do colonizador não pode ser pensada apenas em termos

11. MARTINS, José de Souza. Sobre o modo capitalista de pensar. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982, p. 59
12.Cf, CASTRO-GÓMES; GROSFOGUEL,2007
13. GROSFOGUEL, 2008 p.122

econômicos e administrativos, uma vez que ao encarnar o poder da coroa portuguesa, todos os demais elementos que lhe identificavam conformavam um universo de distinção frente aos demais grupos.

Ainda hoje, o alinhamento com aquelas características orientam a escala de privilégios, visibilidade e reconhecimento em nossa sociedade, que se constituem como normatividade no que se referem à similaridade física, manifestações culturais, modos de vida e epistemologias. Assim, o acionamento destas características seria ferramenta estruturante das hierarquias econômicas e sociais, e não o contrário.

De acordo com os estudos decoloniais, o término do período colonial fez surgir Estados-nação que, embora independentes, mantinham uma relação de subordinação com as antigas metrópoles por estarem inseridos num contexto periférico, determinado pela divisão internacional do trabalho em 'centro e periferia' – polarização esta definida pela lógica de desenvolvimento estabelecida pelo próprio colonizador. Dessa forma, esta passagem deve ser entendida como uma "transição do colonialismo moderno à colonialidade global, processo que certamente transformou as relações de dominação trazidas pela modernidade, mas não as estruturas das relações centro-periferia a escala mundial."[14]

Uma vez que as elites locais que assumiram o poder político após a independência do Brasil optaram por seguir um modelo de desenvolvimento proveniente do Norte, reproduzindo a ideia de que as periferias são espaços do subdesenvolvimento e do atraso, podemos verificar que a adoção desta lógica produziu internamente implicações em múltiplas dimensões.

O pós-colonialismo brasileiro é, desta forma, marcado pelo duplo interesse de rompimento com o passado colonial e tentativa de aproximação das práticas difundidas pela Europa – sejam elas comportamentais, urbanísticas, políticas, intelectuais, religiosas ou étnicas.

Por fim, o ideal da 'cidade moderna' orienta-se por um conceito em que a modernidade é forjada como uma série de práticas no presente capazes de nos deslocar para um tempo futuro, onde o progresso estaria ali consolidado; a questão é que este progresso só reconhece a norma européia como padrão civilizatório, excluindo, expulsando ou invisibilizando outros modelos culturais.

14. CASTRO-GÓMES; GROSFOGUEL, 2007, p.13

Passamos assim, por uma modernidade seletiva, onde a acepção de cidade moderna não alcançou as regiões Norte e Oeste do Rio de Janeiro e excluiu desta cidade as populações mais pobres, os indígenas, negros e mestiços.

1.2 A higienização física e moral do Centro do Rio

Diferentes fatores contribuíram para justificar a expulsão daquelas minorias das regiões centrais da cidade, que passavam a ser requalificadas. O ano de 1849 foi marcado pela primeira grande epidemia de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, em resposta aos impactos da doença foi criada, em 1850 uma Junta Médica cuja atuação previa a ampliação do seu objeto de atuação e do poder de intervenção médico na sociedade. Era a 'medicina social', que sob alegação de ser preventiva, passava a incorporar competências das áreas da "geografia, geologia, história e economia, armando-se de estatísticas que lhe proporcionaram dados sobre o movimento da população."[15]

A Junta requeria para si o poder de 'polícia médica' com autoridade para promover a higienização – *física e moral* – da sociedade, uma vez que para os médicos da época, eram as poucas condições de higiene e a insalubridade das habitações coletivas as principais causas da ampla proliferação da doença. Além disso, ela passava a regular a prática da medicina, tendo a formação acadêmica como requisito para exercício da profissão, e consequentemente, depreciava as práticas populares e tradicionais não diplomadas.

Os médicos higienistas lograram êxito na difusão de seu discurso como justificativa para as transformações urbanas na cidade, começando pelas classes das camadas dominantes e médias, até que a ideia de que salubridade e a modernização eram sinônimos de saúde se

15. BENCHIMOL, 1992, p. 114

foram absorvidos pela opinião pública geral.

> A principal causa da insalubridade das casas em nosso país reside no péssimo sistema de sua distribuição interna. Constituídas geralmente por homens práticos sem instrução alguma profissional e sem a menor ideia das condições de conforto e de higiene que devem presidir à disposição dos aposentos, são as nossas habitações desprovidas dos meios de ventilação e de renovação de ar nos quartos de dormir e de muitos outros cômodos indispensáveis em uma residência. (BENCHIMOL, 1992, p. 145)

Desta feita, médicos e engenheiros desaprovavam a prática dos mestres de obras – os 'homens práticos' e 'sem instrução profissional', que eram até então os responsáveis pela construção das habitações na cidade, consideradas a partir de então irracionais e desordenadas - marginalizando ainda as formas populares de cura.

Identificamos neste episódio, um exemplo do conceito definido por Sousa Santos[16], como monocultura do saber: tratam-se de práticas e discursos que visam deslegitimar as formas de saber populares, tradicionais e/ou autônomas, através da sua perseguição, condenação, inferiorização e invisibilização fazendo crer que estas são questionáveis, atrasadas, ineficientes ou até perigosas. Pois, para o 'ser moderno', o saber só é validado pela racionalidade da ciência ocidental moderna, que se auto confere atributos como neutralidade, universalidade e objetividade; sendo, portanto uma forma de conceber a produção do conhecimento sob a perspectiva hegemônica do Norte.

É importante notar que, com a adoção desse modelo de desenvolvimento, gerava-se uma demanda por produtos e serviços só fabricados na Europa, uma vez que a produção de um simulacro europeu tropical prescindia do consumo direto de seus bens para autenticação.

> Ao definirem as normas que deveriam presidir a construção e a ocupação das casas, os médicos induziram as famílias burguesas e pequeno-burguesas a consumirem aqueles serviços e bens que constituíam as evidências materiais da 'modernização'. Nesse sentido, a higiene alimentou a prosperidade da indústria européia, engrossou a pressão da aculturação, fazendo com que a casa brasileira consumisse vidraças, louças, instalações sanitárias e toda a massa de acessórios e ornamentos que compunham o ambiente interno de uma casa européia – objetos de metal, tapetes, cortinas, estiques, etc. – aquisições que nem sempre favoreciam a salubridade propugnada pelos médicos, uma vez que convertiam as habitações em verdadeiras estufas. (BENCHIMOL, 1992, p. 119)

O resultado era um ciclo onde a produção simbólica levava a lucros financeiros, levando à distinção daqueles com maiores recursos, mantendo com isso a sua superioridade. Construção de imaginário e poder econômico agiam de forma articulada para perpetuação da

16. Cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002:237-280.

hegemonia.

Note que a aproximação do modo de vida europeu ultrapassa a racionalidade científica defendida pela classe médica, ao sobrepor o alinhamento estético em detrimento da busca pela salubridade. Por isso a eficácia do sistema de representação social era fundamental para manutenção do padrão assimétrico das relações de poder.

Observemos os discursos sobre a população negra durante o processo de abolição da escravatura no Brasil para demonstrar como a produção de uma imagem específica sobre o 'outro' foi utilizada para reiterar hierarquias sociais eurocentradas, intervindo sobre as possibilidades de sua participação na vida produtiva e distribuição no espaço da cidade. A análise deste grupo é particularmente relevante, pois além de sofrer com a estratificação geográfica consequente da remodelagem urbana no Centro e de constituir a maior parte da população residente nos subúrbios, a cultura negra é evocada, em sua ancestralidade e contemporaneidade, como elemento de distinção identitário do bairro de Madureira, central para esta pesquisa.

A promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia o tráfico internacional de africanos escravizados, provocou a escassez e o encarecimento do uso de seus corpos como mão de obra forçada; aliado ao discurso higienista, a burguesia da época pretere a contratação assalariada deste grupo, optando pelos serviços de imigrantes europeus. Isso se dá por dois motivos principais: a associação dos povos escravizados à falta de higiene propagadora de doenças e a ambição de aproximação do biótipo europeu através embranquecimento da população.

> A virulência na condenação ao escravo ocupou uma posição extremamente importante nas manobras do poder médico. Ela foi ponto de apoio para a normalização da família, em vários sentidos. A escrava foi usada contra a mulher, com o objetivo de culpá-la e torná-la responsável pela infelicidade, doença e morte dos filhos. Foi também usada como lente deformadora da conduta sexual dos homens, que passaram a ver em seu corpo o perigo das doenças venéreas e da degeneração da prole. Enfim, os escravos em geral, homens e mulheres, foram manipulados de modo a criar na família repulsa a sua própria casa, que, de lugar de abrigo e proteção, tornou-se, com a higiene, local de medo e suspeição. (BENCHIMOL, 1992, p.121)

Banido do espaço doméstico aristocrático, os negros agora forros passam a engrossar a massa da população residente nas casas de cômodos, cortiços e estalagens localizadas na região central da cidade - habitações já superpovoadas e alvos da vigilância sanitária.

Soma-se a isso a tentativa de afastamento desta população do espaço urbano pela

negação do exercício de ocupações próprias deste ambiente:

> Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados, em 1870, intentava regulamentar o trabalho urbano em função da chamada "crise de braços" na lavoura. Deste modo, proibia-se o escravo de atuar em diferentes atividades nas cidades, que pouco depois se tornaram ocupações de imigrantes. Assim, após a promulgação da lei, ficaria proibido na Corte, nas capitais e nas cidades marítimas, o emprego de cativos nas indústrias de condução de veículos públicos, em tripulações de navios e embarcações grandes ou pequenas, na venda em quitanda fixa ou volante, no serviço de ganho para carreto ou outro fim, e nos serviços em lojas de alfaiate, sapateiro, costureiras, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, ourives, caldeireiro, tanoeiro, açougueiro, padeiro e pintor. (CRUZ, 2007, p.59)

As formas de sociabilidade engendradas pela população negra também eram reguladas legalmente pelo Código de Posturas do final do século XIX, devido ao temor que o agrupamento de libertos levasse à organização de insurreições e, paralelamente, porque associavam as suas práticas ao 'mal gosto', 'baderna', 'arruaça' significando a presença daquilo que era atrasado ou feria a civilidade porque ligado à matriz africana e não européia.

> Zungus, batuques, danças e tocatas eram os termos que demonstravam que havia, naquele contexto histórico, sujeitos sociais produzindo vida. Deste modo, se proibia as casas de zungú e batuques, submetendo-se os donos ou chefes à pena de oito dias de prisão e 30$000 mil réis de multa (...) o 'ajuntamento' de mais de quatro escravos em tavernas e outras casas públicas, incorrendo o proprietário em multa de 30$000. (CRUZ, 2007, p.52)

Esta condenação das práticas sociais próprias dos grupos apartados do perfil que se pretende normativo constitui-se como *monocultura da naturalização das diferenças,* de acordo com Boaventura Sousa Santos (2009), urdida pela invisibilização de grupos considerados inferiores apenas pela sua forma de produção social; daí a potência dos discursos de subalternidade que se valem do imaginário, uma vez que estes não são amparados por nenhuma formação genética, física ou intelectual que justifique a produção de diferenças hierarquizadas. A eficácia desta naturalização é um dos pilares que sustenta a colonização do imaginário dos dominados e é fundamental para a estabilidade da subalternidade.

A negação do outro, quais sejam os negros ou mestiços antes escravizados, já perseguidos por suas práticas produtivas e simbólicas, vai desaguar na migração deste grupo para as favelas e subúrbios do Rio de Janeiro, registrando no espaço físico a sua posição social.

1.3 O subúrbio ferroviário e a *descentralização* dos pobres

Em apenas algumas décadas, o subúrbio deixa de ser associado à área nobre e começa a ser considerado como região atrelada ao desprestigio social como parte do processo que o tornará o destino daquelas classes marginalizadas. Paralelamente, os espaços periurbanos localizados na Zona Sul da cidade são desassociados dessa denominação, buscando um distanciamento simbólico.

No romance Clara dos Anjos, Lima Barreto nos apresenta uma das primeiras concepções de subúrbio carioca cuja compreensão, de forma geral, estende-se até os dias de hoje: "o subúrbio propriamente dito é uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo por eixo a linha de ferro da Central"[17]

A região suburbana para qual a 'cidade' se expande, era a parte antes chamada de "zona do campo" ou "freguesias de fora", área rural a qual não incidia cobrança da "décima urbana" – imposto criado em 1808 exclusivamente para as freguesias da Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita, ou seja, a região nominada "zona da cidade" que conformava o Município da Corte. Desta forma, o que estava 'fora' desta região central (a saber Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, Ilha do Governador, Ilha de Paquetá e o curato de Santa Cruz) eram freguesias não-urbanas.

Alguns fatores podem ser considerados fundamentais para o deslocamento das formas de ocupação e de produção de sentido da categoria subúrbio. Muitos estudos apontam a instalação da Estrada de Ferro D. Pedro II como parte da estratégia de deslocamento das populações mais pobres do Centro da cidade, no entanto, sua função original era realizar o transporte de carga:

> Sempre esteve claro para a companhia que o objetivo principal era o grande comércio de sua 2a Secção, situada além da serra e que as estações intermediárias

17. BARRETO, 1922, p. 107. Como esta obra começou a ser escrita em 1904 e foi concluída apenas em 1922, a data exata desta citação torna-se imprecisa, no entanto, tendo em vista que a estação de trem Sapopemba mencionada pelo autor, foi renomeada por Marechal Deodoro, em 1907, podemos supor que esta passagem refira-se a primeira década do século XX.

> correspondiam a uma 'necessidade pública' que lhe proporcionava 'um recurso acessório'. Tudo isto se configurou como limites muito sérios à expansão dos serviços dos trens suburbanos, justificando seu crescimento relativamente lento. (FERNANDES, 2011, p.133)

Tanto é que a ferrovia, inaugurada em 1858, operava apenas para as longas distâncias, sobretudo se comparada ao serviço oferecido atualmente, no trecho Estação D. Pedro II (Central do Brasil) até Belém (Japeri) - tendo como estações intermediárias apenas Engenho Novo e Cascadura - dali se estendendo poucos anos depois para a Serra das Araras e chegando a Barra do Piraí.

> O serviço de trens suburbanos foi inaugurado em 1861, estendendo-se até a estação de Cascadura e com a construção de duas novas estações, São Cristovão, ao lado da Imperial Quinta da Boa Vista; e São Francisco Xavier, na freguesia do Engenho Novo. As novas estações buscaram atender passageiros muito importantes do subúrbio carioca como os moradores da Quinta da Boa Vista, ilustres vizinhos e amantes dos prados de Corridas que estavam próximos às duas estações. (FERNANDES, 2011, p 126)

Nem por isso a presença do trem deixou de ser um recurso cuja importância foi decisiva para interiorização da residência do proletariado, conquanto seja importante destacar que este não foi o seu objetivo inicial, daí que sua influência deve ser analisada em termos relativos. Cabe observar ainda que à época da implantação da linha férrea, o Brasil era um Estado escravista e imperial sendo, portanto, improvável que nesta conjuntura o governo se ocupasse em qualificar o transporte destinado à classe trabalhadora.

Apesar da dificuldade de acesso dos subúrbios ao centro comercial ser um empecilho para sua habitação por aqueles sem remuneração fixa e certa estabilidade financeira sendo, por isso, dificilmente ocupado pelos pretos e pardos que começavam a retomar sua liberdade e das demais classes atingidas pela reforma urbana no Centro na virada do século XIX para XX, no período entre 1896 e 1910 há um 'boom' de passageiros nas linhas de trens, que passa de 5.257.683 no início do período, para 23.842.236 naquele último ano, coincidindo com a gestão Pereira Passos (1903-1906), onde há também a ampliação de ramais, e estações; em 1897, haviam sido instaladas mais nove estações além daquelas citadas anteriormente (a estação de Madureira é inaugurada em 1890), reduzindo a distância média entre as estações para 0,7km, conforme Fernandes (2011).

Em outro trecho do livro Clara dos Anjos, Lima Barreto avança na descrição do subúrbio, agora ultrapassando a sua localização geográfica, atribuindo lhe o juízo de valor que orienta a desqualificação da classe que ali constituía residência:

> o subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas, os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias bem cedo, lá descem à procura de amigos fieis, que lhes dêem alguma coisa para o sustento seu e dos filhos. (BARRETO *apud* BENCHIMOL, 1992, p.260).

Portanto, seja ocupando favelas ou o subúrbio, aos pobres, africanos e seus descendentes destinavam-se os locais marcados pela ausência de investimentos governamentais em infra-estrutura e serviços e por uma relação subalterna em relação ao Centro.

Ora, à periferia prescinde um Centro; a existência do subúrbio, a 'sub-urbe', está atrelada a um núcleo urbano que o conforma como ente circundante. Assim, a ideia de subalternidade é marcada tanto nominalmente, quanto nas relações produtivas expressas nas dinâmicas dos que ali residem – bairros dormitórios -, e avança na construção de estigmas que pretendem distinguir o território, a renda, as etnias, seus hábitos culturais e tudo mais ao que se refere à população que ali se encontra presente. Ainda hoje é comum utilizar o termo "cidade"- *vou à cidade* – quando não se está no Centro ou Zona Sul, como sinônimo da região central, dando a entender que o que está fora desta área não está totalmente incluído nesta designação.

> A massa de homens de cor, com os anos, desapareceu numa proporção notável (...). Entre nós essa população ascende a uns 20 ou 30%. Não obstante, é bem menos que a de uns vinte anos atrás e isso apesar do surto da abolição e do consequente abandono das terras de cultura por inúmeros pretos, que tomaram o caminho das cidades. (BENCHIMOL, 1992, p.204)

Ainda que a população escravizada estivesse presente de forma ligeiramente superior nas freguesias suburbanas por conta da exploração da sua força produtiva na lavoura – em 1849, ela alcançava 56% na região rural, e 48% na área urbana**.** O impacto das políticas que forçavam a sua interiorização pode ser aferido quando verificamos, por exemplo, que em 1950 os pretos e pardos se tornaram minoria nos distritos urbanos, principalmente no Centro Antigo do Rio de Janeiro, enquanto havia ainda uma relação mais equilibrada entre a habitação de negros e brancos, em bairros do subúrbio como Madureira, Pavuna, Anchieta, Realengo, Engenho Novo, Guaratiba e Santa Cruz, e números absolutos mais elevados em comparação com a Zona Sul.

A expulsão de pretos e pobres do Centro da cidade cumpriu desta forma o objetivo de regenerar esteticamente e sanitariamente a capital, sob os moldes do 'primeiro mundo'.

> Intelectuais, acadêmicos, jornalistas, e historiadores contribuíram, na época para a difusão de uma retórica elitista e triunfal, celebrando a milagrosa transformação da

> cidade: o Rio de Janeiro de ares coloniais, sujo, doente e feio cedera lugar à cidade maravilhosa, saudável, moderna de braços abertos aos imigrantes, capitais, mercadorias e turistas estrangeiros. Jornais e revistas estampavam, orgulhosamente, fotografias das suntuosas mansões, exemplos de uma arquitetura inspirada fielmente no *art-nouveau* e no ecletismo europeu. Essa imagem resplandecente do Rio de Janeiro serviu, e ainda hoje serve, para ocultar a outra face da moeda: o terrível custo social dessas renovações feitas em proveito do grande capital e do desfrute das classes dominantes. [*grifos nossos]* (BENCHIMOL, 1992, p. 311)

A Reforma Passos foi uma das principais intervenções urbanísticas realizada pela gestão pública na cidade do Rio de Janeiro por instaurar mudanças significativas na configuração territorial deste município, por isso é uma das mais mencionadas nos estudos dedicados ao urbanismo e a geografia relacionados ao tema, sendo ainda hoje referência para o planejamento urbano, como veremos mais adiante. No entanto a lógica que orienta as suas ações é um desdobramento de processos que já se encontravam em curso nas administrações anteriores.

O prefeito Barata Ribeiro (1892-1893), em apenas cinco meses à frente do cargo, promoveu o combate aos cortiços desabrigando, apenas no mais numeroso deles, o Cabeça de Porco, cerca de quatro mil pessoas - ação considerada como um dos fatores que desencadearam a criação das favelas no Rio de Janeiro - uma década antes do *bota-abaixo* empreendido por Passos.

O principal diferencial da política de Passos é que ela inaugura um modelo de planejamento assaz segregacionista

> e não por acaso este também é o momento em que nasce uma política territorial pautada pela insuficiência de investimentos públicos e privados para o subúrbio ferroviário, agora visto como lugar de pobres, e de prioridade sistemática para outras zonas da cidade. (FERNANDES, 2011, p. 58)

A formação do conceito carioca de subúrbio é um fenômeno representativo da parcialidade da incorporação da racionalidade européia na configuração do território carioca, porque produz 'não-existências', Sousa Santos (2002), das minorias ao isolá-las geograficamente nos subúrbios, sem no entanto oferecer-lhes em contrapartida a dignidade da posse da casa própria nestes espaços, como forma de estreitamento das hierarquias sociais, Lefebvre (1991). E reforça ainda a sua inferioridade ao promover uma espécie de 'bloqueio à imaginação' de que as circunvizinhanças do Centro habitadas pelas classes média e alta sejam também identificadas como subúrbio, Fernandes (2011).

As referências internacionais da ocupação do subúrbio estão baseadas em dois modelos principais. A primeira, defendida por Henri Lefebvre (1991) considera a migração da

classe trabalhadora para o subúrbio como parte da ideologia do habitat: se por um lado, alijaria o trabalhador de parte da sua obra, que neste caso seria o fruir dos melhores espaços da cidade, como um tipo de alienação; por outro, promoveria a integração desta classe ao consumo através da propriedade da casa – um dos bens mais valorizados em nossa sociedade, cujas barreiras econômicas dificultariam a sua posse nas regiões centrais.

A outra corrente apresentada por Mumford (1982) teoriza o subúrbio como local de vivência das classes mais abastadas, que buscariam afastar-se do Centro em busca de maior qualidade de vida – similar à ocupação da aristocracia e monarquia retratadas anteriormente – com a diferença de que, pelas longas distâncias, a residência nestes subúrbios prescindiram do automóvel para percorrer o seu longo deslocamento. Neste modelo, os baixos extratos sociais se confinariam nas áreas degradadas e desvalorizadas do Centro, próximas das oportunidades de emprego.

O caso do Rio de Janeiro não realiza plenamente nenhuma das duas situações, produzindo uma dupla exclusão, que Nóbrega Fernandes (2011), considera uma ‘desmoralização da classe trabalhadora’. Materializado de modo mais evidente no governo Passos, cujo plano de intervenções desdobrou-se ainda pelas duas administrações municipais seguintes dos prefeitos Sousa Aguiar (1906-1909) e Serzedelo Correia (1909 – 1910).

No decorrer do século XX outras iniciativas dedicadas ao planejamento urbano que influenciaram na formação do conceito carioca de subúrbio, no Rio de Janeiro, merecem destaque.

Em 1918, o então prefeito Amaro Cavalcanti promulgou o decreto 1.185 que definia o zoneamento das áreas do Distrito Federal em três zonas: urbana, suburbana e rural; conforme figura 1.

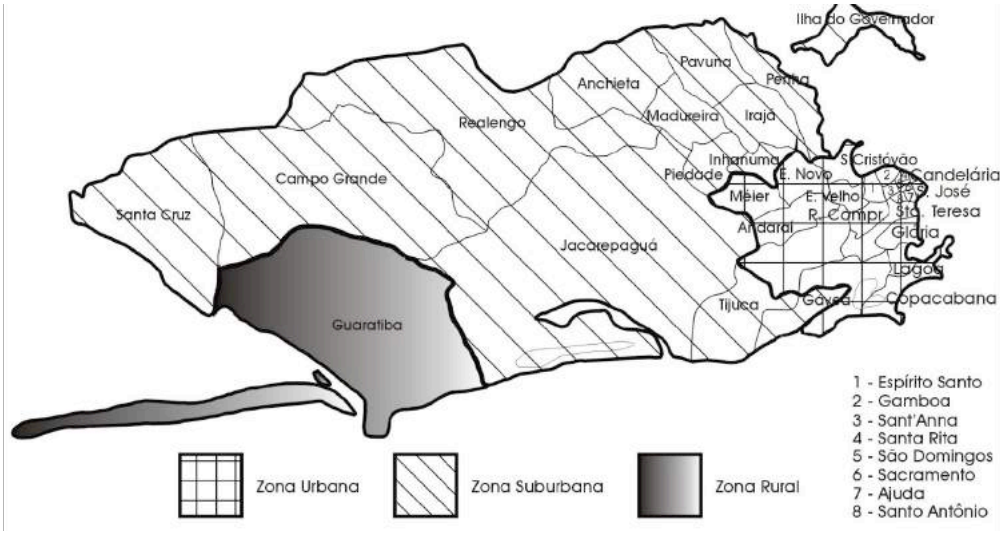


Figura 1[18] – Zonas do Decreto 1.185, de 05 de janeiro de 1918.

De acordo com essa divisão, apenas a região de Guaratiba mantém-se como Zona Rural, os demais bairros da Zona Oeste – inclusive a Barra da Tijuca – e Norte integram a Zona Suburbana; e bairros como Engenho Novo e Méier, que atualmente são lidos como áreas suburbanas, ainda estão incluídos na Zona Urbana da cidade junto ao Centro e toda Zona Sul.

Este zoneamento já aponta para mudanças importantes no conceito de subúrbio: o bairro de Copacabana, por exemplo, até então percebido como bairro suburbano, e desvalorizado ainda final do século XIX -

> [...] visitada por poucos devotos , que em modesta romaria a procuravam no dia de festa anual [...] por pescadores e por pessoas de má reputação que buscavam suas azinhagas e bibocas, desfiladeiros e esconderijos, um dos quais tinha o nome de Caminho dos Pretos Quebra-Bolo (Fazenda, 1919, p.293)

- mostra-se agora desvencilhado da categoria subúrbio, consequência do interesse da classe empresarial e de iniciativas como instalação dos bondes (1892), da inauguração do primeiro posto de telégrafo submarino, da Western Telegraph Company Ltda. (1873), inauguração do túnel Velho (1892), ligando a rua Real Grandeza à rua do Barrozo (atual Siqueira Campos) e do túnel novo, no Leme, em 1906, conforme Fernandes (2011).

Destacamos ainda que, apenas um ano depois do decreto de zoneamento, em 1919, são iniciadas as construções do Copacabana Palace – um dos maiores símbolos do bairro – que vai tornar-se também um dos principais cartões postais da cidade e do país. Ou seja, em

18. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, acessado em BORGES, 2007, p.72

menos de três décadas, o *rapto ideológico*[19] ocorrido na desqualificação do subúrbio da Zona Norte, também incidiu na requalificação dos subúrbios da Zona Sul.

No decorrer do século XX foram propostos diferentes modelos de zoneamento da cidade, para fins da análise específica das transformações ocorridas no subúrbio destacamos o Plano Agache, de 1930 exibido na figura 2:

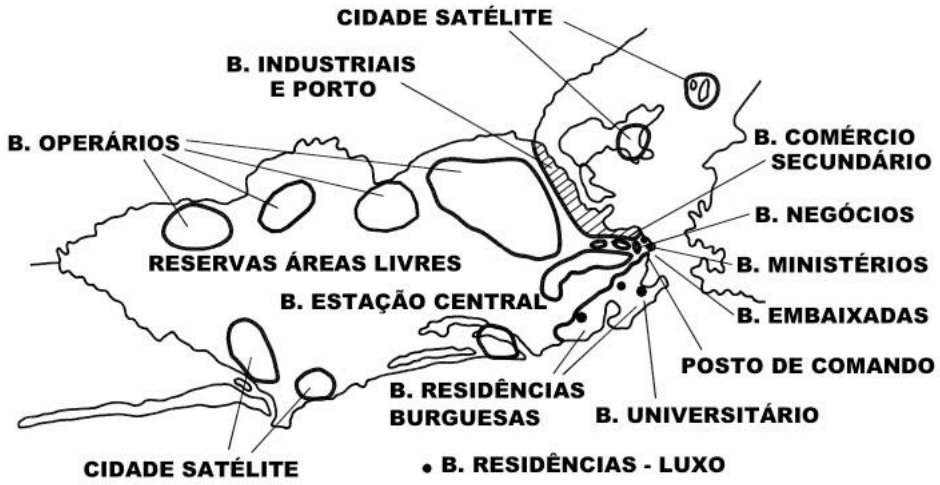


Figura 2[20] – Zoneamento do Plano Agache de 1930.

O Plano Agache defendia a distribuição da cidade a partir da sua funcionalidade, o que vai revelar a visão qualitativa das diferentes regiões naquele momento. O Centro da Cidade abrigaria o setor das Embaixadas, o comércio secundário, a estação Central (ponto de convergência da ferrovia), os Ministérios, o Centro Legislativo e de Negócios; à Baixada Fluminense e a Leopoldina seriam destinadas a produção industrial; os operários constituiriam residência nos subúrbios: próximos dos bairros industriais, nos bairros de Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Cordovil e Vigário Geral; subúrbios no correr da Estrada de São Paulo e a via principal da E. F. Central do Brasil em bairros como Engenho Novo, Méier, Piedade, Cascadura e Madureira, bairros de São Cristóvão ao pé do morro do Telégrafo e os centros junto aos vales dos rios Jacaré, Timbó e Faria; enquanto as residências destinadas à burguesia se localizariam em bairros como Santa Tereza, Andaraí, Vila Isabel, Fábrica das Chitas (Saens Peña), Aldeia Campista, Rio Comprido, Catete, Laranjeiras, Flamengo e Botafogo; a Urca receberia o Centro Universitário, e havia a previsão de espaços verdes em diferentes pontos da Zona Oeste da cidade.

19. Cf. FERNANDES, 2011.
20.Fonte: REZENDE, 1982, acessado em BORGES, 2007, p.90

Este modelo de configuração funcional com os elementos bem marcados no território de acordo com seu tipo é uma das causas do desequilíbrio da mobilidade urbana nos dias de hoje, com a concentração dos postos de trabalho de um lado e a densidade demográfica de outro.

> Os elementos funcionais, os bairros, formavam a estrutura urbana do plano e foram projetados contendo atividades específicas. Estes, interligados através de um sistema viário, se articulavam e se integravam, mas não formavam unidades auto-suficientes. (BORGES, 2007, p.88)

Ao designar as zonas mediante as funções consideradas básicas de morar, trabalhar, recrear e circular, esta iniciativa situava na cidade o mandar e no subúrbio o trabalhar, ou como citado por Bourdieu[21] tornava a *capital o lugar do capital*.

> O projeto elaborado por Alfred Agache em sua essência tentou refletir as expectativas da burguesia urbana que tinha como ideal o modelo francês. Apesar de ter buscado analisar a cidade (Distrito Federal) de maneira global, a proposta deu destaque para a área central [...] Inspirado nos critérios de monumentalidade e academicismo da École de Beaux-Arts de Paris e nos fundamentos clássicos, suntuosidade arquitetônica do movimento City Beautiful, apresentou também, uma preocupação com a funcionalidade, não característica desses estilos. (BORGES, 2007, p. 86-87)

Apenas no final do século XX é criado o primeiro plano diretor da cidade, regido pela Lei Complementar nº 16 de 1992, cuja execução deveria ser implantada em até dez anos, passando por revisão após este prazo. De acordo com o documento, o município deixa de ser organizado em zonas (urbana, rural, suburbana, ou residencial, comercial e industrial), passando a ser dividido em Áreas de Planejamento (AP), cada qual com suas metas próprias de desenvolvimento.

Nestas áreas, o planejamento deveria ser pensado de acordo com as demandas das cinco regiões: AP 1 (Portuária, São Cristovão, Rio Comprido, Santa Teresa, Ilha de Paquetá), AP 2 (Botafogo, Lagoa, Copacabana, Tijuca, Maracanã, Grajaú, Vila Isabel, Rocinha, Ipanema, Flamengo), AP 3 (Ramos, Penha, Complexo da Maré, Inhaúma, Méier, Engenho Novo, Jacarezinho, Complexo do Morro do Alemão, Irajá, Madureira, Ilha do Governador, Anchieta, Pavuna), AP 4 (Pechincha, Freguesia, Tanque, Praça Seca, Jacarepaguá, Vargem Grande, Vargem Pequena, Barra da Tijuca) e AP 5 (Bangu, Deodoro, Campo Grande, Guaratiba, Sepetiba, Santa Cruz), conforme figura 3:

21.Cf. BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar, em A miséria do mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2008

Figura 3 – Áreas de Planejamento cidade do Rio de Janeiro[22]

Apesar do plano não ter sido plenamente concretizado, é interessante apontar alguns dos seus objetivos, dentre os quais destacamos a "distribuição equilibrada dos ônus e benefícios da urbanização e atendimento à função social da propriedade, com a subordinação do uso e ocupação do solo ao interesse coletivo"; e a prioridade na distribuição dos investimentos públicos para as áreas de planejamento 3, 4 e 5 (que compreendem as Zonas Norte e Oeste), bem como a "intensificação do processo de descentralização das atividades econômicas, com a reestruturação e a otimização do uso e da ocupação do solo nos centros de comércio e serviços" destas áreas. Contraditoriamente, o artigo 63 da lei, define que a "Área Central de Negócios - ACN constitui o principal centro de alcance metropolitano do sistema de centros de comércio e serviços do Município, para fins culturais e comerciais", localizada na AP 1 (Centro).

No que tange às prioridades particulares da AP 3, identificamos medidas como "VI - criação de áreas verdes e espaços para recreação, esporte e lazer" e "XXII - a utilização, pelos meios próprios de direito, das áreas marginais às faixas de domínio da LIGHT vinculadas aos serviços federais concedidos de energia elétrica, que, mediante autorização formal do poder concedente, forem progressivamente desafetadas aquela concessão" que já apontam para a criação do Parque Madureira, realizado apenas em 2012.

22. Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

1.4 A capital do subúrbio da Central

A história do bairro de Madureira, e os sentidos por ele invocados tal como conhecemos, começam a ser definidos ainda pela sua localização geográfica, conformada como ponto de intersecção entre a produção e a distribuição de insumos.

De acordo com Martins (2009) as populações indígenas seminômades já convergiam para aquela região para escambo de artigos excedentes entre diferentes tribos. Segundo o autor, já no século XVI, a região então conhecida como Campinho (que hoje denomina apenas o território do bairro vizinho à Madureira), era um pólo de redistribuição da produção de cana de açúcar, tijolos e telhas, grãos, legumes e verduras da Baixada de Irajá; pecuária, legumes e frutas produzidos na Baixada de Santa Cruz; e da cana de açúcar e manufaturados da Baixada de Jacarepaguá. Interiorizando a produção excedente de Irajá; e servindo como meio de ligação para o escoamento dos produtos de Santa Cruz, cuja outra opção de acesso ao Centro seria por mar, dependendo de grandes embarcações que geravam mais custos; e Jacarepaguá, ainda isolada pelos morros da Tijuca.

Chegando à região do campinho, a produção seguia para o Centro por terra, em trajeto próximo ao que conhecemos atualmente como avenida Suburbana, ou era escoada em pequenas embarcações pela praia de Maria Angu[23], conforme figura 4.

23. Hoje aterrada para construção da avenida Brasil, ficava próxima à Praia de Ramos.

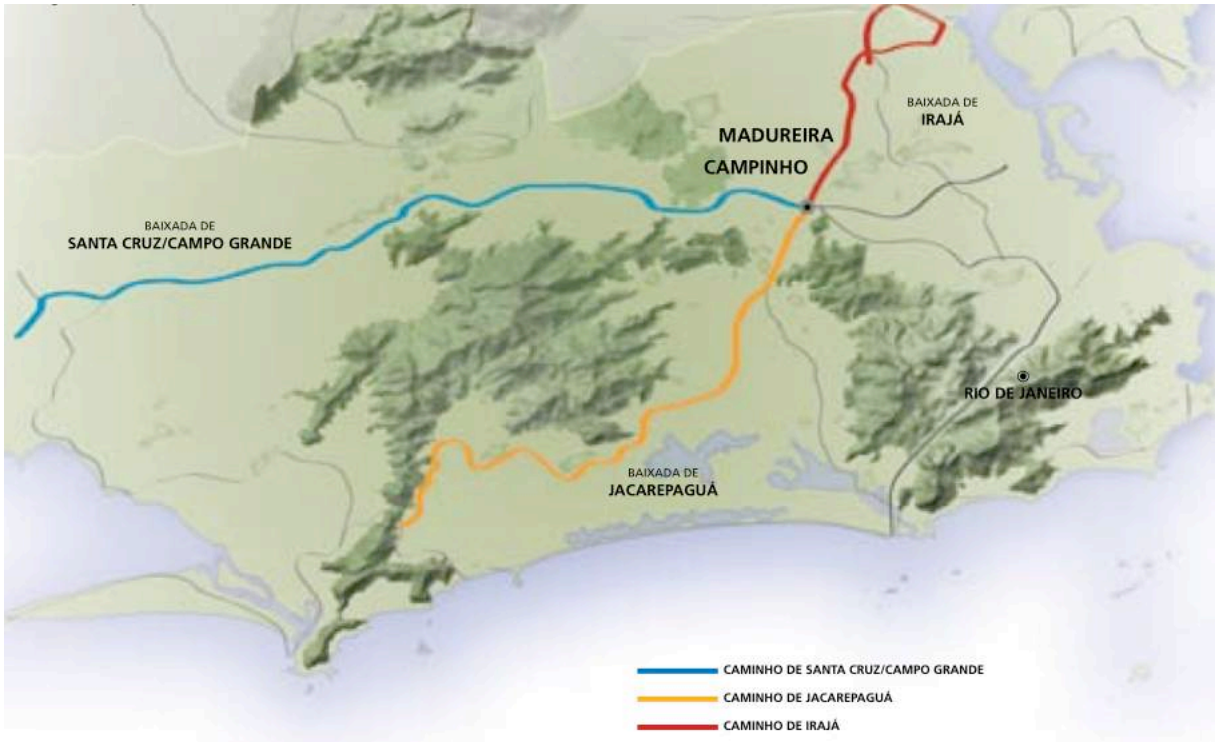


Figura 4 – As grandes baixadas da cidade do Rio de Janeiro e suas rotas de acesso[24]

Com a chegada da família real, no início do século XIX a região é impactada pelo aumento da demanda de alimentação, com a inflação da população migrante, e por se tornar ponto de parada daqueles que seguiam para Santa Cruz, já que D. João e sua comitiva passaram a ocupar a 'Fazenda Real de Santa Cruz' como residência de veraneio.

Nesta época, a região era formada pela fazenda do Portela (entre a estrada de Irajá e Turiaçu), Fazenda do Campinho (entre o largo do Campinho e as estradas de Santa Cruz e Irajá até Bento Ribeiro) nesta última as terras foram em parte desmembradas e adquiridas por Lourenço Madureira, antigo tropeiro que, após adquirir a fazenda tornou-se também um importante comerciante atacadista, vindo a nominar posteriormente o bairro.

Na virada do século XIX para o XX alguns marcos fortalecem a vocação comercial da região com a inauguração ferroviária da Estação Madureira (1890), estação Dona Clara (1897), Usina Hidrelétrica de Fonte (1908), Mercado de Madureira (1914).

Embora a ferrovia suburbana não tenha surgido com o objetivo de atendimento à população, mas sim para o transporte de carga, a sua participação foi estruturante e

24. Composição gráfica de Rômulo Passos A. Vendramin baseada em pesquisas de Ronaldo Luiz Martins – 2009, disponível em MARTINS, 2009, p.25.

fundamental para animar a vida suburbana. A estação de trem configurava- se como um pólo de reunião da população e a concentração das residências ia se dissipando conforme o distanciamento da estação, principalmente pela dificuldade da capilarização do transporte devido a ausência de serviços auxiliares como bondes, num primeiro momento, e depois de ônibus, e ainda pela facilidade da moradia na sua proximidade.

Essas centralidades regionais promoviam fluxos comerciais e também socioculturais:

> Na vida dos subúrbios, a estação da estrada de ferro representa um grande papel: é o centro, é o eixo dessa vida. Antigamente, quando ainda não havia por aquelas bandas jardins e cinemas, era o lugar predileto para os passeios domingueiros das meninas casadouras da localidade e dos rapazes que querem casar, com vontade ou sem ela. Hoje mesmo, a gare suburbana não perdeu de todo essa feição de ponto de recreio, de encontro e conversa. Há algumas que ainda a mantém tenazmente, como Cascadura, Madureira e outras mais afastadas. (BARRETO[25], 1981, *apud* BENCHIMOL, 1992, p 261)

Segundo Abreu (1988) poucas décadas separam o advento da ferrovia à reconfiguração do bairro:

> Madureira, a humilde estação da central, inaugurada em 1890, alcançou em trinta e dois anos um avanço formidável. Desde 1918 que se transformou o aprazível subúrbio (...) conta com animadíssimos cafés, confeitarias, lojas de moda, armarinhos, mercado, ostentando algum luxo em quatro ou cinco lojas principais (Abreu[26], 1988 *apud* FRAGA E SANTOS, p. 14, 2015).

De acordo com Souza (2015), o crescimento de Madureira é refletido no aumento da população, que cresceu 109% entre 1890 e 1906 e 263% entre 1906 e 1920.

Fraga e Santos (2015) apontam ainda que já existiam, na década de 1920, registros sobre os coretos carnavalescos em Madureira, que eram adornados cenograficamente com um tema anualmente definido para abrigar os jurados, que avaliavam a performances dos grupos, e as bandas de música. Segundo as autoras, essas atividades contavam com apoio do comércio local, provocando inclusive rixas com aqueles comerciantes que se recusavam a contribuir com o patrocínio da festa, sob a alegação de falso envolvimento com o bairro, sendo este um dos fatores de criação de vínculos entre os integrantes de diferentes classes do bairro.

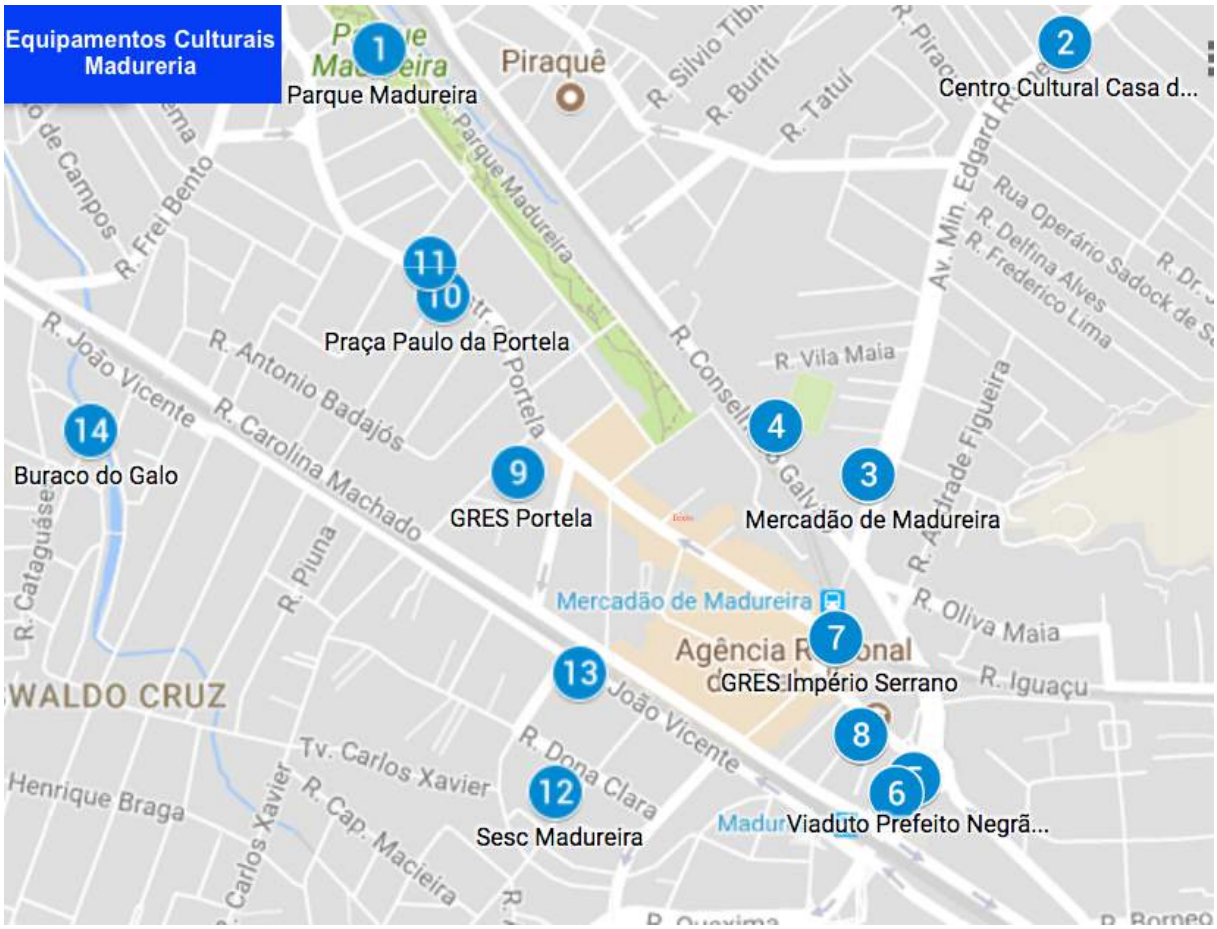
Para Martins (2009), foi na primeira metade do século XX que surgiram importantes ícones de Madureira: Cine Beija-Flor (1904), Café Haia (1910), o Fidalgo Madureira Atlético Clube (1914), Cinema Alfa (1928), Portela (1935), Cine Coliseu (1938), Império Serrano (1947); nas palavras de Monarco, presidente de honra da Portela:

25.BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Brasiliense, 1981
26. ABREU, Mauricio. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar/Ibam, 1988, p.81

> Madureira, já naquela época, nos anos 40, tinha grandes lojas. E também os pontos de corrida de cavalo, os pontos do bicho, a Dona Clara, as batalhas de confete que reuniam os blocos, as escolas de samba. Em Madureira tinha mesmo muita opção. Por exemplo, o cinema Beija-Flor, que custava 1.100 naquela época – não era cruzeiro nem real, não. Acho que eram dez tostões e um centavo. Madureira era populosa, um centro comercial. (Prefeitura e SESC Rio, 1998 *apud* BRITO, 2013, p.4)

Em 1952 é Madureira que sedia o primeiro teatro do subúrbio, idealizado pela 'vedete do subúrbio', a atriz Zaquia Jorge, o Teatro de Revista Madureira é inaugurado em 1952, tendo como primeira peça 'Trem de Luxo', em alusão ao seu desejo de levar para o subúrbio a mesma qualidade teatral existente no Centro e Zona Sul da cidade, conforme Brito (2013). A segunda metade do século marca o surgimento de equipamentos importantes para o bairro como o Viaduto Negrão de lima (1958), Tem Tudo (1966), Shopping São Luiz (shopping dos peixinhos) também da década de 1960, e o Madureira Shopping Rio (1989). O Parque Madureira é inaugurado já no século XXI, em 2012.

A intensidade da vida cultural de Madureira, com ou sem a presença de equipamentos de cultura e lazer formais, marcada pela presença de manifestações culturais de matriz afro-brasileira, somados ao intenso comércio e circulação de pessoas, devido a convergência do transporte público de massa, compõem a tríade da identidade tradicionalmente evocada pelo bairro. A seguir, apresento um mapeamento dos principais espaços culturais em atuação na 'Grande Madureira':



1. Parque Madureira: espaço de lazer ao ar livre, possui pista para ciclismo, caminhada e patinação, pista de skate, palco para shows, quiosques, jardins botânico e sensorial, balneários artificiais, Nave do Conhecimento, quadras poliesportivas, bocha, mesas de pingue-pongue, Teatro, dentre outras.

2. Centro Cultural Casa do Jongo: dedicado à preservação e difusão do jongo, o espaço possui exposição permanente da história do jongo e do samba no Morro da Serrinha e no bairro de Madureira, biblioteca, estúdio, cineclube, realiza oficina de manifestações afro-brasileiras e sedia a roda Samba na Serrinha, realizada mensalmente.

3. Mercadão de Madureira: patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro, é um dos principais mercados populares da cidade; sempre apinhado de consumidores, mistura cheiros e cores e oferece variedade de produtos a preços acessíveis.

4. Madureira Esporte Clube: principal time de futebol do bairro, o tricolor suburbano nasceu em 1933 da fusão do ‘Fidalgo Madureira Atlético Clube’, ‘Madureira Tênis Clube’ e ‘Imperial Basquete Clube’.

5. Viaduto Prefeito Negrão de Lima: o espaço que funciona como estacionamento durante o dia, transforma-se nas noites de sábado para dar vez a um dos principais bailes charme do Rio conhecido também como ‘Viaduto de Madureira’ ou ‘Espaço Cultural Rio Charme’ – foi reconhecido como patrimônio imaterial da cidade em 2013.

5.1 Reggae na Kombi: realizado também sobre o Viaduto Negrão de Lima, na frente no ‘Espaço Rio Charme’, o evento acontece semanalmente, as quartas-feiras, desde 2014. O formato é expresso já no título: a kombi estaciona e toca reggae, nas primeiras edições utilizava apenas um micro-system e agora também apresentações ao vivo.

6. CUFA: a organização da sociedade civil atuante em diferentes estados do país e do mundo é sediada em Madureira. No espaço oferece cursos de formação nos campos profissionais, da arte e do esporte, além de realizar eventos.

6.1 Praça das Mães: nome do largo formado também embaixo do Viaduto Negrão de Lima, é um ponto de comércio de barraquinhas durante o dia e a noite transforma-se num ‘pólo gastronômico’ abrigando barracas de sanduíches, caldos, churrasquinho e petiscos. É nesse espaço que a Cia de Aruanda – que pesquisa, forma e divulga danças populares como o jongo, batuque, afoxé, maculelê, dentre outras – realiza ensaios abertos, o ‘Fuzuê de Aruanda’, mensalmente.

7. GRES Império Serrano: uma das mais tradicionais escolas de samba do Rio de Janeiro, a verde e branco de Madureira está sediada atualmente na antiga sede do Mercadão de Madureira. A Escola, que volta ao grupo especial em 2018, acumula nove campeonatos; sambas clássicos como ‘Aquarela Brasileira’ e uma das alas de compositores mais respeitadas com personalidades como Silas de Oliveira, Aniceto do Império, Dona Ivone Lara, Beto sem Braço e Arlindo Cruz.

8. Papa G: a boate de três andares é um ponto de concentração da comunidade LGBT em Madureira, que realiza a segunda maior Parada Gay da cidade. Semanalmente a Travessa Almerinda Freitas, onde está localizada, reúne centenas de pessoas que não se restringem às atividades da boate.

9. GRES Portela: a ‘majestade do samba’ é uma das primeiras escolas de samba carioca e a que mais recebeu títulos, acumulando vinte e dois campeonatos, incluindo-se o último, de 2017 com enredo sobre os rios sob o titulo “Quem nunca sentiu o corpo arrepiar ao ver esse rio passar”. A azul e branco, representada pela águia, é escola de ‘bambas’ como Zé

Keti, Aniceto, Tia Surica, Manacéa, Monarco, João Nogueira, Candeia, Paulinho da Viola, Wilson Moreira, Noca da Portela, dentre outros.

10. Praça Paulo da Portela (Feira das Yabás): o evento realizado mensalmente reúne apresentações musicais, a culinária produzida pelas principais matriarcas da região e feira de artesanato e acessórios.

11. Portelinha: primeira sede da GRES Portela, o espaço sedia eventos e reuniões.

12. SESC Madureira: sede do Serviço Social do Comércio no bairro, possui biblioteca, teatro, salas de recreação, piscinas, ginásio, sala de exposição, cozinha experimental, etc, oferecendo cursos, ginástica, aulas de esportes, consultas odontológicas e programação de eventos de diferentes manifestações culturais.

13. Pagode da Tia Doca: o quintal da Tia Doca, pastora da Portela falecida em 2009, abriga uma das mais tradicionais rodas de pagode de mesa, realizada semanalmente aos domingos.

14. Buraco do Galo (e Agbara Dudu): realizado mensalmente na lateral da COHAB de Oswaldo Cruz, a roda de samba tradicional, tem no repertório sambas de partido alto, sambas de terreiro e de quintal. A formação diferencia-se também pela participação das ‘pastorinhas’. Alguns membros da roda de samba, também integram o bloco Afro Agbara Dudu – um dos mais antigos da cidade, formado em 1982, e que realiza ensaios no mesmo local esporadicamente.

2. Propriedade e desapropriações

Nosso percurso analítico da conjuntura da criação do Parque Madureira, bem como seus impactos e usos, passa agora a discutir as transformações simbólicas decorrentes das intervenções físicas impressas naquele território para a sua implantação.

Para isso, nos voltamos ao momento imediatamente anterior à construção do Parque para examinar a história da ocupação prévia deste território e as suas implicações nos modos de vida dos que ali se encontravam presentes.

Mostraremos que o projeto de construção do Parque Madureira posto em prática está alinhado com a "Cidade Global" (Arantes; Vainer; Marcato, 2000) – lógica de gestão municipal que privilegia as construções de espaços de lazer espetaculares; realizados em parceria com o setor privado; utilizando a metodologia do planejamento estratégico; com pouca, ou nenhuma, participação popular; promovendo, invariavelmente, a expulsão das populações de baixa renda residentes nas áreas destinadas à instalação destas obras e, consequentemente, desencadeando processos de gentrificação[27] nas regiões destas intervenções.

Esta desapropriação forçada pelo Estado às populações mais vulneráveis é uma estratégia de reconversão de objetos com caráter de "próprio" conquistados pelas classes mais pobres.

Assim, vamos tratar neste capítulo da questão do "próprio" no que se refere a "propriedade da terra" através dos tencionamentos entre sociedade e Estado no que se referem às questões do direito de posse, travados mais especificamente nos discursos que buscam contrapor "habitação de interesse social" *versus* "bem coletivo maior".

27. Derivado do termo em inglês *gentrification*, cuja tradução é enobrecimento, refere-se comumente ao processo de segregação espacial onde a população mais pobre é levada a deslocar-se da região de sua moradia após esta sofrer intervenções urbanas que elevam o preço dos seus imóveis.

2.1 No início, uma cerca.

- Mãe, eu já sei o que eu quero ser quando crescer.
- É mesmo? O que você quer ser?
- Eu quero ser dono.
Quase desmoronei, mas, resolvi investigar:
- Você quer ser dono do que?
- Eu quero ser dono, não importa, quero ser dono.[28]
Adi Leite

"Propriedade" – termo que define a qualidade do "próprio" - possui distintos sinônimos, conforme apontamos na introdução desta pesquisa, no entanto a sua acepção no sentido de "terreno", "imóvel", "edificação" - ou seja, o espaço com potencial para residência ou produção - é recorrentemente utilizado como metonímia do termo. Quando alguém fala "minhas propriedades", dificilmente o interlocutor estará se referindo a sua composição celular, seus atributos ou particularidades, mas sim das casas, terrenos ou fazendas que possui.

Ao nos debruçarmos sobre a questão do "próprio" como aquele espaço de exercício do querer e poder, conforme apresentado por Certeau[29], nos indagamos sobre as origens desse desejo de ingerência tão arraigado na forma de ser do humano contemporâneo - uma autoridade que se eleva sobre o destino das coisas e das pessoas; a obediência das suas normas; o poder de decidir que se detém ao estar num espaço de comando crível para os seus subalternos.

Rousseau elaborou uma conjectura[30] sobre o assunto onde o sentido de propriedade tal como conhecemos, na história ocidental[31], estabeleceu-se no momento em que alguém cercou um pedaço de terra e denominou-o seu, demarcando assim a sua posse sobre o espaço determinado segundo a sua própria vontade e impossibilitando os demais de ali intervir. A primeira pessoa que se deparou com tal novidade não confrontando o inventor da posse da terra, por concordância, comodismo ou insegurança, tratou logo de cercar outro pedaço e repetir o ritual de batismo. Assim, sucederam-se as delimitações, uma após a outra, até que a terra, bem limitado, tornou-se escassa não comportando novos cerceamentos.

---

28. http://saopaulosao.com.br/colunistas/807-sobre-filhos,-decis%C3%B5es-e-ser-dono.html
29. CERTEAU, 1998, p.99
30. ROUSSEAU, 1755, p.30
31. Há ainda outras correntes teóricas que se opõem a Rousseau, por exemplo Arendt (2007) analisa a posse da propriedade privada como requisito para ingresso na vida pública.

Seguindo essa teoria, a terra foi sendo tomada e distribuída de forma aleatória em sua localização e tamanho, e apropriada com base na anterioridade da ocupação, sem considerar as necessidades de abrigo e subsistência do coletivo. Àqueles que tardaram em instituir seu espaço próprio coube à negociação do uso temporário do espaço ou da sua cessão permanente, com os então proprietários, geralmente mediante a transação financeira.

Desta feita, verificamos que na Idade Média os vassalos permutavam a sua moradia e proteção pelo cultivo da terra do senhor feudal e taxação de parte da sua produção; ao vassalo não era facultado o direito da venda da terra e nem aos seus descentes a sua transferência. "A relação feudal era um vínculo pessoal e vitalício fundado na dominação de quem detinha a terra sobre a subordinação de quem dela necessitava"[32]

Este controle absoluto dos territórios - recurso fundamental para sobrevivência - e, portanto ferramenta de opressão dos proprietários por aqueles não o possuíam, ficando a mercê dos interesses e das condições de uso definidas pelos primeiros, quando posteriormente transfigurados na figura do Estado, suscitou inúmeras insurreições ao longo da história e o desejo de expansão dos seus limites, já que a terra fora transformada em capital econômico e político - pois ao domínio dos territórios vinculava-se à subordinação dos povos ali existentes e os lucros dos modos de produção próprios daquele ambiente ampliavam a diversidade de seus recursos - instaurando um modo de ocupação que sobrepuja a anterioridade pela violência.

No século XVII a emergência da razão Iluminista – possível graças a outros movimentos do século anterior como o Renascimento, o advento do mercantilismo e a Reforma Protestante, que provocaram a queda do modelo feudalista – constitui a base ideológica da Revolução Francesa, que vai, no século seguinte, culminar com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, sendo ao lado da Lei das Doze Tabuas romana, um marco dos direitos civis no mundo ocidental.

Como uma das motivações da Revolução era a concentração da posse das terras francesas pela nobreza, à vitória da burguesia sucedeu a inclusão do direito à propriedade na legislação - acompanhado dos direitos à liberdade, segurança e resistência à opressão - como um "direito natural e imprescritível do homem", conforme:

---

[32]. MIRANDA, 2005 *apud* BRAGA, 2009 p. 9

> Art. 1o. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.
>
> *omissis*
>
> ... Art. 17.o Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização." (Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789).

Para Proudhon, a inclusão da propriedade no rol dos direitos fundamentais se deu por que

> O povo quis que a condição de proprietário fosse igual para todos; que cada um pudesse gozar e dispor livremente dos seus bens e lucros, do fruto do seu trabalho e indústria. O povo não inventou a propriedade; mas como ela não existia para ele da mesma forma que para os nobres e tonsurados, decretou a uniformidade desse direito (PROUDHON, 1975, p. 30)

Ou seja, para o autor, o direito de ter a sua propriedade inviolada e ter a liberdade para fazer uso dos seus bens como melhor lhe provier, seria um vetor de promoção de desigualdade, pois reproduzia uma situação de concentração de terras previamente desigual; para ele, a questão principal é que ao garantir a cada um o direito de posse, não se garantia necessariamente a posse de todos.

Proudhon defende ainda que a corrente do jusnaturalismo, ou direito natural, cujo pensamento influenciou a criação da Declaração dos Direitos, errara ao classificar a propriedade no mesmo patamar dos direitos naturais – aquelas condições mais primárias, encontradas num suposto estado natural da humanidade, anteriores ao contrato social, onde idealiza-se que as pessoas viviam em plena liberdade. O direito à vida e à liberdade teria como premissa a garantia da dignidade humana, enquanto os recursos ofertados pela natureza, como o ar e a água, por serem ilimitados se diferenciariam da terra por esta ser um recurso natural finito, e, portanto a defesa do seu direito de posse estaria necessariamente atrelada à limitação do seu uso.

> O homem, nascendo, conforme provamos, com direito à perfeita liberdade e gozo incontrolado de todos os direitos e privilégios da lei da natureza, por igual a qualquer outro homem ou grupo de homens do mundo, tem, por natureza, o poder não só de preservar a sua propriedade – isto é, a vida, a liberdade e os bens – contra os danos e ataques de outros homens, mas também de julgar e castigar as infrações dessa lei por outros conforme estiver persuadido da gravidade da ofensa, mesmo com a própria morte nos crimes em que o horror do fato o exija, conforme a sua opinião (LOCKE, 1978, p 67 apud MARQUES 2005, p. 331)

Assim, para Locke a propriedade seria um direito absoluto. A questão que se coloca é que o direito à propriedade tal como enunciado versa, na verdade, sobre o direito do cidadão que tem a posse de mantê-la, e não dispõe sobre o direito de que a todos caiba "uma parte do latifúndio"[33]. Trata-se assim, de um direito que opera pelo aspecto negativo: "Se eu quero ser respeitado no meu direito de apropriação é preciso que eu respeite o dos outros" (PROUDHON, 1975, p. 56).

É importante destacar que, embora permeado por contradições, o direito à propriedade foi posto em prática considerando também a sua necessidade distributiva. Nos anos que sucederam a Revolução Francesa foi realizada uma Reforma Agrária no país, a partir do confisco das terras da nobreza e da Igreja, repartidas em lotes e vendidas a preços acessíveis a população.

> Assim o solo foi apropriado por uma necessidade de igualdade, para a segurança pública e para o gozo pacífico de cada um. Claro que a partilha nunca foi geograficamente igual; uma quantidade de direitos, alguns fundados na natureza, mas mal interpretados, infelizmente, ainda mais mal aplicados, as sucessões, as doações, as trocas; outros, como os privilégios de nascença e dignidade, criações ilegítimas da ignorância e da força brutal, foram causas que impediram a igualdade absoluta (PROUDHON, 1975, p. 65).

Esta teoria proposta por Proudhon, a qual também assentimos em seus preceitos, torna-se utópica no contexto social em que vivemos onde a terra ainda é um capital primordial para exercício e manutenção do poder.

Segundo Raquel Rolnik, a definição moderna de liberdade é amparada simultaneamente na ideia de autonomia e da "exclusão dos outros de uma esfera própria, do ser deixado em paz. E a propriedade passa a ser esta garantia de poder sobre uma parcela de coisas que exclui outrem" (ROLNIK, 2015, p.197).

Transfigurando desta forma a propriedade como premissa para a liberdade, e implicando ao Estado a responsabilidade da garantia de uma como condição da outra.

Nesse sentido, qualquer ameaça à propriedade seria também um ataque ao exercício da liberdade – construção ideológica que sustenta a primazia da propriedade privada ainda que esta fira a sua função social, como observamos na rejeição à implantação da reforma agrária de forma mais efetiva no Brasil, por exemplo.

---

33. Menção à música "Funeral de um Lavrador", de Chico Buarque de Holanda.

Retomemos os embates entre estratégias e táticas que norteiam esta pesquisa. Para Certeau, o "próprio" é uma vitória do lugar sobre o tempo", onde as estratégias empreendidas pelo grupo dominante são

> ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de *lugares físicos* onde as forças se distribuem. (CERTEAU, 1998, p.102)

Por isso, elas privilegiariam as relações espaciais, pois é ali onde a sua vantagem se circunscreve. Ora, a propriedade da terra é a forma mais objetiva de domínio do espaço físico; confere ao proprietário o poder de definir o seu uso como bem lhe provier, e por ser um recurso fundamental, é objeto de distinção da classe dominante.

Quando tal elemento da disputa é ainda referendado pela força da lei e ideologicamente percebido como meio de garantia da liberdade, este passa a servir como pretexto para a dominação dos mais fracos; e, no limite, esse "direito à liberdade" transforma-se no "direito do mais forte".

Ao garantir ao proprietário a posse de terras não produtivas, por exemplo, quando há população em busca de terras para subsistência e abrigo, estabelece-se aí um jogo desigual que opõe direito e justiça.

> O proprietário é senhor de deixar apodrecer os frutos, semear sal no campo, usar as vacas em trabalhos na areia, transformar uma vinha em deserto e converter uma horta num parque: tudo isso é, sim ou não, abuso? Em matéria de propriedade o uso e o abuso confundem-se necessariamente. [*grifos nossos*] (PROUDHON, 1975, p. 35)

O direito à posse daquilo que é maior do que lhe baste, institui pela remuneração sobre os imóveis sobressalentes, a distinção entre proprietário e usufrutuário, onde o proprietário sem esforço na transformação da terra é remunerado com parte de seus lucros advindos do seu uso por terceiros – modelo similar de transação efetuada entre vassalos e senhores na Idade Média.

O que nos leva a outra conjectura: que a proteção da propriedade da terra não foi considerada um direito no desdobramento da Revolução Francesa visando permitir que as classes mais pobres pudessem ter acesso aos mesmos bens de consumo até então exclusivos da nobreza, mas que a burguesia – classe que ascendeu com esta insurreição – em sua maioria formada por comerciantes e banqueiros precisasse criar as bases para o novo sistema econômico que se consolidava:

> Se a terra estivesse [...] à livre disposição de todos, então estaria faltando um elemento principal para a formação do capital. [...] Assim a 'produção' do trabalho não remunerado de outra pessoa se tornaria impossível e isso poria um fim definitivo à produção capitalista. (MARX, 1969, p.43 *apud* ROLNIK P. 195)

Na prática, no contexto metropolitano brasileiro enquanto alguns disputam a propriedade indiscriminadamente, separando-a da sua função social e ignorando os prejuízos que sua distribuição desigual causa a todos, as classes populares se equilibram entre o pagamento de aluguéis superestimados e a ocupação das áreas menos valorizadas sem garantia de sua permanência – em muitos casos, áreas de risco, inclusive – na impossibilidade da aquisição da propriedade em áreas menos suscetíveis à intervenção governamental, das milícias e/ou do tráfico. Para além da disputa material, soma-se a *superidealização* da casa própria como única forma de segurança da habitação, e como bem que avaliza a dignidade, aquele que garante o abrigo da família, perpassando as gerações como bem permanente, e, em última instância que tem a sua aquisição como objetivo fim do trabalho de toda uma vida.

Após este breve apanhado da acepção de 'propriedade', vamos analisar os precedentes da construção do Parque Madureira e o impacto para as famílias que habitavam aquele espaço e foram forçosamente deslocadas, alijadas de sua propriedade, para a sua implantação.

2.2 O surgimento da horta da Vila das Torres

No final da primeira década do século XX, a empresa Light começa a operar na distribuição de eletricidade para a cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana criando em 1908 a Usina Hidrelétrica de Fontes, em Piraí, cuja transmissão da energia passava pela subestação de Nova Iguaçu e Cascadura; formando, no trecho entre Guadalupe e Cascadura, um corredor de 90m de largura e 5 km de extensão (Martins, 2009).

Na impossibilidade da área incorporar o uso industrial, residencial e árvores altas, que poderiam comprometer a integridade das torres de transmissão ali instaladas, a Light cede o espaço para que lavradores portugueses cultivassem hortas, em regime de comodato.

Como as reformas empreendidas no Centro da cidade por Pereira Passos haviam reduzido os pastos e capinzais naquela região, a procura por capim para animais tornava esta prática mais lucrativa do que o cultivo de legumes e verduras, até por que sua plantação dependia de menos cuidados para boa safra; por isso, os agricultores localizados em Jacarepaguá e Irajá optam por investir neste segmento. Com isso, a produção de verduras, ervas e vegetais sob as linhas de transmissão da Light, passam a dominar este mercado, sendo rapidamente distribuídas pela estação de Magno (atual estação Mercadão de Madureira) até o Centro pela sua proximidade, criando um pólo comercial de escoamento da produção pelo trem e busca direta pelos insumos ali produzidos.

Segundo Martins[34], a este comércio primário foi sendo agregada a venda de outros produtos como frutas, utensílios, etc, culminando com a criação do Mercado de Madureira, em 1914. Com a intensificação da produção agrícola os produtores passaram a habitar o espaço entre a linha férrea e as torres de transmissão da Light, dando origem à Vila das Torres.

Conforme podemos observar na figura 5[35], onde a linha do trem está a esquerda, o casario ao Centro e na ponta as torres de transmissão com a horta a seus pés. Já a figura 6, apresenta o trecho da plantação em frente ao Shopping Madureira, de outra perspectiva.

34 MARTINS, 2009, p.42
35. Fonte: The Informal City

Figura 6[36]

Pouco mais de cem anos se passaram até que os moradores da Vila das Torres sofressem com a desapropriação de suas casas, pois o território que ocupavam passava a ser considerado de utilidade pública para dar lugar ao Parque Madureira. Nas palavras do Prefeito Eduardo Paes:

> "O importante é que aquele local vai deixar de ser um espaço de alguns poucos agricultores e de um monte de fios elétricos, e passa a ser um espaço de toda a população. Vai ser um grande espaço de encontro das famílias e de lazer para o povo do subúrbio". (MADUREIRAON, 2010)

36. Foto: Eduardo Sá/Fazendo Media.

Assim, ao pensarmos sobre a construção do Parque Madureira, a reconfiguração da paisagem que ele inaugura e os novos fluxos que ele proporciona, é fundamental entender sob quais termos este equipamento foi planejado, não só no que se refere às instalações físicas, mas porque tais instalações se deram daquela forma, a qual público se destinava, as possibilidades de conciliação, e valorização, com os modos de vida ali presentes ou o desejo de ruptura.

São estas escolhas que definem os limites entre uso e abuso do espaço, no choque entre participação e segregação.

Como veremos mais adiante, a impossibilidade de composição entre agricultores e população é uma escolha onde a retórica sobrepõe às possibilidades materiais de construção, deixando entrever que o discurso pretende sustentar uma lógica de planejamento urbano excludente.

2.2.2 O contato com o campo de pesquisa

Cheguei à Vila das Torres numa tarde de março de 2017 - na verdade, no trecho remanescente daquela Vila, agora restrita ao trajeto que vai da entrada do Parque Madureira, percorrendo a Rua Soares Caldeira até o Império Serrano, com cerca de 400m, uma vez que as casas e as hortas existentes no intervalo entre o bairro de Guadalupe e Madureira, até aquele ponto, deram lugar ao Parque Madureira, figuras 7, 8 e 9.

Figura 7 – Vista aérea da Vila das Torres, em 2009.[37]

Figura 8 – A Vila das Torres, em 2010[38].

37. Fonte: PortalGeo. Acessado em: SOUZA, 2015, p.29
38. Autor: Catalytic Communities. Acessado em: https://www.flickr.com/photos/catcomm/5243815496/in/album-72157625555379958/

Figura 9 – Vista aérea da Vila das Torres, em 2011.[39]

Embora já tivesse ido ao Parque inúmeras vezes para lazer ou pesquisa de campo, aquele pedaço nunca havia feito parte do meu itinerário; e mesmo antes do surgimento do Parque, apesar de ser frequentadora do bairro de Madureira admito que desconhecia a horta e a Vila das Torres, para mim aquele lugar era uma passagem utilizada para cortar caminho entre o Shopping Madureira e a rua Conselheiro Galvão, para chegar até o Mercadão - atalho que nunca havia tomado.

Como as minhas pesquisas bibliográficas haviam apontado que a rua que eu avistava quando visitava o Parque, sem nunca adentrar, estava incluída no projeto da sua construção e era contigua a área que fora desapropriada, entendi que seria importante para a pesquisa conversar com os moradores dali, pois eu poderia tanto ouvir sobre a memória da Vila e do processo das remoções, quanto entrar em contato com um simulacro do que era a comunidade original.

Sem estabelecer contato prévio com um morador do local, pois não havia conseguido acessar remotamente nenhuma organização daquele espaço, até porque a sede da Associação de Moradores já havia sido demolida; decidi ir sozinha à Vila e tentar contatar alguém pessoalmente, até para decidir se deveria entrar ali sozinha ou não.

39. Fonte: PortalGeo. Acessado em: SOUZA, 2015, p.29

Me aproximando um pouco mais da entrada vi um senhor vendendo verduras em uma barraca bem na esquina da curva que a rua Soares Caldeira faz logo após a entrada do Parque. Pensei na hora que não haveria de ser coincidência, me aproximei e perguntei se ele morava por ali e conhecia a história do lugar e das hortas que ali existiam. A resposta, inesperada, foi a melhor que uma pesquisadora na minha situação poderia receber: "Sou o mais velho daqui, conheço todo mundo. Ficaram só umas três hortas aqui, a minha e mais duas."[40]

Assim, dei inicio as entrevistas com os moradores do trecho remanescente da Vila das Torres, suas histórias se entrelaçam e fundamentam as reflexões e análises que desenvolvo a seguir.

Importante relatar que após a minha primeira conversa com o Sr. Nogueira[41] que me garantiu que poderia seguir caminho pela Vila sem problemas, decidi caminhar sozinha por ali e me deparei com uma comunidade asfaltada, com crianças brincando na rua, um idoso com a cadeira na soleira, casas de alvenaria, algumas com dois pavimentos, moderado fluxo de carros e uma pequena plantação. Me senti numa ilha ao redor daquela agitação típica de Madureira e seu intenso comércio.

Olhando com mais atenção, reparei que em praticamente todas as casas havia uma inscrição com um número de identificação da SMH (Secretaria Municipal de Habitação), o que significava que estavam literalmente marcadas para serem demolidas, percebi então que não estava mesmo tão distante de um Centro urbano e suas tensões territoriais.

Enquanto registrava as inscrições com meu celular, uma das meninas que brincava com outras duas crianças, aparentando cerca de 10 anos, me perguntou: "moça, porque a senhora está tirando foto?", demonstrando certa apreensão. Disse que era porque queria mostrar que aquilo ali ainda estava escrito, para um "trabalho da faculdade", querendo demonstrar que não precisava se preocupar; perguntei se ela morava ali há muito tempo e dei um sorriso e ela acenou positivamente, ainda ressabiada. Essa breve conversa, vivência onde os olhares e as intenções narradas pelo corpo contam muito mais que as palavras, me fizeram pensar como o episódio das remoções dos seus vizinhos foi traumático para ela e demais moradores e o quanto a insegurança da posse da casa que ela habita atualmente ainda ronda aquele lugar, sobretudo por estar ainda marcada em cada casa.

40. Entrevista 1
41. Visando a sua segurança, todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

Figura 10 - Entrada da Vila das Torres, pelo Parque Madureira.

Figura 11 - Detalhe das marcações da SMH

Figura 12 – Horta remanescente da Vila das Torres[42]

2.3 Propriedade cambiante

Os moradores responsáveis pelos domicílios que foram demolidos da Vila das Torres, e aqueles que conseguiram manter suas residências na parte da Vila aonde não houve intervenção do Estado, constituíam, em sua maioria, o segundo e terceiro ciclo de moradores da comunidade que primeiro ocuparam o corredor que ia de Cascadura até Guadalupe – importante observar, que apesar das torres de transmissão se estenderem até Piraí, o trecho cultivável era um recorte deste trajeto.

42. Autora Luciana Ribeiro.

O fato dos primeiros ocupantes terem, em sua maioria, origem portuguesa vai de encontro ao ápice do fluxo migratório - entre 1901 e 1930, são 754.147 imigrantes portugueses, mais que o dobro do período anterior, entre 1881 e 1900, onde esta população era de 316.204 imigrantes portugueses -, conforme Fraga e Santos[43]. Estimulados pela lei de imigração, buscando escapar da 1ª Grande Guerra ou da crise pela defasagem de mão de obra provocada pela Revolução Industrial, num cenário em que a maioria da população tinha a agricultura como principal meio de subsistência.

Em entrevista, o Sr. Nogueira hoje com 84 anos, paraibano que chegando ao Rio, logo trabalhou na horta na altura de Honório Gurgel, confirma o fato: "Eu mudei para o Rio em janeiro de 1971, vim visitar meu irmão que trabalhava na horta na altura de Honório. Não vim para trabalhar, vim visitar, mas o 'português' me pediu para ajudar ele na feira e eu fui, gostaram do meu trabalho e acabei ficando. Trabalhei 12 anos com o 'português' lá em Honório, naquele tempo eram todos portugueses, depois foi passando para os conterrâneos [*a propriedade das hortas*]."[44]

Quando 'o português' decidiu retornar a Portugal, deu uma parte do terreno, ainda na altura de Honório Gurgel, para o Sr. Nogueira que o vendeu e depois de alguns anos; já na década de 1980, comprou o terreno do irmão que havia vindo visitar na década de 1970, já no trecho final da rua Soares Caldeira, aonde reside até hoje.

Não foi o único caso. Com o passar dos anos, a população majoritariamente portuguesa foi dando lugar aos migrantes de outros estados do país, através da venda ou repasse dos imóveis usualmente no núcleo familiar ou próximo, quando os antigos ajudantes da horta, migrantes principalmente do Norte e Nordeste, ascenderam à condição de proprietários, conforme narrado pelo gestor da Light[45]: "Isso começou há muitos anos atrás, com os portugueses, aí os nordestinos vieram para trabalhar como empregados, aí os portugueses iam saindo e os nordestinos acabaram ficando como donos das hortas".

Outros depoimentos reforçam a proximidade existente entre antigos e novos moradores, o que tornava a convivência particularmente próxima.

Dona Marta, que tem um *box* no Mercadão das Ervas – setor do Mercadão de Madureira dedicado ao comércio de ervas medicinas e verduras, onde a maior parte dos

43. Fraga e Santos, 2015, p. 11
44. Entrevista 1
45. Gestor da Light, sob o nome fictício Lígio, em SOUZA, 2015, p. 58.

vendedores são antigos agricultores da Vila das Torres - me mostra recortes de jornal com fotos de seu tio, um dos primeiros síndicos do Mercadão; noutra foto, ela ainda menina, aparece varrendo em frente a banca da família, no edifício do Mercadão anterior ao atual, que fora reformado por conta de um incêndio ocorrido em 2000.

Ela morou na Vila das Torres por 54 anos, migrando de Minas Gerais com a mãe, o pai e os irmãos, que vieram para ajudar o tio na horta e dela apreenderam ofício. Devido às remoções na Vila, ela mora atualmente no bairro Valqueire, mais distante do Mercadão, mas contínua plantando ervas em uma horta própria próxima ao espaço, 'na Piraquê', e comercializando sua produção neste local. "Morei ali 54 anos, não são 54 dias, 54 anos. Meus irmãos todos trabalhavam na horta. Era tudo em família, foi passando de um para o outro, depois eu casei e continuei. Aquele ali é o meu filho mais velho"[46].

Estes depoimentos são importantes para abordar a dimensão humana quando se fala muito genericamente em termos quantitativos ao que o território pode atender; justificativa muito utilizada em que 'bem maior' equivale ao potencial de atingir mais pessoas, desconsiderando os aspectos qualitativos, e a relação engendrada entre habitantes a partir, e só possível por, habitar aquele determinado espaço – sintoma da cidade empresarial, que tende a desprezar estórias, redes de relação, formas de anterioridades de ocupação espacial em nome de uma razão lógica de produção do espaço para a acumulação capitalista.

De acordo com depoimento do gestor da Light, o uso do terreno deveria respeitar os seguintes parâmetros:

> A Light cede uma área de 50x50m mesmo eles não tendo usado todo o espaço, mas o que importa é deixar o espaço limpo, roçado. É permitido fazer um barraco, em madeira, 3x6m em local determinado, porque não pode ser embaixo das linhas e nem próximo, apenas nas laterais, para você guardar material, bomba d'água e deixar um vigia e um banheiro 1x1m. A área tem que estar fechada, com muro ou cercada. Não pode ter criação de animais, nenhum. Num circulo de 5m da torre não pode ter nada plantado porque essa é minha (da Light) área de trabalho [47]

Na prática, o contrato de comodato era firmado com o primeiro ocupante do espaço, no entanto, no caso de repasse deste imóvel a terceiros o comodato não era automaticamente renovado e atualizado em nome do novo proprietário.

46. Entrevista 2
47. *Idem*, p. 58

> Os contratos não renovados são considerados ocupantes cadastrados e não comodatários. Tem lotes que são divididos entre 4 pessoas, sendo apenas uma cadastrada. Isso ocorre por conta da não fiscalização das faixas da linha.[48]

Tal situação de informalidade consentida, porque superficialmente ignorada, tem como consequência a precarização da posse, criando fragilidades pelo desconhecimento dos procedimentos legalmente estabelecidos, o que possibilita o comércio das terras que deveriam ser cedidas, e reduzindo o poder de negociação de novos contratos, reforçando a insegurança da posse.

No caso da Vila das Torres, é importante destacar que apesar da sensação de instabilidade da posse pelos moradores, ao mesmo tempo eles eram taxados com os mesmos impostos cobrados regularmente aos habitantes da "cidade formal", sendo, conforme Rolnik um território de "definições cambiantes entre legal e ilegal, construídos a partir de pressões, mediações políticas e camadas de legalidades."[49]

O Sr. Siqueira que trabalhou durante 40 anos na horta da Vila das Torres, tendo também migrado do Nordeste para o Rio, quando questionado sobre as negociações para que desocupasse o espaço pela Light diz que: "Aquilo era da Light, né? Cedido. Mas, a gente pagava imposto, tudo dali era imposto, pagava tudo, a conta d'água, tudo."[50]

Em outro momento da conversa lhe pergunto se achou que a negociação foi justa, e sua a resposta é: "Fazer o quê? A gente não tem nada mesmo." Fala que revela o sentimento ambíguo de uma participação que é ao mesmo tempo cidadã e ilegal na medida que o terreno não lhe pertence, ainda que ele tenha pago por ele e que seja taxado, provocando assim uma acomodação sobre a despossessão.

Nestas áreas cuja "legalidade é cambiante" não só as residências particulares são autoconstruídas, a infraestrutura dos serviços – asfalto, luz, água – é resultado do esforço e investimento coletivo de seus moradores (Rolnik, 2015). A Vila das Torres encontrava-se totalmente desprovida de estrutura pública, suas melhorias foram empreendidas pelos moradores mediados pela Associação de Moradores, tendo como resultado a instalação da rede elétrica em 1966 e de esgoto em 1967, conforme apontado por Morgana[51]:

48. *Idem*, p. 61
49. ROLNIK, 2015, p.173
50. Entrevista 3
51. Ex moradora da Vila das Torres, sob o nome fictício Morgana, em Souza, 2015, p. 34.

> Não lembro a data que cheguei porque eu era muito criança, mas eu sei que não tinha nada, não tinha casa, não tinha água, não tinha luz, não tinha saneamento básico nenhum, nada, era só mato, capim, esgoto... não tinha nada. Quase não tinha barraco. Nós chegamos lá (Madureira) assim, era um brejo. Meu pai conseguiu ali um quarto de fundos e nós viemos. Que eu me lembre, depois de muitos anos é que veio alguma coisa. Teve um moço que entrou para presidência da associação chamado Jurandir que começou a colocar luz, porque veio a época de campanha, aí que começou uma melhoria para o povo. Depois uma água encanada, mas o esgoto continuou e a lama também. Aí depois veio o seu Agenor, seu Sebastião, dona Maria, assim depois de umas três pessoas na presidência é que começou as melhorias mesmo. Não tinha nada ali, não tinha casa de tijolo, era casa de estuque, a gente colocava ripa e fazia lama com o barro e enchia. Foi por conta da Associação dos Moradores que foi tendo benfeitoria na Vila. Tanto os bons (presidente da associação) quanto os ruins foram melhorando a Vila.

Para Rolnik[52], embora os discursos sobre a participação do Estado na formação de comunidades populares versem sobre a sua ausência – lugares onde o 'Estado não chega', 'ocupado por um poder paralelo' – no sentido dele ali não investir na prestação de serviços públicos, a constituição deste modelo de assentamento, bem como a sua desapropriação, tem sido permanentemente mediadas pelo Estado, que não pode, portanto ser desresponsabilizado.

Nesse sentido, a ausência de política pública habitacional é um tipo de política pública habitacional. Se pensarmos no "Bota Abaixo" empreendido por Pereira Passos, é preciso considerar que a demolição dos cortiços na área central da cidade provocaria a demanda por outros locais de moradia; uma vez que esta não foi incluída nas ações da prefeitura – ou seja, implodiram-se as casas sem construir outras em seu lugar, cientes de que a população mantinha-se presente e necessitando de local de abrigo e proteção – era previsto que a população buscaria ela mesma por outros locais de moradia. Não havia, e nem há, desconhecimento da ocupação dessas áreas que por vezes são invisibilizadas, e nem mesmo da sua situação de ilegalidade, o que torna a não intervenção uma prática governamental, ainda que até determinado momento, no sentido negativo, do não agir.

Assim, a invisibilização da questão da irregularidade da posse é uma estratégia de acentuação da fragilidade da ocupação da terra pelas populações marginalizadas, o que facilita a intervenção Estatal no momento da desapropriação.

A situação da insegurança da posse das populações mais vulneráveis não é uma questão isolada, ela é um desdobramento da exclusão desta população das áreas mais nobres da cidade – como vimos historicamente com a Reforma Passos, no Rio de Janeiro – somados aos altos custos da compra e aluguel de imóveis próprios e a ausência de habitações sociais

52. ROLNIK, 2015, p.180

nestas regiões.

Como já vimos, trata-se de um modelo de distribuição bem marcada das classes no território, que reflete e produz a divisão social do trabalho sem, no entanto, apresentar como contrapartida a dignificação com a propriedade particular popular, conforme observada no modelo francês da "ideologia do habitat" indicada por Lefebvre[53].

O resultado é que para evitar a sensação de insegurança frente a um bem essencial como a moradia, diante de um cenário dominado pela ideologia da casa própria, a alternativa mais próxima da viabilidade é o financiamento do imóvel, seja de forma direta ou através dos programas governamentais cujos valores são parcialmente abatidos – ambos baseados no crédito financeiro.

O "sonho da casa própria" é corroborado em pesquisa que revela que a residência particular é o bem de consumo mais desejado pelos brasileiros, apontado por 72% dos brasileiros da classe D[54].

De acordo com Cassiano Rodrigues a

> casa própria é percebida e vivida pelas camadas populares como verdadeiro bastião da sobrevivência familiar, ainda mais em tempos de crise e de instabilidade crescente no mundo do trabalho. A casa própria, no Brasil, representa a garantia de uma velhice "com-teto", na ausência ou insuficiência da previdência social, ou seja, é vista como a única garantia para um fim de vida com o mínimo de segurança e dignidade. Para os jovens casais com filhos ou mães chefes-de-família, a casa própria é a garantia de uma estabilidade em vários níveis, em relação à escola dos filhos, aos laços de solidariedade de bairro, à segurança real e simbólica de não ser ameaçados ou vitimados pelo despejo em caso de desemprego. Nesse sentido, a casa própria cumpre um papel de amortecedor diante da incompletude dos sistemas de proteção social e da ausência de uma industrialização com pleno emprego e é, por isso, o "sonho número um dos brasileiros" (RODRIGUES, 2009, p.1)

Na linguagem popular há algumas falas recorrentes que nos ajudam a situar esta percepção sobre à casa própria: "é de pobre mas é limpinho", "na minha casa quem manda sou eu" e "a casa caiu".

Na primeira frase vemos uma tentativa de positivação daqueles bens que não se tratam dos mais desejáveis, que estão em melhores condições, mas são validados porque deles se tem a posse, e com isso a independência quanto ao seu uso. Já a segunda sentença demonstra objetivamente o valor dado ao exercício da sua vontade sobre o espaço que se pode "chamar de seu". É na casa que o indivíduo tem permissão para se libertar da "civilidade" demandada

53. LEFEBVRE, 1991
54. Pesquisa realizada pela Quórum Brasil, em 2010

pelo convívio social coletivo e organiza este micro-espaço de acordo com seu livre querer de acordo com as suas condições materiais, daí o uso complementar de expressões como "não repara a bagunça" ou "é velho, mas tá pago".

Por outro lado, "a casa caiu" trata daquelas situações inesperadas, absurdas; que modificam o curso esperado das coisas ou a imagem que delas se tem, o "cair da casa" é, portanto a desconstrução de um plano, desmoronamento grave de uma expectativa.

A ideologia da casa própria é assim impressa nas representações, confirmando no uso e nos discursos que este é um "próprio" valorizado por todas as classes, exercendo tanto um papel de distinção social, quanto no que se refere às necessidades de abrigo e proteção, no que se referem à moradia, como espaço privilegiado para o exercício do "querer e poder", da elaboração da dignidade.

Para Raquel Rolnik a

> hegemonia da propriedade individual escriturada e registrada em cartório sobre todas as demais formas de relacionamento com o território habitado constitui um dos mecanismos poderosos da máquina da exclusão territorial e de despossessão em marcha no contexto de grandes projetos. (ROLNIK, 2015, p.13)

E vai além, de acordo com a autora, o modelo econômico atual depende e por isso reproduz o excedente de mão de obra como forma de controlar a remuneração e as condições de trabalho em níveis mais baixos, mas

> por outro lado, produtos de consumo essenciais à sobrevivência – incluindo a casa – ofertados de forma não monetária ou a um preço bastante baixo, permitem que esses salários sejam mantidos a valores até mesmo inferiores ao mínimo vital. A autoconstrução da moradia representa, assim, a superexploração da força de trabalho, através do sobretrabalho e da espoliação urbana. (ROLNIK, 2015, p.157)

Como as principais políticas habitacionais do Brasil[55] tem como fundamento o incremento do crédito financeiro para fins de habitação; através de edificações construídas, via de regra, nas regiões mais afastadas dos Centros comerciais o que implica na setorização das classes no território, como reflexo da divisão social do trabalho, Rolnik conclui que a insegurança da posse é uma questão de economia política.[56]

Tal afirmação corrobora para a hipótese de que a elevação da propriedade ao status de "direito fundamental" teve como objetivo a sustentação do sistema capitalista que se

55. exemplos disso são programas como o BNH, posto em prática entre 1964-1984; e mais recentemente, Minha Casa, Minha Vida; iniciado em 2009 e ainda em curso.
56. ROLNIK, 2015, p.151

estabelecia já no século XVIII. Assim sendo, a expansão do capitalismo como um sistema global e sua acentuação neoliberal vão provocar impactos diretos sobre o mobiliário urbano das cidades e seus habitantes.

2.4 O planejamento urbano da cidade é o planejamento para os Jogos Olímpicos?

Território e economia são categorias naturalmente imbricadas, principalmente quando tomamos a definição do segundo termo como sendo o "conjunto de atividades de uma coletividade humana relativas à produção, distribuição e consumo de bens"[57], uma vez que diferentes territórios engendram modos de vida próprios e bens atrelados a este meio – seja por conta da variação do cultivo de acordo com o solo e o clima, seja pelas suas próprias construções simbólicas; de forma que a cadeia distributiva dos bens está intrinsecamente ligada ao diálogo interterritorial.

Embora não seja nosso objetivo neste ponto da dissertação tratar da evolução do conceito de economia ao longo da história, tomamos esta análise bastante resumida para demonstrar que, como princípio, as trocas entre territórios não são sempre regidas exclusivamente pelo capital e nem são necessariamente hierárquicas.

Este ponto de partida nos permitirá refletir sobre aquelas correlações preexistentes que deram origem a diferentes processos geopolíticos e econômicos e, em seguida resultaram na própria transformação dos conceitos de território e economia, até chegarmos ao ponto em que nos encontramos, e sobre o qual vamos nos ater, onde a ideologia do planejamento urbano da cidade tem como fim o alinhamento com a "Cidade Global".

Esta nomenclatura que busca conferir valor, ao adjetivar a parcela menor da administração pública, com um termo que a conecta ao seu oposto - a soma dos territórios

57. Cf. Dicionário Larousse da Língua Portuguesa

geográficos do planeta -, dando uma sensação de engrandecimento, tem como mediador entre as duas pontas as relações econômicas, sobretudo no sentido financeiro da economia, que permitem que a produção local - mas não "qualquer produção" e nem de "qualquer local" – seja distribuída em escala planetária.

De forma complementar a economia, o espaço globalizado vale-se da indústria cultural – e suas redes de distribuição – para imprimir a sensação de conectividade entre territórios distintos.

Considerando a escala da cidade, no que se refere aos aspectos simbólicos, esta *glocalidade*[58] significa que a tradição local, as manifestações culturais específicas são exploradas até o limite em que seus aspectos particulares não comprometam o seu consumo palatável para o 'grande público' – os turistas e empresários oriundos de qualquer local do planeta aos quais é ofertada uma experiência que seja superficialmente localizada, pois inteligível à linguagem comum dos seres em trânsito. Em termos econômicos, significa um processo de acentuação da submissão do território aos interesses do mercado financeiro.

Para além do uso da terra como recurso produtivo (para fins agrícolas ou industriais, por exemplo), da segmentação dos investimentos no território e seu zoneamento funcional, o espaço cada vez mais deixa de ser um meio de acumulação e passa a adquirir centralidade como objeto de consumo.

Isso pode se dar através de investimentos que elevam artificialmente o valor de troca do espaço ao incrementá-lo com bens de luxo urbanísticos (construção de museus, praças, parques, etc.) tornando o consumo do espaço uma mercadoria.

A cidade global não inaugura este modelo, embora o aprofunde, Lefebvre já apontava, em 1968, que

> a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 1991, p.12)

58. Fusão dos termos global e local; refere-se à presença da dimensão global na produção de uma cultura local.

A impossibilidade de conciliação entre o fruir da cidade de forma improdutiva e o seu êxito administrativo, desfavorecendo os fluxos mais afetivos e despretensiosos do território pelas pessoas de diferentes classes sociais, é uma prerrogativa de um modelo de gestão excludente que concentra seu planejamento no atendimento às necessidades do mercado.

> Quando se fala hoje em dia, a torto e a direita, em 'fazer cidade', tamanho eufemismo vale bem a pergunta: quem de fato faz a cidade? A resposta, ao menos a partir dos anos 1990, parece inequívoca: naturalmente, as grandes empresas, com suas mediações de praxe, é claro. Por isso, a mesma paisagem por toda parte, ou melhor, sem contar os simulacros na periferia... Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana – sempre, evidentemente, em nome de alegado civismo (como contestar?). [*grifos nossos*] (ARANTES, 2000, p.30)

O sentido de progresso que no início do século XX era expresso pela modernização do Centro Antigo da cidade do Rio de Janeiro, marco urbano da gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906) é ainda reverenciado como modelo de produção de espaços na administração de Eduardo Paes (2009 – 2016), ainda que o foco seja a inserção da cidade nas rotas dos grandes eventos, do turismo e do mercado multinacional, da Cidade Global.

Uma das diferenças principais entre os modelos de administração municipal do início do século XX e do século XXI é que antes se procurava a reprodução fidedigna de um arquétipo de município inspirado em cidades européias, como Paris – não á toa, o prefeito Pereira Passos, responsável pela execução das principais reformas urbanas no Rio de Janeiro no início do século XX é comparado à Georges-Eugène Haussman que realizou a reforma urbana da região do departamento Sena, integrado dentre outros, por Paris – enquanto na cidade global a cultura local é acionada como elemento de competição entre as cidades, transformadas em mercados.

Apesar das duras críticas à gestão Passos, sobretudo pelo processo de segregação que provocou a expulsão das classes mais pobres do Centro da cidade, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, mirou-se no seu exemplo para construção de espaços mundializados, que norteiam as intervenções da cidade olímpica. Em entrevista ao jornal O Globo, em julho de 2012, Paes descreve como gostaria de ser lembrado:

> Um urbanista à la Pereira Passos com um coração à la Pedro Ernesto (que foi interventor entre 1931 e 1935 e prefeito de 1935 a 1936, lembrado por grandes feitos na saúde e na educação). Sob o ponto de vista da modernização da cidade, de grandes intervenções que possam melhorar e recuperar o Rio, acho que tem muita coisa acontecendo como aconteceu no governo Passos. (TABAK, 2012, p.1)

As intervenções realizadas por Passos produziram grande impacto por instaurar um

ordenamento da cidade, destinando a região central aos negócios, a Zona Sul à residência da burguesia e a Zona Norte da população mais pobre, em linhas gerais. Diante desse quadro, as reformas estabelecidas por Paes não promoveram mudanças tão profundas a ponto de estabelecer uma nova configuração territorial para o município.

Os pontos de convergência referem-se à lógica que orienta ambas as práticas, baseadas na necessidade de atender aos interesses das classes dominantes, de inserir o Rio de Janeiro no cenário político e econômico mundial, beneficiando os interesses privados, com apoio dos meios de comunicação.

Enquanto no final do século XIX e início do século XX, olhar à frente era baseado nas narrativas de civilização e progresso, nos últimos anos vimos que o mesmo conceito permanece como uma das diretrizes de desenvolvimento urbano, desta vez sob a alcunha de "cidade global". Submetidas a uma lógica fortemente orientada pelo mercado, a cidade contemporânea é alvo da lógica produtivista e competitiva inerente aos negócios globais, daí que sua administração deve utilizar ferramentas como planejamento estratégico, que seja flexível, *market friendly* e *market oriented*[59] (que sejam amigos do e orientados pelo mercado).

No entanto, nas últimas décadas a cidade global – que tomou o lugar da cidade moderna – vale-se, ao menos no que se refere às justificativas de seus projetos, da identidade cultural local, como uma espécie de "vocação" para produção de espaços urbanos cuja leitura seja padronizada internacionalmente. Isso se dá porque, se de um lado elas passam a se tornar competitivas, renunciando em tese à produção de simulacros, elas também precisam se tornar facilmente "legíveis" – ou facilmente consumíveis - para cidadãos oriundos de qualquer lugar do mundo, pois daí advém uma das suas principais fontes de recursos e reconhecimento: o turismo internacional.

A isso a filósofa Otília Beatriz Fiori Arantes[60] vai chamar de ironia objetiva, que seria a conversão das melhores intenções no seu avesso, realizando, não por desvio, mas por finalidade interna, o contrário do que prometiam.

Repete nesse caso, a ocultação dos custos sociais das suas requalificações já vistas no final do século XXI e começo do século XX, uma vez que "modernizar não significa inovar

59. Cf. Vainer, 2011
60. ARANTES, 2000, p. 11

socialmente com equidade, mas antes entulhar as cidades com obras que as façam parecer modernas, primeiro passo fundamental para as tornar rentáveis."[61]

A combinação destes interesses demanda a produção de uma sensação de civilidade, levada a cabo pelo ordenamento urbano, seja pelo *bota-abaixo,* de Passos ou pelo choque de ordem, de Paes; em ambos os casos, a garantia da ordem pública

> articulada com as políticas do governo do Estado fazem parte de um projeto de criminalização do pobre que, apoiados pela grande mídia, responde a uma visão preconceituosa da elite branca nacional a respeito das classes inferiores, vistos como potencialmente perigosas. (SOARES, 2013, p.1)

A construção da imagem da cidade adquire tal importância que ela supera a construção da cidade em si, pois como produto ela depende da publicidade para fomentar o desejo de consumo do seu público – desejo que não precisa equivaler à necessidade – daí a importância da associação dos meios de comunicação ao projeto, como mediadores do consenso coletivo. Para Santos[62], "a informação inigualitária e concentradora é a base do poder."

Uma narrativa que se pretende única, pois detentora da hegemonia dos meios de comunicação de massa informa que o progresso está aliado a supressão de tudo aquilo que ela própria configura como 'rugosidade'[63], promovendo o temor quanto aos corpos, práticas, espaços e modos de vida associados aquilo que se deve associar ao atraso; o que viabiliza ou a concordância com o seu extermínio – material e simbólico – ou minimiza a sua 'não existência' (Sousa Santos, 2002) em prol de algo mais valorizado ou relevante para o coletivo. Um Parque no lugar de uma horta orgânica seria um exemplo.

De acordo com Rolnik, essa prática de "não existência", é parte do que ela vai denominar de "teoria da marginalidade"

> Tais teorias, políticas e percepções têm em comum uma espécie de rejeição implícita à presença de vastos contingentes populacionais de pobres nas cidades e a construção de um amálgama em que certa espacialidade, marcada por parcos recursos materiais, é associada a uma condição sociopolítica: o outcast ou fora da ordem. (ROLINIK, 2015, p.156)

---

61. ARANTES, 2000, p.63
62. SANTOS, 2012, p.184
63. Cf. SANTOS, 2012, p.140 : "chamemos rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares."

Enquanto Milton Santos chama a atenção para a produção criativa de táticas a partir da despossessão, ou melhor, da posse daquilo que não está enquadrado como objeto de desejo para o consumo dominante, onde as

> contrarracionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais 'opacas', tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência de escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente. (SANTOS, 2012, p.309)

Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick vão destacar que "não se trata de um sistema dual que opõe arcaísmos e modernidades, mas de um modelo periférico de acumulação capitalista"[64]. Ou seja, ainda que haja contrarracionalidades a uma situação de opressão, a "não existência" da população mais pobre e sua reprodução no limite da precariedade, são estratégias de produção de mão de obra excedente, que contribuem para a garantia de um "exército industrial de reserva" e a manutenção dos baixos salários.

Assim, a própria precariedade da existência entra na disputa discursiva, de acordo com o ponto de vista que se toma, quanto aos limites entre alienação e autonomia. Acredito que os conceitos não sejam excludentes e que ambos os processos se retroalimentam de forma circular: a despossessão obriga à criação de formas diferentes de existência, e a existência destas novas formas possibilita à omissão, ou a ineficiência da participação do Estado. Enquanto a visão unívoca reforça a exclusão: a grande mídia falha e mostra-se corrompida ao apresentar os fatos de forma parcial.

> A área lá era tudo plantado de cabo a rabo, era bem bonito. Quando eu li uma nota dizendo que foi construído um parque em um lugar abandonado, cheio de lixo, eu achei o cúmulo do absurdo. Porque ali era muito bonita a horta. (SOUZA, 2015, p. 66)

O depoimento acima do gestor da Light, sobre a construção do Parque Madureira, mostra que o discurso proeminente está a serviço da negação da existência anterior de modos de vida que não sejam dignos de manutenção naquele espaço, ao desclassificar o local onde existia a Vila das Torres, por exemplo, autoriza-se a sua eliminação.

Isso se dá porque os empreendimentos da cidade global operam na desvalorização ou recalcamento de certos valores de uso e priorização de valores de troca ao conferir, de forma

[64]. Cf. OLIVEIRA, 1972, KOWARICK, 1975 *apud* ROLINIK, 2015, p. 157

especulativa, importância a áreas consideradas de baixo interesse comercial, pela vultuosidade de suas composições arquitetônicas, que passam a atrair novos investimentos e fluxos turísticos, incrementando com isso seu valor de troca, enquanto a população que ali residia é removida de forma direta, ou se vê asfixiada pela elevação do custo de vida promovido por esta estratégia.

Tratam-se de procedimentos que provocam a segmentação espacial deslocando as populações mais pobres para as áreas mais afastadas das "obras"[65] da cidade, privando ou limitando o seu consumo desses bens que se almejam públicos. Sob a alegação de que as intervenções urbanas mundializadas vão provocar melhorias ao conferir novas qualidades ou dar nova vida ao espaço[66] – os produtos do que é comumente denominado "requalificação" ou "revitalização" urbana – o que se pretende é invisibilizar/apagar os modos de vida ali existentes e informar que suas práticas não possuam 'qualidade' suficiente, ou não eram suficientemente vívidas para serem mantidas num contexto que precisa forjar uma imagem de cidade exportável.

Os grandes eventos esportivos cuja distribuição é mundializada pelas redes televisivas, onde a experiência presencial é relativizada, pois não se configura como a única forma de participação, são empreendimentos que demandam grandes investimentos. Como contrapartida, espera-se que eles aumentem a visibilidade da cidade, incrementem o fluxo de turistas e com eles a arrecadação financeira, propiciando a melhoria da infraestrutura urbana.

Na última década, o Rio de Janeiro acumulou a realização de quatro grandes eventos: XV Jogos Pan-Americanos (2007), Jornada Mundial da Juventude (2013), Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016).

Para sediar esses eventos a cidade anfitriã tem como pré-requisitos o aparelhamento com as estruturas padronizadas para realização das atividades esportivas em si, de acordo com as normas internacionais, bem como dos serviços a elas associados de forma secundária – ou seja, além das quadras poliesportivas, dos campos, piscinas e velódromos, é preciso garantir também que os aeroportos, os sistemas de transporte e hospedagem estejam alinhados com aqueles definidos internacionalmente como sendo adequados.

Assim, cidades sede de grandes eventos tendem a apresentar um tipo de vivência

65. Cf. Lefebvre, 1991.
66. Cf. Souza,

espacial similar, justamente porque a experiência torna-se consumo. Milton Santos nos diz que isso se dá porque a unificação dos sistemas técnicos é inerente à natureza da globalização do capitalismo onde os sistemas hegemônicos formam conjuntos que operam de forma conexa, além disso, conforme J. Chesneaux (1983), estes processos estabelecem uma "lei da banalização planetária", na qual

> "desde que um progresso nas técnicas de produção é realizado em algum lugar sobre um ponto particular, o resto do mundo deve alinhar-se para continuar competitivo."(CHESNEAUX, 1983 *apud* SANTOS, 2012, p. 194)

Nesse sentido, a padronização da configuração territorial, dos mobiliários urbanos, busca também padronizar as relações sociais particulares de cada local, como um tipo de desapropriação, conforme colocado por Rolnik:

> É a linguagem dos contratos, aliada à linguagem dos produtos imobiliários da 'laje corporativa', do Shopping Center e do centro cultural pós-moderno, que, sobre uma terra esquadrinhada pelo registro universal da propriedade, permite a entrada segura do capital especulativo internacional. Tanto faz se estamos em Dubai, Astana, Joanesburgo, Mumbai ou Rio de Janeiro: falamos a mesmo língua, nos identificamos na mesma paisagem, estamos pisando no mesmo chão, abstrato, abstraído – e subtraído – do território vivido por quem estava ali. Nada de puxadores de *tuk-tuk* passeando no meio das vacas, nada de vendedores ambulantes oferecendo comidas 'exóticas', nada de modos de vida e de ser particulares: não é por acaso que os processos de desposessão são também maquinas de aniquilamento, material e simbólico, de modos de vida. (ROLNIK, 2015, p.245)

A cidade olímpica[67] – aqui como metonímia dos grandes eventos de forma geral – precisa mobilizar uma série de recursos para se instaurar. As parcerias público-privada (PPPs) garantem os investimentos financeiros – embora estes retornem em forma de benefícios fiscais ou de exploração – e o Estado media a relação com a legislação vigente, como veremos adiante, e concentra seus esforços na implementação de suas demandas.

Neste cenário, o planejamento dos transportes da cidade, para citar um exemplo, é o planejamento para o fluxo do público para os jogos; os espaços de lazer da cidade são os espaços aptos a exibir a programação deste evento; os investimentos nos hospitais públicos precisam atender de forma adequada àqueles visitantes da cidade[68] . Daí a pergunta que abre este subcapítulo: o planejamento da cidade é o mesmo que o dos jogos olímpicos?

---

67. O Decreto municipal número 36.111, de 15 de agosto de 2012, declara a cidade do Rio de Janeiro como 'Cidade Olímpica'.

68. Cabe lembrar que a linha 4 do metrô do Rio de Janeiro foi inaugurada em agosto de 2016 apenas para atletas e espectadores dos Jogos Olímpicos, ficando acessível para a população da cidade apenas em setembro – após o evento. Além disso, o hospital Miguel Couto, em Ipanema, passou por investigação do Ministério Público por destinar uma área para o atendimento durante as Olimpíada com padrão superior ao encontrado nos demais hospitais municipais com quartos climatizados, equipados com TVs de LCD e acesso à internet.

Vimos nos últimos anos que os requisitos olímpicos de planejamento urbano sobrepuseram os interesses, e necessidades, sociais do Rio de Janeiro. No entanto, a questão parecia bem resolvida nos discursos oficiais que buscavam incitar a paciência da população, pois o retorno destes investimentos viria na forma de "legado".

O legado seria tudo aquilo que foi construído inicialmente para a realização dos grandes eventos e que, após a sua realização, poderá ser utilizado em benefício da população. As arenas olímpicas 1 e 2 seriam destinadas para os esportes de alto rendimento, a arena carioca 3 e a arena do futuro se transformariam em escolas, o parque aquático seria transformado em dois centros aquáticos, conforme matéria publicada no website G1[69].

No entanto, ao término do evento os espaços se encontravam degradados, esvaziados e carentes de manutenção, conforme destacado pela imprensa internacional:

> Oficiais olímpicos e organizadores locais às vezes se vangloriam sobre o legado dos Jogos - os benefícios residuais que a cidade e o país sede iriam experimentar muito tempo após o final das competições... O Rio se tornou rapidamente o mais recente, e talvez o mais notável caso de promessas não cumpridas e abandono (KAISER, 2017, p.1)

Em depoimento, o então prefeito busca diferenciar o alcance do legado de acordo com os equipamentos e a renda da população:

> É necessário diferenciar entre o legado olímpico e os prédios esportivos construídos apenas para os Jogos Olímpicos. A Vila Olímpica, na Barra da Tijuca, não faz parte do legado olímpico. Nós a colocamos numa região rica porque não queríamos desperdiçar dinheiro público com a construção. Nós a construímos para os esportistas e suas famílias – afirmou. Nenhuma das construções do legado olímpico foi colocada numa região rica. As linhas de ônibus rápidos ligam o norte com o oeste da cidade, ou seja, as zonas pobres. O legado olímpico é para os pobres. O principal legado dos Jogos será no setor de infraestrutura, citando como exemplos o transporte público, a revitalização da região portuária e dos arredores do Maracanã e a construção de uma estação de tratamento de esgoto em Deodoro, entre outros. (CORREIO DO BRASIL, 2016, p.1)

As posições cambiantes do representante da administração pública local deixam entrever que o próprio conceito de legado era variante. Se o verdadeiro legado para a população que teve sua rotina impactada pelos canteiros de obra que se espalharam pela cidade resumiram-se ao transporte público e ao tratamento de esgoto em Deodoro – o estádio do Maracanã encontra-se sucateado e a revitalização da região portuária não prevê

69. Cf. "Paes e ministro do Esporte mostram plano do legado da Rio 2016", disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/08/paes-e-ministro-do-esporte-motram-plano-do-legado-da-rio-2016.html

programação permanente após os jogos – seria mesmo interessante, sobretudo do ponto de vista financeiro, tamanho investimento público?

Aquelas parcerias público-privadas que deram origem a Vila Olímpica na Barra da Tijuca, onde se diz que não há recursos públicos, foram estabelecidas da seguinte forma: a empresa Ilha Pura (cujo capital pertence 50% a Carvalho Hosken, dona do terreno, e 50% a Odebrecht) eram responsáveis pela construção dos apartamentos, que durante o período de hospedagem dos atletas eram alugados ao Comitê Olímpico; à Prefeitura cabia melhorar a infraestrutura do entorno e seus acessos; após o evento, os apartamentos voltavam ao mercado para serem comercializados pelas construtoras. Em linhas gerais, esta parceria favorecia às construtoras que elevavam o valor de troca de seu terreno.

Assim àqueles depoimentos quando confrontados com o desenrolar dos fatos nos mostram que sim, o planejamento da cidade estava a serviço do planejamento dos Jogos Olímpicos, e, em alguns casos, o legado se converteu no ônus de espaços esvaziados que tornam a vizinhança insegura, inclusive com proliferação de focos de mosquitos, enquanto a cidade vivenciava epidemia de dengue e zika[70].

A questão que se impõe é sobre o próprio papel do Estado na redistribuição de renda através da partição mais igualitária de seus serviços e infraestrutura e a quem favorece as mediações travadas com o setor privado. Como nos alerta Milton Santos

> Considere-se, também, o conflito pelo uso dos recursos públicos destinados às infraestruturas. A corporatização do território, com a destinação prioritária de recursos para atender às necessidades geográficas das grandes empresas, acaba por afetar toda a sociedade, já que desse modo a despesa pública ganha um perfil largamente desfavorável à solução de problemas sociais e locais. O orçamento é uma norma que, nesse caso, resolvendo um aspecto do conflito distributivo, em favor da economia globalizada, agrava outros. Mas o orçamento não é global, mas nacional, territorializado. (SANTOS, 2012, p. 336)

No caso do Parque Madureira, embora o equipamento não tenha sediado as competições dos Jogos Olímpicos, foi um dos "Boulevards Olímpicos" – espaços destinados a shows musicais e exibição das provas em telões.

Construído sob o escopo do projeto da Cidade Olímpica, em parceria público privada entre Prefeitura, Light e Delta também trouxe resultados positivos para o setor imobiliário. Apenas no ano de inauguração do Parque (2012) o metro quadrado dos imóveis usados no bairro subiu 30,6%, proporção maior de bairros como "Tijuca (13,2%), Vila Isabel (25,4%),

70. Cf . KAISER, 2017, p.1

Méier (16,5%) e Centro (8,1%). O mesmo se repete em relação a bairros da Zona Sul, como Botafogo (13,1%), Leblon (15,3%), Ipanema (12,6) e Flamengo (6,1%)"[71] no mesmo período.

Incentivando ainda a construção de novos empreendimentos imobiliários, como o "Madureira Office Park", instalado sobre parte do terreno antes ocupado pelas hortas da Vila das Torres, e cujo nome americanizado já antecipa o padrão da construção de salas comerciais comumente encontradas no Centro da cidade e até então raros no bairro de Madureira:

Figura 13 – Anúncio do 'Madureira Office Park'

71. Cf. VASCONCELLOS, SCHMIDT, 2012, p.1

Figura 14 -Prospecção da vista lateral do 'Madureira Office Park'[72]

No anúncio em vídeo do empreendimento[73], os principais símbolos do bairro vão se sucedendo um após o outro: a linha do trem, o comércio de rua, Império Serrano, Portela, Madureira Esporte Clube, Mercadão de Madureira, tendo como música de fundo um samba instrumental, e a seguinte narração:

> Madureira: o mais carioca dos bairros cariocas será uma das regiões transformadas com as obras do Rio Olímpico.
> Tradicional bairro comercial e o segundo pólo econômico do Rio, Madureira recebe milhares de pessoas todos os dias em seus shoppings e comércio de rua. E vai ficar ainda mais conectado às principais regiões da cidade com a expansão da Via-Light e a nova Transcarioca. E as transformações não param por aí, o estilo de vida do bairro ficou ainda mais leve e divertido com os 103 mil metros quadrados do Parque Madureira - a terceira maior área verde da cidade.
> E nesse cenário de desenvolvimento e novos horizontes, a MDL lança um projeto que integra negócios, praticidade e bem estar: Madureira Office Park. A localização é o ponto de partida do empreendimento: a dez passos do shopping e a cinco passos do Parque Madureira, Madureira Office Park é perfeito para quem quer estar em um eixo de grande circulação de pessoas e sabe que localização é fundamental, um bom lugar para trabalhar, relaxar e investir, um edifício comercial sobrelojas situado em uma área em franca renovação urbana, uma fachada imponente revestida em pele de vidro detalhada com breeze de alumínios e *bitz* nas juntas de dilatação criando um volume arquitetônico mais leve e integrado ao ambiente.
> Além disso, seus principais diferenciais de concepção são traduzidos pela ampla infraestrutura de negócios, como: recepção com segurança 24h, uma espera compartilhada resultando em um uso racional da área privativa da sua unidade. Duas

72. Anexos 12 e 13, fonte construtora MDL: http://mdl.com.br/imoveis/madureira-office-park/
73. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OGwYSoWLg6o

> salas de reunião e um auditório totalmente equipado, depósitos individuais para algumas unidades proporcionando um novo conceito de espaço comercial.
> Além disso, toda a infraestrutura de bem estar, proporcionando área de convivência voltada para a qualidade de vida de seus usuários, um lounge e um café para você relaxar ou fazer uma reunião informal e também uma academia para você se exercitar, porque nem tudo é trabalho.
> 256 salas comerciais de 17 a 27 m^2 com possibilidade de junção, distribuídas em 8 pavimentos, ambientes planejados e facilities deixam o ambiente mais completo. Conheça o Madureira Office Park e esteja entre a praticidade do shopping e o lazer do Parque. Madureira Office Park: porque você merece o melhor de dois mundos. (MDL REALTY, 2013)

O Madureira Office Park traz em seu perfil reforçado em seu anúncio um bom exemplo da ideologia da cidade global. Parte da tradição local, vale-se dela como capital, porém procura dela se distinguir. O comércio de rua é valorizado pela criação dos fluxos de público na região, mas no Office Park há um uso mais racional do espaço comercial neste novo modelo que se diferencia do passado. Com suas *facilities* – e não serviços –, e sua pele de vidro que aparenta ao mesmo tempo, pasmem, imponência e integração à paisagem suburbana. O edifício que poderia estar em qualquer lugar – vemos muitos deles ao circular pelos centros urbanos seja no Rio, São Paulo, Chile ou Nova York – traz na sua divulgação as referências locais cuja relevância é unânime para os moradores, mas acredita que a leveza e a diversão estão associadas ao Parque recém construído; usa o samba como pano de fundo buscando a familiaridade, mas se destaca por que seus inquilinos podem desfrutar de um drink no seu lounge após o expediente, logicamente planejado para situá-los no contexto da pós-modernidade, junto com a renovação urbana promovida pelo Rio Olímpico no "mais carioca dos bairros cariocas".

Seria irônico, se não fosse perverso, que esse tipo de reconhecimento da autenticidade dos modos de vida de um território venha acompanhado justamente de seu esvaziamento.

De acordo com Arantes[74], os termos revitalização, reabilitação, revalorização, requalificação, etc., são eufemismos para o mesmo fenômeno expresso pelo já desgastado, e vexatório, termo gentrificação – escrita 'abrasileirada' de gentrification, tradução de "enobrecimento". Embora haja variações mais específicas de sentido destes termos, acredito que na prática, eles acabam se resumindo, conforme aponta Arantes a "determinar quem sai e quem entra, só que agora se trata de uma apropriação do espaço legitimada pelo upgrading cultural"[75]. Para a autora, o planejamento estratégico seria mais uma forma de expressar o mesmo sentido, onde uma "cidade estrategicamente planificada de A a Z nada mais seria,

74. ARANTES, 2000, 31
75. *idem*

enfim, do que uma cidade inteiramente gentrificada."

Desta feita, obras que modificam as dinâmicas sociais já estabelecidas num território – apesar de seus aspectos positivos, como a descentralização do trabalho com a criação de novos postos na Zona Norte por um novo edifício comercial, por exemplo – estimulam nova circulação de capitais, e com essa nova concorrência o aumento do preço dos imóveis, como vimos, levando a população residente a se deslocar para outros espaços alinhados com suas possibilidades de custo de vida, estes lugares são geralmente ainda mais distantes dos centros comerciais e mais alijados de infraestrutura e serviços.

A fala a que se segue, confirma este procedimento, mas não seus desdobramentos:

> O fenômeno mundial da gentrificação ocorre em grandes cidades, do qual Londres talvez seja o caso mais explícito. É algo que acontece em Nova York, Berlim, e também no Rio, que é um processo de sobrevalorização conforme as cidades se qualificam. Na Zona Sul do Rio, por exemplo, não há mais onde construir, então é óbvio que o que já existe vai ficar mais caro. E aí você precisa requalificar outras áreas da cidade, como a Zona Norte. Quando você faz uma Transcarioca você requalifica uma região de subúrbio que estava degradada, para que a pessoa não precise morar num lugar degradado só porque ela não tem dinheiro. [*grifo nossos]* (PUFF, 2015, p.1)

Estaria assim justificado o investimento nos transportes nesta região (BRT e VLT), o Parque Aquático de Deodoro e o Parque Madureira, equipamentos voltados à requalificação que desencadearam processos de remoções e consequente deslocamento da população que, diante dos altos preços, não consegue adquirir ou alugar, outras residências nos mesmos locais. Infelizmente, a prática tem mostrado que requalificar significa que a pessoa vai se deslocar da sua moradia para um lugar mais degradado, porque ela não tem dinheiro para se manter ali após a "requalificação" e não o contrário.

2.5 Desapropriações

O alinhamento com a 'cidade global' sobrepõe as necessidades locais, orientada por uma lógica produtivista. Se a cidade é tratada como um negócio, competindo com outras por mercado, e a identificação com os modelos globais de produção de experiência turísticas são uma ferramenta para alcançar maiores rendimentos é porque "o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objetivo."[76]

A essa racionalidade depreende-se a criação de novas materialidades que acompanhem, e forneçam o sentido de desenvolvimento que se quer expressar no território, no entanto,

> Os novos objetos custam caro. Chamado a implantá-los, em nome da modernidade e das necessidades da globalização da economia, o poder público acaba aceitando uma ordem de prioridades que privilegia alguns poucos atores, relegando a um segundo plano todo o resto: empresas menores, instituições menos estruturadas, pessoas, agravando a problemática social. (SANTOS, 2012, p.308)

A escolha da administração pública por atender prioritariamente aos interesses do mercado é, devido a sua contradição inerente, uma condição que exige a flexibilização das legislações em prol da velocidade e pronto atendimento das suas demandas. "As formas de gestão e de contratação devem assegurar a agilidade e a transparência e responder a critérios de eficiência econômica e eficácia social e não de controle político ou burocrático."[77]

Vainer[78] destaca esta passagem de autoria de Manuel Castells e Jordi Borja – cujo principio norteou a equipe de consultoria do desenvolvimento do plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro, inspirada nas práticas já realizadas na cidade de Barcelona à época da realização dos Jogos Olímpicos ali – associa o controle político à burocracia opondo-se a eficácia da gestão social e econômica, toma força de uma lei que se sobrepõe a própria legislação vigente:

76. SANTOS, 2002, p. 248
77. ARANTES, 2000, p.63
78. Cf. VAINER, 2011

> Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.
>
> § 2o Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:
>
> I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;
> II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente" *[grifos nossos]* (Lei 10.257, de 10/07/2001).

Ou seja, a oportunidade presumida no escopo da realização de um grande evento leva a criação de um estado de exceção. De acordo com Agamben[79], a soberania seria o poder de determinar esta condição, onde o grande paradoxo consistiria na dupla e simultânea localização do soberano dentro e fora da lei.

A estratégia do planejamento da cidade fica assim a mercê daquilo que o administrador público entende que é mais conveniente e como a participação privada é fundamental para a sua implantação neste contexto, a lei submete-se ao resultado das negociações entre as partes. Há quem possa considerar esse procedimento ilegal, ou no mínimo antiético, mas como a legislação é subvertida dentro dela mesma, uma nova camada de legalidade é produzida, legitimando tal operação.

Vejamos: em entrevista à BBC Brasil, quando perguntado se a mudança do plano diretor da Barra da Tijuca, que aumentou a autorização para o número máximo de andares de 13 para 18, era uma "moeda de troca", esta foi resposta dada pelo então prefeito do Rio:

> Claro que foi. Aprovada em lei, comunicada à imprensa, feita de forma pública. Você acha que o empresário ia investir por amor à pátria? O dinheiro que constrói as obras do Parque Olímpico é privado porque a gente disse para eles: 'olha, se você fizer isso aqui eu vou aumentar o seu gabarito'. Senão eu teria que usar dinheiro de impostos para construir arena olímpica. Não tem nada de errado. (PUFF, 2015, p.1)

A flexibilização dos impactos ambientais, ou melhor, a flexibilização da legislação que busca conter os efeitos das intervenções urbanas, com a criação de áreas de preservação e limites de construção, são atropeladas em favor do bom andamento das PPPs, desconsiderando os riscos futuros destes empreendimentos.

Dentre os custos sociais até então resguardados nos termos da lei é a moradia, sobretudo naqueles espaços onde há ambiguidade em relação à posse, um dos direitos mais

[79]. AGAMBEN, 2002 *apud* ROLINIK, 2015, p.193

vulneráveis diante do projeto de cidade olímpica.

De acordo com Raquel Rolnik, estes territórios de legalidade cambiante funcionariam como uma espécie de "reserva de terra, mobilizada a custo zero, no momento de necessidade de constituição de uma frente fundiária para o complexo imobiliário-financeiro."[80] Esse seria um dos motivos para o afrouxamento quanto a fiscalização da ocupação pelas populações mais pobres de áreas não regulamentadas pelo Estado, a qual tratamos anteriormente.

Na administração de Pereira Passos, foram realizadas 27 mil remoções, num universo de 800 mil habitantes, enquanto na gestão Paes, foram cerca de 65 mil remoções (Observatório das Metrópoles, 2015) quando a população da cidade é de 6,3 milhões de habitantes, ultrapassando o número de remanejamentos absolutos, mas não relativo.

Somente para a construção do Parque Madureira 897 famílias foram desapropriadas, em processo igualmente contraditório.[81]

Em dezembro de 2009, a construção do Parque Madureira foi anunciada em um evento realizado no bairro, na ocasião Paes informou aos moradores da Favela Duas Torres que residiam em parte do espaço então designado ao equipamento que aquelas famílias seriam realocadas em locais próximos no mesmo bairro, conforme previsto pela Lei Orgânica, no artigo 429:

> A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos:
>
> *[...]*
>
> VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras: a) laudo técnico do órgão responsável; b) participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções; c) assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento. (Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, 2010, p. 139)

No início de maio de 2010 a Prefeitura iniciou as negociações das remoções com os moradores. A despeito do combinado que a Associação de Moradores mediaria todas as negociações em favor do coletivo, a subprefeitura contatou diretamente alguns moradores, que ao se verem pressionados acordaram com indenizações individuais que prejudicavam o poder dos acordos em grupo. Fazendo com que os valores oferecidos provocassem

80. ROLNIK, 2015, p.230
81. Dentre os quais 264 foram alocados no conjunto Ipê Branco do Programa Minha Casa, Minha Vida,em Realengo e os demais foram indenizados.

divergências e a alocação das famílias antes prevista na sua totalidade para o bairro de Madureira, passasse parcialmente para o Ipê Branco – em Realengo, pelo Programa Minha Casa Minha Vida , enquanto os demais moradores foram indenizados, com valores distintos e, na sua maioria, abaixo do mercado.

No dia 28 de maio de 2010 já haviam remoções concretizadas e a partir da primeira semana do mês de junho, as primeiras casas começaram a ser demolidas, reforçando a pressão sobre os moradores ainda presentes no local com a criação de espaços vazios.

> Eles não querem nem saber se a comunidade quer sair ou não. Já disseram que vão tirar todo mundo e estão pagando pelas nossas casas um terço do que elas valem. A minha casa tem dois quartos e avaliaram ela em 13 mil reais. Com esse valor só me resta ir morar em uma área de risco. Isso porque minha família vive aqui desde 1885. Teve moradia avaliada em 2 mil reais, o que não dá pra pagar nem seis meses de aluguel. Essa avaliação é feita em uma breve conversa do morador com um cara da prefeitura, que além de não ser engenheiro, proíbe o morador de levar um advogado, sob a ameaça de não pagar nada. Se não for indenizado, o morador tem que se contentar em ir lá pra um condomínio da Caixa Econômica Federal em Realengo, que é muito longe daqui — disse Heraldo, da associação de moradores, na reunião dos representantes das favelas ameaçadas de remoção, na Pastoral de Favelas. (GRANJA, 2010, p.2)

A justificativa de que a remoção da população mais pobre atende a "um objetivo maior", como única forma de construção de espaços públicos para uso coletivo, nem sempre se mostram verídicas.

O Sr. Nogueira esteve presente no evento de lançamento do Parque Madureira, realizado em 2009 e nos conta que "Ele prometeu *[referindo-se ao prefeito Eduardo Paes]*. Ele veio aí e falou na reunião, ele falou com a gente, eu nunca esqueço: que os moradores da Soares Caldeira – que aqui é Soares Caldeira toda – podiam dormir com a cabeça tranquila, que a primeira coisa que ele ia fazer, falou até o lugar, 'naquele canto lá vão ser as casas para os moradores, no resto eu faço parque'."[82]

Em entrevista ao website "Fazendo Media", o presidente da Associação de Moradores da Vila das Torres, reforça esta informação:

> Na época do Bittar *[referindo-se a Jorge Bittar, Secretario Municipal de Habitação entre 2009 e 2012]* eu peguei um mapa que mostrava onde seriam feitos 540 apartamentos aqui em Madureira, prevendo o parque com essas unidades. As casas estavam dentro do projeto, pegaria da Rua Bernardino de Andrade até a Estrada do Sapê, que é a subestação da Light de Rocha Miranda.

82. Entrevista 1

A cientista social Raphaella Souza[83], mostra que havia dois projetos de construção do Parque Madureira anteriores ao executado que contemplavam os moradores. O primeiro, fornecido pela Secretaria de Urbanismo, de 2000, previa ainda escolas e creches, além das habitações de interesse social, conforme figura 15:

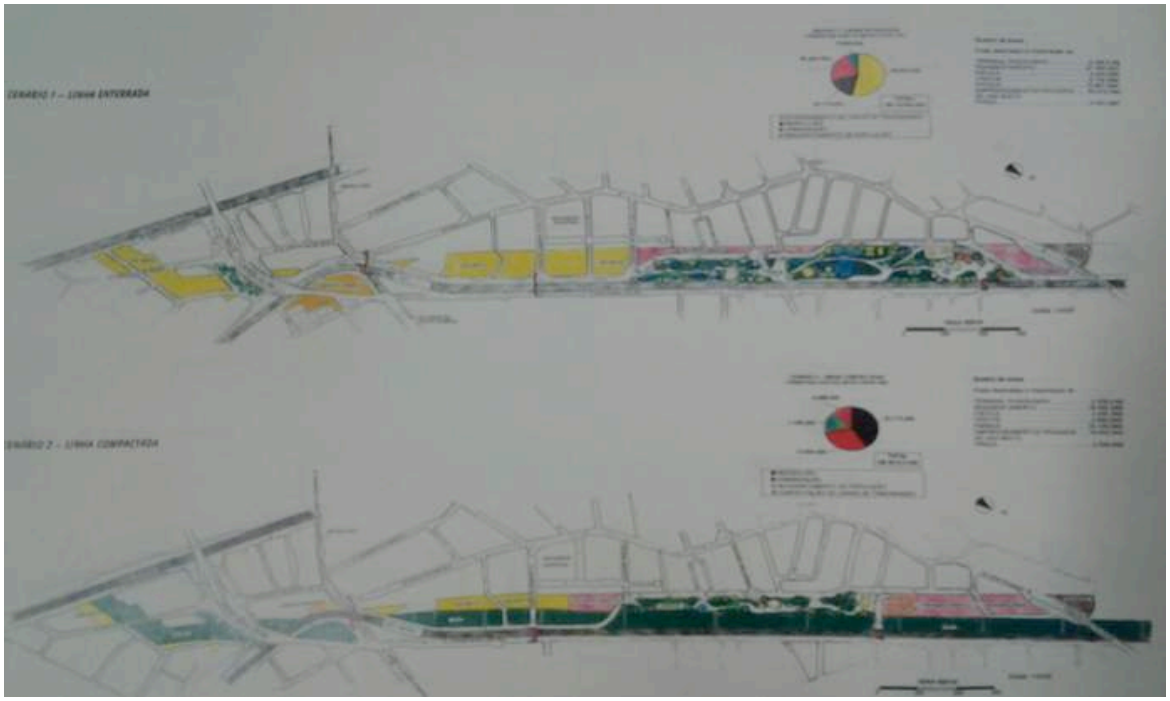


Figura 15 - Projeto de construção do Parque Madureira, de 2000

Enquanto o segundo, do Instituto Pereira Passos datado de 2003 apresenta uma área especificamente dedicada ao reassentamento dos moradores da Vila das Torres.

83. Cf. Souza, 2015

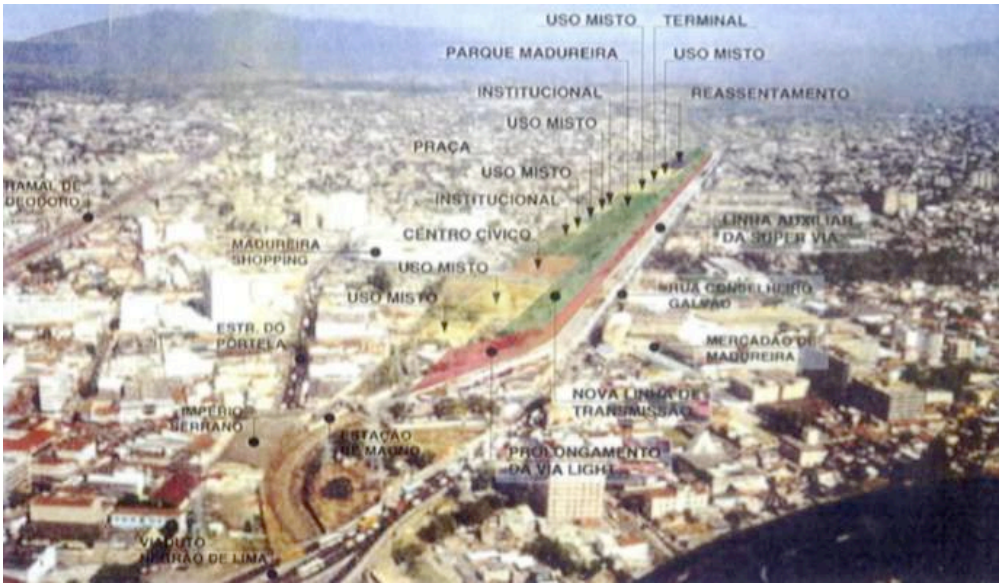


Figura 16 -Projeto de construção do Parque Madureira, de 2003

No projeto implementado do Parque Madureira, as torres de transmissão elétrica da Light foram compactadas, ou seja, foram concentradas em apenas um trecho do terreno, a pergunta que fica é se haveria a possibilidade ainda delas serem aterradas, ganhando espaço que poderia ser destinado à permanência dos moradores da Vila das Torres.

Importante destacar que um dos pontos dedicados nesta planta ao uso misto (a segunda citação do lado esquerdo, no anexo 9) foi disponibilizado exclusivamente para uso comercial, dando origem ao edifício do Madureira Office Park descrito anteriormente.

Segundo Úrsula[84], gerente de urbanismo da SMH o projeto de construção do Parque

> foi alterado por conta de diretrizes do governo. Antes se tinha uma premissa que era para fazer metade parque, metade horta e área habitacional, escola, creche, reassentamento dos moradores próximos à linha férrea. Mas o prefeito de 2004-2008 mudou o projeto e na atual gestão de 2008-2016 o prefeito também mudou e quis que fosse somente área de lazer e não tivesse área habitacional nenhuma... O prefeito de 2008-2016 trouxe para ele como uma questão de governo implantar o parque, mas sendo somente área de lazer. Porque existe uma demanda muito grande de área de lazer na Zona Norte*. (SOUZA, 2015, p. 125)

Neste caso, onde o projeto foi sendo planejado ao longo do tempo (foram ao menos nove anos antes do início da sua construção) com possibilidades concretas, e planejadas, de minimizar o ônus dos moradores da Vila das Torres integrando-os ao projeto, a escolha

84. Gerente de urbanismo da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, sob nome fictício, segundo Souza, 2015.

* Como os mandatos para prefeito do Rio de Janeiro se deram entre 2001-2004, 2005-2008; e 2009-2012, 2013-2016, entendemos que as menções ao mandato de 2004-2008 refiram-se ao prefeito Cesar Maia e 2008-2016 a Eduardo Paes.

deliberada da alternativa da sua desapropriação comprova o princípio de que a construção dos equipamentos da cidade global vem acompanhado do apagamento dos modos de vida ali existentes – estratégia onde, agindo sobre o espaço, os detentores do poder negam modos de vidas que consideram desassociados ao contexto da pós modernidade.

2.6 Já não se encontram bertalhas

Um aspecto importante a ser observado sobre a remoção dos moradores da Favela das Torres é que os seus moradores eram em grande parte lavradores que cultivavam, juntos, em média 1.400 ervas medicinais orgânicas na horta localizada no corredor que começava em Cascadura e se estendia até a Guadalupe, parte da produção era comercializada no Mercadão de Madureira e seus arredores, outros centros comerciais ou cedido gratuitamente aos moradores da comunidade. Tratando-se de uma prática familiar, transferida entre as gerações há mais de um século, e, portanto única ocupação vivenciada por muitos de seus moradores, que, alijados da terra, ficaram também afetados em suas fontes de renda.

Portanto, ao remover as centenas de famílias residentes naquele corredor, o poder público interrompe também esta prática centenária, desterritorializando identidades num sentido profundo, ainda que alinhado a concepção primária de cultura enquanto cultivo, do ser e da terra, favorecendo aquelas visões de cultura como entretenimento, de maior apelo midiático; uma vez que este setor, junto com o próprio Estado e o capital internacional são as bases que norteiam o desenvolvimento da cidade contemporânea.

Por isso este segmento do texto é dedicado à análise da vida dos antigos moradores da Vila das Torres após a construção do Parque Madureira. Alguns entrevistados seguem residindo na área, cujo planejamento de remoção não foi posto em prática, enquanto outros precisaram deixar o local e estão residindo atualmente em outros bairros.

Primeiramente, há o impacto do fim do uso do espaço como meio de geração de renda

e o reconhecimento da necessidade de reparação desta interrupção aos moradores. De acordo com Souza (2015), o cálculo dos valores das indenizações pagas pela Prefeitura aos antigos moradores não contemplava a área destinada ao cultivo da horta e coube à Light a provisão de pagamento aos agricultores que, mesmo ocupando o terreno cedido pela empresa via comodato, teriam direito à remuneração pelas melhorias realizadas no local. Para a Light, no entanto o tema foi tratado como uma ajuda de custo para minimizar o "trauma" do processo de desapropriação, nas palavras do seu gestor:

> A Light, por cláusulas contratuais, não precisava pagar nada a eles, apenas avisar que em 30 dias quer a área limpa, mas dentro dessa discussão a Light para não fazer uma coisa muito traumática paga a área plantada, a gente compra a plantação que esta lá (embaixo das linhas de transmissão), eu tenho um valor estimado do metro quadrado plantado, independente do que esteja plantado, eu chego lá (na área), meço, vejo a plantação e avalio no preço máximo e mínimo, no mínimo 5 reais o m^2 e no máximo 7 reais o m^2, a gente paga a plantação, mas os produtos ficam para eles fazerem o que quiserem com a produção. A gente só quer a área limpa. Isso é para ser menos traumática, porque a gente podia chegar lá e dizer para a Prefeitura passar a trator em tudo e fim de história. (SOUZA, 2015, p. 135)

As relações em torno do uso de terrenos onde a posse é de outrem é sempre marcada por disputas, a Light neste caso por ser resguardada por sua condição institucional e por ser legalmente proprietária do espaço leva vantagem na condução da desapropriação dos moradores que perdem seu poder de negociação uma vez que com a implantação do novo equipamento, o Parque Madureira, a empresa não precisa mais se preocupar com a invasão desse trecho por terceiros, podendo fazer crer que faz um favor ao remunerar seus comodatários.

Para os antigos moradores que dependiam da horta como fonte de renda, a situação foi de desespero. Sr. Nogueira nos conta que "foi ruim porque deixou muita gente com a 'mão na cabeça', muito, muito, muito prejuízo, porque tem gente que só trabalha com isso, com a verdura; daqui pra lá era verdura e erva, daqui até Honório. Eu conheço um amigo que tirava mil molhos de bertalha por dia, ficou com a 'mão na cabeça'. Horta de 10 mil, 12 mil, ele perdeu tudo."[85]

O processo de negociação foi tão intrincado, que a tensão causada chegou mesmo a afetar a saúde dos moradores da Vila das Torres, levando inclusive indiretamente ao óbito: "E com essa preocupação de que 'vai acabar', 'vai acabar' eu fiquei bem com isso aqui ó [*referindo-se a mão trêmula*]. Eu fui dormir bonzinho e acordei duas horas da manhã, aí eu

85. Entrevista 1

peguei o mal de Parkinson." E acrescenta: "Morreram uns dez 'coroas', por causa desse problema que eu conheço. Gente com 40, 50 anos aí dentro, que nasceu e se criou aí. Morreu do coração, muita gente que eu conheci".

Com o fim da Vila das Torres – em sua maior parte – muitos agricultores não conseguiram manter-se na cidade do Rio de Janeiro, de acordo ainda com Sr Nogueira: "Muitos foram pro Norte, muita gente voltou pro Norte. Porque eles indenizaram a horta, mas coisa pouca. Eu conheço família que os irmãos mandaram 'apanhar' do Norte, mandar o dinheiro de passagem pra voltar porque não tinham."

Enquanto outros se mantiveram no comércio de verduras e ervas, porém apenas como revendedores de produtos que, em sua maioria, são adquiridos no Ceasa. Com isso, além da perda de autonomia produtiva dos agricultores, antes responsáveis pelos produtos desde a produção à distribuição, perde também a sociedade com o fim de um pólo de agricultura orgânica urbana e o acesso próximo dos insumos ali cultivados.

Senhor Siqueira[86] nos relata que: " trabalhava há 40 anos ali na horta, plantava alface, agrião, couve, chicória, bertalha, alho poró, cebola, coentro. Só parei porque tive que sair de lá. Eles foram lá [*os agentes da Secretaria Municipal de Habitação*] avisar pra gente sair, eles pagaram aí, nos tivemos que sair, aí não plantamos mais não, aí acabou a plantação. Agora trabalho só na feira, já estou há 50 anos [na feira], eu vendo a mesma coisa, mas eu estou pegando em Teresópolis. Prejuízo não deu porque eu estou vivendo lá da feira, na plantação de lá e vendo, né? Revendo. Eu não comprava antigamente, agora eu compro pra revender. Mas antigamente era melhor para mim, a mercadoria era outra coisa, era melhor. O pessoal gostava aquele coentro bom, bertalha e agora eles botam muito adubo, porque antes era orgânico."

Sr. Nogueira observa os impactos que o fim da produção das hortas, que eram comercializadas também no Ceasa, influiu também na qualidade dos alimentos: "Antigamente levava daqui pra lá [*da horta de Vila das Torres para o Ceasa*], hoje em dia você não encontra mais uma boa bertalha por aí, não tem rúcula, não tem nada no Ceasa, porque era tudo plantado em Honório."[87]

No contexto de intensificação de processos globalizados de consumo, a valorização de

86. Entrevista 3
87. Entrevista 1

produtos orgânicos é uma ação de resistência a este momento, com a proliferação dos debates sobre alimentação real, em contraposição aos enlatados e congelados, sobre o uso exacerbado de agrotóxicos e sobre a sustentabilidade da cadeia alimentar partindo do pequeno produtor.

A bertalha, mencionada pelo Sr Ramos e Sr Siqueira, torna-se para nós um simulacro destas disputas, por dois motivos: primeiro porque a hortaliça não pode ser estocada por muito tempo, nem congelada e, por isso, o benefício de sua plantação integrada aos grandes centros urbanos. Depois porque, segundo Nuno Madeira, pesquisador do Embrapa Hortaliças, esta é uma das plantas que se tornaram escassas por conta da intensificação da urbanização e do consumo de alimentos industrializados, e por isso a bertalha é um dos

> alimentos que estão com o cultivo em processo de recuperação pela Embrapa Hortaliças e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), em parceria com o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (Epamig). (SILVA, 2011, p.1)

No entanto, para Sebastião[88], agricultor migrante do Ceará que residiu durante 22 anos junto à horta, a transição foi vantajosa: "Eu trabalho no mesmo ramo, sou feirante, eu comecei na feira e até hoje estou na feira, mas só que agora comprando no particular, comprando no mercado e vendendo. Para mim não fez diferença nenhuma não, é a mesma coisa, porque eu plantava a mesma coisa, plantava alface, chicória, bertalha e agrião, era meu trabalho, e agora eu compro a mesma coisa chicória, alface e agrião, compro a mesma coisa, não fez diferença nenhuma; a diferença que eu tinha era porque eu trabalhava muito, e agora eu não trabalho muito, trabalho mais pouco."

Pergunto a ele se com a mudança, os seus rendimentos não haviam diminuído, ele me diz que: "Isso ai é lógico, você planta, você produz ali, é um negocio que você tem, mas só a despesa que você tem para pagar empregado, pagar cimento, pagar tudo torna tudo mais caro também. É a mesma coisa, empata também. Eu trabalhei 22 anos na chácara e eu tenho seis anos de trabalho só com planta, é a mesma coisa, para mim é a mesma coisa, não fez diferença nenhuma você ganhava de um lado, mas pagava do outro, pagava despesa, empregado."

Marta que segue comercializando ervas no Mercadão de Madureira é um dos poucos casos onde mesmo com a saída da Vila das Torres, segue com produção agrícola própria, embora isso lhe custe um deslocamento maior para o local de sua residência atual. "Eu tenho

88. Entrevista 4

horta, na época com o dinheiro que tinha comprei uma horta, na Piraquê. Dali foi só eu [*que comprou horta ali*], acho que não tem mais ninguém que foi para lá. Agora moro lá no Valqueire, na Intendente, que foi onde eu consegui casa"[89] [*fica a cerca de 5km do Mercadão de Madureira*]. Como diz assim, ali era comunidade, favela, o povo chamava ali de favela, e eu consegui com o dinheiro dali dar entrada numa casa que eu graças a Deus já acabei até de pagar, estou aqui ainda endividada, mas o quê que vou fazer?"

De acordo com J l Guigou (1995 *apud* Santos 2012), não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações. É assim que a proximidade pode criar a solidariedade, laços culturais e desse modo a identidade.

A Vila das Torres situava-se num contexto especial de desenvolvimento de relações solidárias por diferentes, e pela soma, de fatores como a sua localização, pois apesar da sua proximidade com o Centro nervoso do comércio de Madureira, configurava-se como uma 'ilha' pelas barreiras visuais de um lado formadas pela plantação e de outro pelo muro que tangencia a linha do trem, o que permitia que as crianças brincassem na rua em segurança, pelo moderado fluxo de carros e pelo fluxo de pessoas 'de fora' reduzido; que as portas ficassem abertas, aproximando os vizinhos que conversavam até tarde na porta de suas casas, onde cada qual partilhava um quitute ou petisco. Para Ferreira dos Santos e Vogel[90], "mais do que simples usuários, os 'proprietários naturais' da rua são cúmplices."

O fato de ter a horta como meio de sustento comum a maior parte dos moradores, trazia um equilíbrio quanto à renda de todos, e as trocas sobre o cuidado com a plantação e até das próprias mudas. A proximidade da horta – também residência – com o local de venda, muitos comercializavam, e comercializam, as verduras e ervas no Mercadão das Ervas, segmento do Mercadão de Madureira dedicado a estes produtos, ou nos seus arredores, permitia a fluidez entre o espaço de trabalho e da casa. E, por fim, pela construção da infraestrutura do local por meio das mãos dos próprios moradores mediados pela Associação por eles conformada.

Marta dá um relato comovido: "A gente fala, né? Mais foi muito duro para quem morou 54 anos na mesma casa? Como diz assim, era favela, mas a gente gostava dali, eu ali tinha os vizinhos amigos, os vizinhos irmão, meu pai era doente, ficou diabético, ficou bem

89. Entrevista 2
90. FERREIRA DOS SANTOS E VOGEL, 1985, p. 93

dizer paralítico, e os meus vizinhos que olhavam para mim. Ele passava mal, ele se sujava 'corre aqui que teu pai ta todo sujo', eu largava aqui e ia lá... Fazer o quê, agora a gente vive assim, para poder ser feliz."[91]

Vivência que mostra que, "demolir casas, afinal de contas, significa muito mais que desfazer abrigos. Significa, às vezes, derrubar um modo de vida."[92]

Desapropriar, ou seja, promover a quebra do vínculo entre o local da casa e o morador, é o mesmo que alijá-lo do processo dignificante de escolha de sua própria forma de existir e de significar-se. Deslocar pessoas como objetos dá a entender que o sentido de territorialização, a elaboração dos usos da paisagem pelos seres transformando esta em espaços, porque dotados de significados à sua materialidade física, é considerado irrelevante no contexto urbano.

Para Santos,

> desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização... Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. (SANTOS, 2012, p.328)

Essa alienação do espaço é forjada justamente pelo incomodo causado pela falta de vínculos, pelo estranhamento dos objetos na paisagem, pela falta de reconhecimento da imbricação de si ao território.

Sobre o contato com os antigos vizinhos, pergunto a Sr. Ramos se ele manteve a relação com eles mesmo à distância e se já foi visitar àqueles que estão morando no condomínio em Realengo: "Já fui lá, tenho muitos amigos lá. É bonito por fora, né, aí dentro se você der uma porrada assim [*pisa forte no chão*] o pé lá embaixo, aí parece que vai cair tudo."[93]

E seguimos conversando sobre a adaptação daqueles que foram obrigados a deixar a Vila: "Olha tem gente que mora perto da Piraquê ali que até hoje fala comigo que não se acostuma. Porque tem gente que tem 70 anos, 60 anos. E tem lugar que tem droga, de rua mesmo que não é como aqui. Aqui é um sonho de lugar, tem as amizades. A casa da Violeta [*moradora que recebeu uma casa, fora dos conjuntos habitacionais, porém também Realengo*

91. Entrevista 2
92. FERREIRA DOS SANTOS E VOGEL, 1985, p. 40
93. Entrevista 1

por ser paraplégica] é muito boa, mas ela não se acostuma. De vez em quando aparece um aqui... porque se espalhou, né? Foi um pra cada lado, um foi para Turiaçu, outro pra Rocha Miranda, outro comprou casinha em Bento Ribeiro, outro comprou casa em Oswaldo Cruz, tem um bocado que mora em Rocha Miranda."

Mônica[94], antiga morada da Vila das Torres que atualmente mora em Realengo, conta que aceitou o apartamento porque

> assim, eu não tive escolha, então tive que ficar (com o apartamento). Eu não podia não gostar, eu tinha que vir. Eu nunca gostei, mas tinha que ficar, tinha que vir. A casa é até boazinha, mas o lugar é horrível. Aqui é uma tristeza.

Por outro lado, Sebastião conta que não sente falta do tempo em que residiu próximo a horta: "Eu não morava na Vila das Torres, morava lá embaixo, na horta entre Honório e Turiaçu. Agora moro em Ricardo [*Ricardo de Albuquerque*], investi lá, comprei, inteirei e comprei uma casa... Não tenho falta não, eu trabalho, então não tenho falta não, tanto que você vê, quando você tem falta é que você ficava à toa, aí faz uma falta; mas eu que só trabalhava, então não tenho falta de nada. Eu moro só, independente, então pra eu ver um vizinho agora tenho que ir a casa dele para ver um, ou ele vir na minha casa, então eu não tenho contato com ninguém. Os vizinhos ficaram de um lado e a gente ficou de outro. A vizinhança a gente faz lá no local que a gente mora, é assim."[95]

Senhor Siqueira tem opinião similar: "Eu juntei um dinheirinho, pedi emprestado, e graças a Deus comprei uma casinha. É casa é melhor, lá é bom, porque na horta a gente é diferente, né? E a casa na rua é outra coisa, achei melhor."[96]

Neste ponto da conversa, realizada no Mercadão das Ervas, Marta que estava próxima intervém: "Mas você já não morava lá". Então Sr. Siqueira me explica que nos últimos anos estava morando no Morro do Cajueiro, em Madureira, e que a casinha que possuía na horta era habitada por seu ajudante. Com a indenização da Light pela horta ele deu entrada em outra casa, agora em Vaz Lobo, aonde reside, e o antigo funcionário recebeu um apartamento em Realengo.

Embora não busquemos por consensos sobre a opinião dos entrevistados, acho importante destacar que talvez, a opinião divergente de Sebastião possa se dar porque como ele afirma não residia na Vila das Torres. Isso acontece porque este nome era atribuído

94. Ex moradora da Vila das Torres, sob o nome fictício Mônica, em Souza, 2015, p. 43.
95. Entrevista 4
96. Entrevista 3

originalmente a apenas um trecho do caminho cultivável sob as linhas de transmissão da Light, na região de Madureira. Quando a construção do Parque foi anunciada era preciso o cadastro de todos os moradores para que fossem indenizados ou reassentados, como o único órgão estabelecido era a Associação de Moradores de Vila das Torres, ela acabou concentrando todos os cadastramentos dos residentes em todo intervalo, daí a dupla interpretação sobre ser ou não morador da Vila. O caso se repete com Sr. Siqueira que poderia estar desapegado do convívio com seus vizinhos porque já não residia na Vila das Torres no momento da remoção.

De qualquer forma, não podemos inferir que as relações sociais estabelecidas pelos grupos que ocupavam os demais trechos eram menos próximas, mas julgamos importante trazer essa informação para a reflexão.

Para os que permaneceram, fica ainda a dúvida sobre a segurança de sua manutenção no local. Em conversa com Sr. Nogueira lhe pergunto se ele se sente seguro quanto a manutenção da sua casa e se acha que o planejamento inicial de extensão do Parque pode ser posto em prática no futuro: "Vai fazer mais não! Só se... a gente não pode falar desses caras, porque quem trabalha lá mesmo [*na prefeitura*] não dá conhecimento, não fala nada. A gente não sabe, né cara? Seguro, a gente não sabe, porque não tem solução. Por enquanto... Não sei, não. Mas se o Eduardo Paes fica, ou o sucessor dele era certinho ele acabar com isso tudo, porque o negócio dele era ir até o Império."[97]

Apesar disso, a mudança de endereço também não é uma opção para ele: "Não, eu gosto muito de Madureira. Eu não mudo não. Só se for isso que a gente esta falando se acabar um dia e a gente ter que se mudar, mas de gosto eu não saio não, gosto muito daqui, aqui é um lugar abençoado não tem não, igual por aí não tem não."

Por fim, cabe ainda observar um sintoma do discurso recorrente nas falas do Sr. Nogueira e do Sr. Siqueira, ambos falam dos processos que levaram a expulsão, desapropriação, reassentamento, demolição, desterritorialização, etc. no sentido de término, "se acabar um dia", ou "a horta acabou". Esta forma de construção chama atenção porque ao mesmo tempo em que tem conotação taxativa indicando o seu fim, também pode ter o sentido de minimizar o agenciamento inerente a esse processo, ao ocultar o seu sujeito e os processos sofridos por eles.

97. Entrevista 1

2.8 Apêndice

Ao término desse trajeto onde acompanhamos a transformação da Vila das Torres em Parque Madureira, pondero se a análise aqui apresentada não teria tomado um rumo simplista, e perigoso, opondo de forma binária os modos de vida localizados anteriormente neste espaço *versus* o Estado como mediador do mercado - este gigante busca de novas fronteiras para dominação.

Entendo que pode sim haver interpretações neste sentido, e que cabe maiores explicações, já que no limite, estamos tratando aqui de agenciamentos de processos globais no contexto local.

Os discursos oficiais miram apenas nas benesses dos novos empreendimentos, de forma ardilosa ou ingênua. No entanto, as análises revelam que valorizar o espaço não quer dizer a valorização das pessoas ali residentes – no sentido de implementar a sua renda, infelizmente. E como entendemos que esta questão não pode ter passado despercebida pelos gestores, surge aí o entendimento menos otimista sobre suas intenções. Ora,

> se é verdade que determinadas políticas provocam efeitos segregativos, seria necessário se interrogar sobre o que inspira essas políticas, explicitando suas reais finalidades, de modo a evitar as consequências perversas da revalorização simbólica e social que são aceleradas pelas operações de renovação e 'caçam' os antigos moradores em proveito das novas classes médias (SERPA, 2013, p.173)

Para além das intervenções na materialidade, consideramos que a cidade – seja global ou olímpica – traz como marca "o primado da ação racional, como ação instrumental sobre a ação simbólica."[98] Assim, os modos de vida tradicionais estão sujeitos aos fluxos muito próprios do sistema global, mas arriscados para sua própria manutenção, pois é um desafio para a cultura não massificada preservar suas características quando submetida a estes movimentos.

Afinal, desapropriar um grupo de moradores de um determinado local significa impor que estes estabeleçam novas formas de apropriação, em diferentes contextos territoriais. Mas também da promoção de novos processos de reterritorialização, qual seja a transfiguração de

98. SANTOS, 2015, p. 224

um espaço em território através do uso e da apropriação daqueles atores que até então não haviam estabelecido um relação com aquele campo.

É fato que a desterritorialização quando forçada – sobretudo quando observamos que esta poderia ser evitada, ou minimizada – é lastimável, porque entendemos o impacto na vida daqueles em que este é sinônimo exclusivo de perda.

Por outro lado, analisar intervenções urbanas é um processo complexo, porque a partir dela também se constituem novos afetos, sociabilidades, enfim novos usos, que não podem ser tomados simplesmente em termos quantitativos, no sentido de ampliar o número de atores em contato com o território, e nem mesmo qualitativos – quem poderá mensurar se a vivência de uma caminhada, ou a participação em um show, imprime maior qualidade a este local – então requalificado – do que a plantação de uma horta, a proximidade dos vizinhos e crianças brincando na rua?

O que nos cabe questionar aqui é porque um aspecto parece ser mais relevante para o poder público e o porquê deste ignorar as suas possibilidades de conciliação.

3. Propriedade e reapropriações

Chegamos agora à última etapa da nossa análise onde o Parque Madureira, agora já instituído, será analisado no que se refere aos seus discursos e usos.

Partimos do entendimento de que a elaboração de sentidos sobre o espaço é tão relevante quanto a materialidade que o estrutura; de forma que suas possibilidades de uso começam a ser forjados já na sua nomeação.

Como a construção do Parque Madureira é uma ação orientada pelo planejamento oficial, coube à administração governamental definir os parâmetros da sua elaboração, incluindo-se aí as significações a serem evocadas, as associações com outros espaços, o público alvo, as suas regras de uso, etc.

Na outra ponta, os usuários do Parque ao deparar-se com o equipamento fisicamente constituído, estabelecem na sua apropriação – que nunca é completamente igual à idealizada pelo seu criador – formas, sentidos e usos próprios que deslocam os desígnios que lhes foram impostos por outrem.

Esta parcela possível da expressão da sua 'vontade e querer' sobre espaço, no entanto, não é suficiente ao ponto lhe reconfigurar a estrutura, pois, não podemos esquecer, este jogo se dá no 'campo do outro' - uma vez que o equipamento é estatal e não público, e assim a sua gestão é governamental, e não comum - por isso esses agentes valem-se táticas e não de estratégias[99].

De forma que a classe dominante atua de forma ambígua ao imprimir um sentido de 'próprio' àqueles agentes que não se realiza. Algumas estratégias agem concomitantemente sobre o sentido de valorização do espaço e a atribuição de sua posse, informando que o Parque Madureira é algo que a classes populares, sobretudo às residentes no subúrbio, poderiam 'chamar de seu'. Trataremos desses jogos de sentidos nas páginas que se seguem.

99. Cf. Certeau, 1998

3.1 Os sentidos invocados no nome 'parque'

O nome é a representação singular das características próprias das coisas que se mantém com o passar do tempo, ainda que estas estejam sempre sujeitas à ressignificações uma vez que tudo está em permanente transformação. Isso vale tanto para as pessoas, objetos e paisagens - melhor compreendido na citação de Heráclito que versa sobre a impossibilidade de adentrar o mesmo rio mais de uma vez, porque este, como suas águas, é fundado justamente no fluxo.

No que se refere à linguagem, a fixação da coisa através de um nome também se mostra incerta uma vez que a palavra não tem significado em si, mas é sim elaborada pela história e pela língua sendo a materialidade da ideologia, conforme Orlandi[100]. Portanto os significados das coisas estão sempre sujeitos a novas e diferentes significações, submetidas aos seus contextos e a posição social que define o local de fala dos interlocutores.

Substantivo da ipseidade, o nome assinala a continuidade do corpo ao passar do tempo - ou de corpos distintos com o mesmo cerne de características estruturantes, as mesmas propriedades fundadoras, por exemplo, o nome 'cadeira' não refere-se a um objeto singular impossibilitando uma única identificação, mas a uma pluralidade de objetos de diferentes estilos, cores, formas, materiais e modelos que guardam no seu cerne a função de 'assento com encosto' que os une sobre a mesma alcunha. Nesse sentido, a ideia de 'cadeira' é mais significativa que qualquer unidade isolada deste objeto – a Matrix já alertava para inexistência da 'colher', e sim da relação entre personagem e objeto[101].

Por essa natureza que escapa a estagnação há casos em que o mesmo nome passa a referir-se a diferentes coisas, diferentemente estruturadas, porque o sentido destas também se transformou. O termo 'parque', por exemplo, refere-se a locais de lazer e passeio configurados fisicamente de modo distinto ao longo do tempo.

Iniciamos, assim, a reflexão sobre as formas de apropriação do Parque Madureira investigando o nome que lhe foi dado: um Parque – ao qual analisaremos suas definições

100 ORLANDI, 2009, p.17

101. Refere-se à passagem do filme Matrix, de 1999: "Não tente entortar a colher. É impossível. Apenas tente ver a verdade [...] Não existe colher [...]Você verá que não é a colher que entorta. É você mesmo.

teóricas em diferentes contextos, e(m) Madureira – bairro que, como já vimos, é tido como local de convergência da ideia de subúrbio.

É no batismo do espaço que encontramos a intenção primeira das suas formas de apropriação, algumas vezes a prática é coincidente com esta premissa, outras não.

O sentido de Parque e, consequentemente, a sua estrutura material foi transformado e com isso, flexibilizado ao longo da história, pois a cada nova forma de elaboração de um espaço ao qual denominava-se 'parque' foram acumulando-se as suas possibilidades e formas de configuração, ampliando as expectativas dos seus frequentadores e diversificando ainda o seu perfil.

Os primeiros modelos de parques do mundo Ocidental eram um emblema da aristocracia e concebidos originalmente com a inclusão de elementos paisagísticos de influência oriental aos jardins, conforme mapeado por Maymone[102]. Um exemplo de parque do período é o Passeio Público, localizado entre a Lapa e a Cinelândia, no Rio de Janeiro, foi concebido em 1783 por Mestre Valentim, sofrendo algumas adaptações posteriormente, dentre as quais a mais relevante foi a comandada pelo paisagista francês Auguste François Marie Glaziou, entre 1861 e 1862, conforme figura 17[103], de 1880.

figura 17 – Passeio Público, Rio de Janeiro

Na virada do século XVIII para o XIX com a intensificação da industrialização e da urbanização começam a surgir os primeiros parques urbanos. De acordo com Silva e

102 . MAYMONE, 2009, p. 22
103. Autor Marc Ferrez. Disponível em: http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/2268

Pasqualetto[104] o ápice da criação de parques urbanos se dá entre 1850 e 1860, tendo como ícones o *Bois de Boulogne* (1857) e *Bois de Vincennes* (1860), (figuras 18 e 19, respectivamente) na Paris reformulada por Haussman (1853-1870), e a criação do *Central Park* nos Estados Unidos, por Olmsted, figura 20.

Cabe observar que a categoria 'parque urbano' aparece neste momento referindo-se a modelos de parques distintos daqueles criados no século XVIII, que tinham no traçado a orientação bem marcada da caminhada e o cenário propício à contemplação, diferente do Central Park e os Bois de Boulogne e de Vincennes – os dois últimos embora incluídos nesta categoria são nominados como 'bosques', na tradução de literal de *bois*. O uso do termo bosque faz sentido, ainda que não se tratem de formações florestais residuais das matas originais, uma vez que todos, inclusive o Central Park, incluem a possibilidade de caminhada pela mata, com a orientação do percurso menos determinada pelo paisagista. Além disso, eles aventam a possibilidade de múltiplas atividades: jogos, leitura, piquenique, festas, ciclismo, exibições cinematográficas, concertos, dentre outras.

Figura 18[105] Bois de Boulogne

104. SILVA E PASQUALETTO, 2013, p.388
105. Autor não identificado. Disponível em: http://europeantrips.org/wp-content/uploads/2012/07/Bois-de-Boulogne-Park.jpg

figura 19[106] – Bois de Vincennes

Figura 20 – Central Park[107]

Atualmente encontramos diferentes definições para o termo ‘parque’, que se diferenciam principalmente pela obrigatoriedade ou não da vegetação e pelo seu uso. Alguns exemplos de descrições onde a presença do elemento vegetal é estruturante são encontradas em: “os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância

106. Autor não identificado.Disponível em: http://monumentsdeparis.net/content/monumentsparis/bois-de-vincennes.jpg
107. Autor não identificado. Disponível em: http://turismo.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/o-central-park-em-nova-iorque/o-central-park-em-nova-iorque-4.jpg

de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação" (KLIASS[108], 1993 *apud* SOARES, 2015, p. 31); enquanto para Barcellos

> as áreas de grandes dimensões não representam uma característica obrigatória para que o espaço livre seja considerado um parque urbano, a presença do elemento árvore nos espaços livres é que vai fazer a diferença dos efeitos, como o sombreamento, luminosidade, temperatura, textura da paisagem, estações do ano, floração, frutificação, servir de alimento para fauna urbana, em especial a avifauna, entre outras funções que as árvores desempenham. (BARCELLOS[109], 1999 *apud* FERREIRA, 2005 p. 14).

Entretanto, há definições que apresentam mesmo oposição em relação à prerrogativa de integração com a natureza: "um parque do século XXI deve deixar de querer imitar a natureza e tornar-se palco para a manifestação da cultura, Bernard Tschumi." (SERPA, 2013, p. 169)

Esta ideia de incompatibilidade da coexistência entre natureza e manifestação cultural, ou seja, da valorização daquelas ações manejadas pelo ser humano, diz muito sobre o sentido de parque que passa a abrigar diferentes edifícios voltados para o consumo cultural, tornando-se um complexo de arte e lazer – como é o caso do Parque La Villette, idealizado pelo autor da citação acima, onde estão distribuídos no seu grande gramado equipamentos como o Museu da Ciência e Indústria, Cidade da Música, teatros e espaços para concertos, autodenominado de 'parque cultural parisiense'[110], exibido na figura 21.

Figura 21 - Parc La Villette[111]

108. KLIASS, R. G. Os Parques Urbanos de São Paulo. São Paulo: Pini, 1993.
109. BARCELLOS, V. Q. Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília. 1999
110 . *Parc culturel parisien, La Villette conjugue arts, culture et biodiversité en milieu urbain*. Disponível em:https://lavillette.com/wp-content/themes/villette/socialwall/web/accounts
111. Autor Philippe Guignard. Disponível em: https://www.conexaoparis.com.br/2007/07/12/la-villette/

O La Villete, inaugurado em 1979, mostra assim a tendência contemporânea de ampliação das demandas dos parques urbanos que ultrapassam a necessidade de criação de espaços específicos para estabelecimento de contato entre ser humano e natureza como forma de compensação pelo distanciamento do mundo rural provocado pela intensificação da industrialização e urbanização nos séculos XVIII e XIX, e pela ausência de espaços destinados ao lazer popular naquele momento em que a vida é alienada pelo trabalho.

Este novo modelo também é resultado da acentuação da mercantilização da cultura que se dá com o avanço do capitalismo, quando o consumo passa a ocupar diferentes esferas, conforme bem observado por Sharon Zukin:

> Os parques não são mais somente um 'espaço verde', eles também são complexos fechados com academias de ginástica, ginásios para crianças e quadras de basquete cuja entrada é paga. As paisagens urbanas na aurora do século XXI sugerem, paradoxalmente, que a democratização da sociedade é coordenada com uma transformação mais intensa do espaço urbano em mercadoria. (ZUKIN, 2000, p. 115)

Neste cenário é preciso compreender que os parques urbanos impactam diretamente o valor imobiliário das vizinhanças aonde são instalados e que há valor econômico agregado às funções ambientais e sociais desempenhadas nos e pelos parques, conforme apontado por Serpa:

> O parque público é antes de tudo um espaço com alto valor patrimonial, contrariando o senso comum que idealiza esses equipamentos como bens coletivos e lugares da diversão, do entretenimento e da "natureza socializada". (SERPA, 2013 p.173)

De acordo com Sharon Zukin o setor imobiliário age de forma engenhosa ao conferir a sensação de que este 'panorama onírico de consumo visual', ou seja, as novas paisagens urbanas reconfiguradas com os surgimentos dos parques, por exemplo, estariam à disposição de toda população.

Esta percepção não escapa aos frequentadores do Parque Madureira, a frequentadora Luciana, atualmente desempregada, 39 anos, faz a seguinte reflexão, quando lhe pergunto se ela considera que o espaço se enquadra na categoria 'parque': "Eu acho que isso aqui é um... não, não se enquadra como um parque, porque para um parque precisaria ter mais brinquedos gratuitos que não é o caso, o espaço ele está bacana ... tem bastante espaço para se brincar, tem. Mas acho que ainda não se enquadra realmente como um parque, porque tem muita coisa que está sendo explorada aqui para patrimônio próprio, as pessoas estão explorando muito

para ganhar dinheiro e eu acho que o intuito de um Parque não é bem esse."[112]

E cita alguns exemplos: "o pula-pula, é brinquedo pago, meu filho não pode ir brincar num pula-pula... Por exemplo, uma cadeira do quiosque, você olha se a pessoa não estender uma canga e sentar no chão não tem muito lugar assim para as pessoas sentarem; se você vai sentar lá [*no quiosque*], você vai ter que consumir, você obrigatoriamente tem que consumir. Aí eles colocam aquela lona tampando, fazendo uma sombra gostosa, mas a pessoa tem que consumir... aí você vai andar de bicicleta, tem as bicicletas que também não deixam de ser pagas na verdade, você não pode chegar lá com o seu CPF e retirar e brincar um pouquinho, você não pode, você paga no cartão de crédito, ou seja, acabei descobrindo que se você não tiver cartão de crédito você nem pode usar. Então também é pago. Então assim, se você tiver totalmente sem grana, sem dinheiro nenhum é complicado."

Desta feita, concluímos que ao denominarem-se espaços com diferentes configurações, equipamentos e funções comumente como 'parque' o termo aplicado de forma isolada tende à ambiguidade – talvez por isso vejamos cada vez mais adjetivações ao termo 'parque': Parque Florestal, Parque Nacional, Parque de Diversão, Parquinho (playground), Parque Temático, Parque Aquático e o Parque Urbano.

3.1.2 A terceira maior área verde da cidade

O Parque Madureira foi inaugurado em 2012, então com 93 mil metros quadrados possuindo uma Arena Carioca, quadras de esporte, quiosques, Nave do Conhecimento, pista de skate, um balneário artificial, academia da terceira idade, bocha, jardim botânico, jardim sensorial, área de recreação infantil e palco para shows, conforme figura 22.

Construído em 'blocos', sua primeira expansão até o bairro de Rocha Miranda

112. Entrevista 5

agregou atrações como a ‘Praia de Madureira’ – também conhecida sob a variação ‘Praia de Rocha Miranda’ - e uma área de lazer para o público infantil, o ‘baixo bebê’, em outubro de 2015. Chegando ao bairro de Honório Gurgel em setembro de 2016, com destaque para a instalação da pista de skate da modalidade ‘half pipe’ (aquela em formato de ‘U’), e avançando no mesmo bairro, em dezembro do mesmo ano, com a construção do teatro a céu aberto Zaquia Jorge e um ‘edifício multiuso sustentável’ com área para exposições – perfazendo assim os atuais 3,3km de extensão.

Figura 22 – O Parque Madureira[113]

De acordo com o relatório da construção, “Parque Madureira Rio+20” elaborada pelo escritório de arquitetura RRA (Ruy Rezende Arquitetura) – responsável pelo seu projeto de urbanismo, paisagismo e arquitetura, subordinado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Secretaria Municipal de Obras; a equipe era integrada ainda pela Rio Ramp Design, que elaborou a pista de skate e com projeto gráfico da Soter Design. A primeira etapa da construção ficou a cargo da construtora Delta, enquanto a Dimensional foi a construtora vencedora da licitação da etapa de expansão. As análises desta pesquisa se concentram no trecho inicial do Parque e a sua primeira expansão, até Rocha Miranda.

Em dezembro de 2009, a Secretaria de Urbanismo emitiu um comunicado no diário oficial do município anunciando a criação do Parque Madureira:

> O lançamento do Parque Madureira, pela Prefeitura do Rio, irá definitivamente aumentar a qualidade ambiental de um dos bairros mais importantes da Zona Norte. Madureira, além de possuir um grande volume de pessoas que circulam no entorno

[113]. Autor: Daniel Castelo Branco/Agência O Dia. Fonte: http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-03-25/parque-madureira-e-patrimonio-cultural.html

> de suas duas estações ferroviárias, oferece grande comércio popular e ainda irradia, através do seu samba, cultura musical para toda a Cidade. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, nº 180, de 10 de dezembro de 2009)

Dessa forma, a construção deste equipamento agregaria ao bairro o marcador do 'ambiental', sem perder de vista os ícones da tradição musical, das ferrovias e do comércio que o identificam, já apontando para a associação que se tornaria recorrente de local destinado ao contato com a natureza.

Os discursos sobre o Parque justificam e valorizam a sua criação valendo-se de três motivações principais: a demanda (ou carência) de áreas de lazer na Zona Norte; a sustentabilidade da sua estrutura e os benefícios físicos e sociais das áreas verdes.

A criação de áreas de lazer já estava presente como demanda no Plano Diretor de 1992[114], conforme Secção IV, art. 67, item VI, que prevê a "criação de áreas verdes e espaços para recreação, esporte e lazer" na AP 3[115]; no Plano Diretor de 2012[116] esta demanda transforma-se em 'projeto' com a descrição específica da criação de um equipamento para dar conta daqueles objetivos, conforme item 2 do anexo III: "implantação do Parque de Madureira, na área remanescente da compactação das linhas de transmissão da Light, com melhoria da infraestrutura de transportes, habitação, qualificação do comércio informal e incentivo a investimentos imobiliários". Embora não tenha o mesmo caráter dos planos diretores, cabe destacar que o Parque Madureira aparece no plano estratégico apresentado pelo atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, para o período de 2017 – 2020, como modelo de equipamento a ser replicado[117], previsto para ser instalado em Realengo, como resolução comum para tal demanda.

De acordo com Souza, uma pesquisa realizada em 2003 pelo Instituto Pereira Passos teve como desdobramento a construção do Parque:

> Um dos resultados apresentados pela pesquisa foi a falta de lazer, de segurança e precariedade do sistema viário. Baseado nesses dados que o Governo iniciou as articulações, com diversos argumentos, para intervenções na região, principalmente na área utilizada para agricultura, visto que tal atividade já não se enquadrava no processo vigente de aquecimento do mercado imobiliário do bairro. (SOUZA, 2015 p.20)

---

114. Cf. LEI COMPLEMENTAR No 16, DE 04 DE JUNHO DE 1992.
115. Área de Planejamento 3, que refere-se aos bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro.
116. Conforme Lei Complementar Nº 111, de 1o de fevereiro de 2011.
117. De acordo com a matéria "Crivella anuncia implantação do projeto Parque Realengo", onde informa que "No dia 1º de janeiro de 2017, Crivella já tinha autorizado, por meio do decreto municipal 42.772, um plano para a implantação de um parque na Zona Oeste, nos moldes do Parque de Madureira.". Disponível em: http://prefeitura.rio/web/guest/exibeconteudo?id=6856293

A sustentabilidade do Parque é apresentada de forma ambígua, ora de viés ecológico referindo-se ao reaproveitamento de recursos naturais – como o reuso da água da chuva coletada dos telhados e poços artesianos para irrigação dos jardins através de sistema automatizado; ou a adoção de telhados verdes nos edifícios do Parque e instalação pisos permeáveis, conforme apresentado na dissertação[118] de Mauro Bonelli – engenheiro da prefeitura responsável pela obra do Parque –; ora associando o termo ao viés da economicidade: "o respeito ao usuário representado pela qualidade do projeto, dos materiais de acabamento da obra e o plano de conservação, transmitiriam a mensagem de sustentabilidade, elevariam o sentimento de pertencimento da população local, e também reduziriam o custeio com manutenção do espaço público." [*grifos nossos]* (BONELLI, 2013 p. 25), reiterado pelo arquiteto do projeto "da forma como a infraestrutura foi planejada até o elenco de plantas escolhidas, tudo foi feito para minimizar custos e desperdícios, além de promover uma maior requalificação ambiental da região". [*grifos nossos]* (REZENDE, 2012 p. 14).

Conforme Carneiro,

> Bonelli constrói uma relação íntima entre sustentabilidade e gestão de qualidade, associando a ideia sustentável de diminuição do uso de recursos naturais à economia que isso gera para os cofres públicos. Isto significa que a otimização dos gastos da Prefeitura com obras e manutenção de bens públicos, numa política austera, tem sido qualificada como um ideal de sustentabilidade. (CARNEIRO, 2014 p.13)

Ainda analisando a pesquisa de Bonelli, percebemos que o sentido de economicidade é empregado de forma variável, por exemplo, ao tratar da possibilidade de aterramento das torres de energia elétrica da Light – aquelas realocadas para construção do Parque – cujo espaço, aqui de forma especulativa, poderia acomodar os moradores da Vila das Torres, o engenheiro afirma que: "Estudos preliminares apontaram custos oito vezes maiores para execução de linhas subterrâneas inviabilizando o rebaixamento dos dois quilômetros que foram compactados." [*grifos nossos]* (BONELLI, 2013, p.57)

Por outro lado, ao discorrer sobre os ajustes no planejamento do Parque para que este cumprisse as metas do Plano Diretor Ambiental da Cidade, segue a lógica já observada no capítulo anterior da cidade global aonde a oportunidade do momento da execução prevalece sobre os demais princípios, conforme vemos em:

118. Cf. BONELLI, 2013.

> A oportunidade de execução de um projeto de recuperação de áreas degradadas de tal porte, numa região carente de espaços públicos de lazer, com uma taxa de ocupação urbana de aproximadamente 98%, associada ao movimento mundial de valorização de questões ambientais, melhoria da qualidade de vida e conscientização do uso adequado dos recursos naturais, levou forçosamente ao uso de novas tecnologias construtivas, mesmo que acarretando custos adicionais, tendo em vista que a obra pública tem por obrigação transmitir valores e incentivar o desenvolvimento tecnológico, consolidados nas políticas publicas de estado. [*grifos nossos]* (BONELLI, 2013, P. 25)

Estou ciente que sem as informações das proporções dos custos implicados na adoção de práticas sustentáveis à obra, a comparação entre as duas despesas fica comprometida, e explico ainda que considero adequado e benéfico a inclusão destas práticas em todos os tipos de construções, sobretudo as públicas. Posto isto, é importante observar que a manutenção das famílias removidas naquele espaço através do aterramento das linhas de transmissão – ou ainda, da construção de edifícios no local conforme planejamento anterior que já mostramos – é calcado apenas e fundamentalmente em uma escolha, realizada por aqueles que têm o poder de decidir o que é ou não viável para implementação das intervenções públicas: *o dono dos campos*[119].

Não por acaso, no estudo elaborado pelo engenheiro à frente das obras do Parque, as menções à horta e à Vila das Torres são pontuais e praticamente ou silenciam, ou desvalorizam o local: "Como recuperar uma área degradada melhorando a qualidade de vida urbana da população do entorno de aproximadamente 2,4 milhões de habitantes?" (BONELLI, 2013, p 25), onde o local da horta é entendido apenas como uma área degradada, passível de - e mesmo ansiando por – requalificação; cujos habitantes não são considerados como parte de população do entorno, embora ocupassem área contígua ao terreno do Parque.

A existência de uma horta no local é citada apenas uma vez, na seguinte passagem: "Com o início das obras de drenagem e terraplanagem no Parque Madureira, foi visível a presença de diversas ligações clandestinas de esgoto que drenavam para valas que percorriam as hortas existentes no terreno do projeto." (BONELLI, 2013, p 69), ou seja, a área de cultivo é apenas mencionada para conectá-la ao esgoto não regulamentado.

Sobre esse apagamento, precisamos destacar que, assim como no Plano Ambiental, a presença da horta e a preservação de suas moradias estavam duplamente previstas no Plano Diretor do município de forma prioritária:

---

[119]. Em referência a definição de 'próprio' em Certeau, 1990.

> Art.3o A política urbana do Município tem por objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade urbana mediante as seguintes diretrizes:
>
> *omissis*
>
> Art. 212. A ocupação de vazios urbanos e imóveis subutilizados e não utilizados compreenderá:
>
> I - a realização de novos projetos habitacionais em áreas consolidadas e infraestruturadas da cidade pela recuperação e o reaproveitamento de imóveis ociosos, lotes vazios e trechos subutilizados do tecido urbano em geral, criando opções de moradia;
> IV - o incentivo à Agricultura Urbana Sustentável. (LEI COMPLEMENTAR 111, DE 1^{O} de fevereiro de 2011).

De forma a reforçar que o ajuste do planejamento da construção do Parque ao Plano Ambiental e a inobservância do Plano Diretor teve como premissa a compatibilidade da legislação julgada mais conveniente para a sua execução, a qual optou-se por seguir, até porque, o planejamento ambiental está subordinado ao plano diretor – instrumento de maior abrangência das diretrizes municipais.

Ainda no que se refere às ligações clandestinas de esgoto, o relatório da RRA Rezende informa que "entre os barracos e as hortas corriam valas com esgoto a céu aberto e vegetação típica de áreas degradadas." (REZENDE, 2012, p.22) acompanhado da seguinte imagem:

Figura 23[120]

120. Crédito: pimenteira

Segundo reportagem “Rios cantados pela Portela agonizam em Oswaldo Cruz e Madureira”[121], a Fundação Rio-Águas informa que o ‘Rio Sanatório’ que corta o Parque Madureira, figura 24, “foi beneficiado por intervenções realizadas com a implantação do Parque Madureira.” Por outro lado, a reportagem informa ainda que os rios da região, dentro os quais o ‘Sanatório’ têm sofrido com o despejo de esgoto sem tratamento, provocando mal cheiro, reiterado no depoimento de Tia Surica:

> Temos que preservar os rios. O rio é vida. A Portela levantou esse enredo (“Quem nunca sentiu o corpo arrepiar ao ver esse rio passar”), valorizando os rios — disse a matriarca da Portela, sem esconder a revolta ao constatar que, ao lado do Parque Madureira, passa o valão de esgoto em que se transformou o Rio Sanatório. (JUNQUEIRA, 2017, p.1)

Concluímos, portanto, que o problema do esgoto a céu aberto não foi completamente sanado e indagamos se o seu deslocamento poderia ter acentuado à contaminação do Rio Sanatório.

Figura 24: à direita, o Rio Sanatório[122]

Paralelamente à imprecisão sobre a aplicação do termo ´sustentabilidade´ – e da eficiência econômica – observamos também a menção constante do recebimento do certificado AQUA pelo projeto do Parque[123] como um ativo importante das narrativas sobre a sua adequação às práticas sustentáveis reconhecidas, para Carneiro[124]

121.Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/rios-cantados-pela-portela-agonizam-em-oswaldo-cruz-madureira-21013356.html

122. Autor: Genilson Araujo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/expansao-do-parque-madureira-devera-comecar-em-fevereiro-11005319?loginPiano=true

123. Emitido pela Fundação Vanzolini o selo AQUA confere o título aqueles equipamentos alinhados com práticas sustentáveis em diferentes etapas: pré projeto, projeto, execução, programação da operação e operação. A primeira etapa do Parque Madureira foi credenciada apenas na etapa de pré projeto, enquanto a sua expansão está credenciada até a execução, conforme https://vanzolini.org.br/aqua/empreendimentos-certificados/.

124. CARNEIRO, 2014, p.13

> ... dentro desse programa, o Parque de Madureira possui a função de mostrar como a gestão municipal se alinha à sustentabilidade, pensando no que seria um uso consciente de recursos com retorno ao público. Assim, a certificação do Parque com o certificado AQUA (Alta Qualidade Ambiental) pela Fundação Vanzolini é muito importante como dispositivo retórico, permitindo a Bonelli afirmar que "foi inaugurado com ele um novo conceito de execução de obras públicas" (CARNEIRO, 2014 p.13)

Por fim, os benefícios físicos e sociais tratam da retomada do sentido de parque como local de promoção das trocas, encontros, sociabilidades, segundo o qual, ao entrar em contato com a natureza e ser estimulado à prática de atividades físicas o usuário teria um ganho de qualidade de vida. Aproximando-se da hipótese da biofilia, defendia pro Edward Osborne Wilson, em 1984, onde o ser humano teria uma necessidade inata de buscar conexões com a natureza e outras formas de vida. Nesse sentido, torna-se alarmante o índice de que Madureira possuía apenas $1m^2$ de área verde por habitante, enquanto a recomendação da ONU do mínimo de $18m^2$, nas palavras do Secretario Municipal de Obras na ocasião da construção do Parque:

> O poder de transformação que o Parque Madureira traz a todos os bairros que atravessa é imenso. Mais de 98% da área era impermeabilizada e com poucas áreas verdes. Ele promove uma revitalização nessa parte, melhorando o microclima, propiciando extensa área de lazer com equipamentos culturais e esportivos. Para quem tinha uma área da Light, degradada, aos fundos de um amplo terreno, e agora tem um espaço muito valorizado, é um ganho — afirma o gestor da Secretaria Municipal de Obras (SMO), Alexandre Pinto. (LAURITZEN, 2016, p.1)

É nesse contexto que a ideia de que o Parque Madureira é a terceira maior área verde da cidade do Rio de Janeiro funda-se, ganha força e consolida-se, - ainda que agora, após a inauguração do Parque Radical, localizado Deodoro, em dezembro de 2015 ela torne-se não mais a terceira, mas a quarta área verde da cidade, fato menos explorado pela mídia – o superlativo é um recurso facilmente ativado quando se busca imprimir valor.

Vejamos a matéria publicada no jornal Extra às vésperas da inauguração do Parque. "Paque Madureira: moradores aprovam a 3ª maior verde do Rio de Janeiro" (sic). Na pauta, crianças do bairro fruem do espaço antecipadamente enquanto a repórter registra as suas primeiras impressões; o 'furo' começa apresentando o seguinte precedente:

> Acostumadas com viadutos, estação de trem, pontos de ônibus e intensos engarrafamentos, o primeiro grupo de crianças a visitar o Parque de Madureira, que será inaugurado nesta sábado pelo prefeito Eduardo Paes, não sabia para onde correr, diante de tanto espaço livre. Após seis meses de muita curiosidade — quando analisavam as novas construções apenas por trás das grades e dos muros de proteção da obra - os pequenos queriam conhecer todas as partes do parque que nasce como a terceira maior área verde da cidade e descobrir qual seria a primeira utilizada. (HOERTEL, 2012, p.1)

E conclui com a seguinte descrição do espaço:

> Ao todo, são 93 mil metros quadrados rodeados por mais de 1.200 árvores e diversas opções de lazer, esporte e cultura para uma das regiões mais carentes desse tipo de estrutura. Com ciclovia, academia, circuito de skate, local para apresentações musicais, playground para crianças e quadras poliesportivas, o Parque Madureira será a terceira maior área verde da cidade – menor apenas que o Aterro do Flamengo e a Quinta da Boa Vista. (HOERTEL, 2012, p.1)

Este registro é exemplar da oposição entre vida urbana e cinza, enumerada através dos objetos: viaduto, engarrafamento e ponto de ônibus, que demonstram a ausência de espaço para as brincadeiras infantis, em oposição ao 'estouro' com a abertura do Parque em: 'não sabia para onde correr', expressando o desaguamento de um desejo contido e por isso encantando e desorientado diante das tantas possibilidades oferecidas pelo novo equipamento.

A descrição é encerrada com a frase, ouso afirmar, mais citada sobre o Parque: 'terceira maior área verde, menor apenas que o Aterro do Flamengo e a Quinta da Boa Vista'.

De tal modo, constatamos a contradição da acepção do terreno que já foi mata, fazenda e horta ser associado a 'área verde' - e não apenas uma área verde qualquer, a terceira maior da cidade - apenas ao tornar-se um Parque. Sobretudo, quando comparamos visualmente a sua transformação mais recente:

Figura 25, a horta da Vila das Torres[125]

[125].Autor Rogério Reis. Disponível em: http://tyba.com.br/br/registro/cd218_290.JPG/-Assunto-Vista-aerea-do-Madureira-Shopping-e-terreno-da-Via-Light--Local-Madureira---Rio-de-Janeiro-RJ---Brasil--Data-032011-

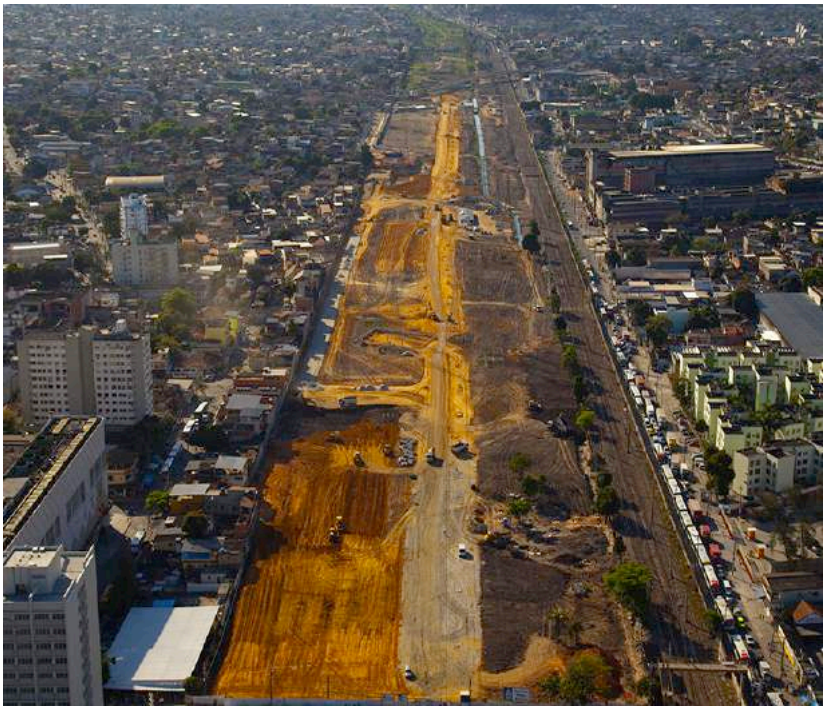


Figura 26, obra para construção do Parque Madureira em andamento, 2011[126]

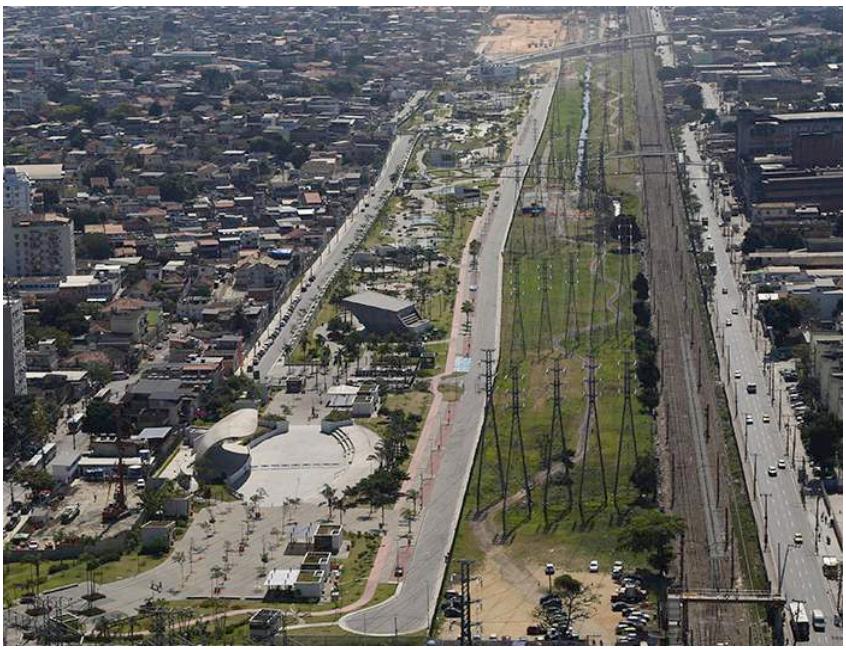


Figura 27, Parque Madureira, em 2012[127]

E contrastamos as suas dimensões com as suas referências: o Parque Madureira possuía pouco mais que 93 mil metros quadrados dos quais apenas 31.166m^2 eram de fato

126. Autor não informado.Disponível em: cidadeolimpica.com.br/projetos/parque-madureira/
127. Autor não informadoDisponível em: cidadeolimpica.com.br/projetos/parque-madureira/

formados por cobertura verde[128]; a área total do Aterro do Flamengo é de 1.200.00 m^2, treze vezes maior, e a Quinta da Boa Vista tem as dimensões de 293.000m^2, quase o triplo das suas dimensões no primeiro trecho. De acordo com Carneiro,

> A própria justificativa de que Madureira possui uma alta taxa de ocupação urbana, carecendo de áreas livres é frágil para a questão da recuperação urbana. É preciso considerar que a área ocupada pelas linhas de transmissão já era área livre, com solo permeável e vegetação garantida pela horticultura. A mudança que a construção do parque fez foi a remoção de uma pequena faixa de área construída da favela e substituição pela construção do Parque que, vale lembrar, possui somente 33% de área verde. (CARNEIRO, 2014, p.12)

O que nos leva a indagar o sentido material de 'área verde' e de uma 'área com verde', uma vez que ali a vegetação não aparece de maneira estruturante.

Nesse sentido é interessante notar o paradoxo de que uma das poucas áreas verdes remanescentes de Madureira, que possuía 98% de área construída em 2009, foi preservada justamente por servir de base para a transmissão de energia elétrica – fenômeno pouco usual da conjugação entre desenvolvimento urbano, tal qual implantado no país, e natureza.

As definições teóricas de "área verde" apresentam o pré-requisito da presença de cobertura verde, independente de suas dimensões, conforme mostra levantamento elaborado por Maymone[129], do qual elencamos apenas dois, para exemplificação:

> Área verde: Onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. (LOBODA; DE ANGELIS, 2005, p. 133c p. 27)

e

> área verde, é como um tipo especial de espaço livre onde há predominância de áreas plantadas e que deve cumprir três funções (estética, ecológica e lazer); vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos 70% da área; deve ser pública e de utilização sem regras rígidas**.** NUCCI (2001, p.198), 32

O ponto comum das definições anteriores é a prevalência da cobertura vegetal do espaço considerado 'área verde' sobre as demais formas de uso do solo, a última citação chega mesmo a determinar a proporção mínima de 70% de ocupação vegetal, no entanto, a área do Parque Madureira esta distribuída em proporção praticamente invertida desta porcentagem.

---

128. Para efeitos de melhor visualização, a área com cobertura verde do Parque Madureira seria ainda menor que a área total do Passeio Público, cujas dimensões são de 33.649m2
129. MAYMONE, 2009.

Por outro lado, a definição do governo municipal do Rio de Janeiro, expressa no trecho do Plano Diretor de 2012 dedicado às áreas verdes, mostra flexibilidade com relação a aquela prerrogativa:

> Subseção VII
> Das Áreas Verdes e Espaços Livres
>
> [...]
>
> Art. 180. Entende-se por Áreas Verdes e Espaços Livres o conjunto formado: I - por espaços públicos ou privados do Município, com ou sem cobertura vegetal remanescente, possuindo ou não bens arquitetônicos, sob regimes diferenciados de proteção e conservação em função de seus atributos naturais, paisagísticos, históricos e culturais, tais como: a) bosques; b) corredores urbanos arborizados; c) parques urbanos; d) parques históricos; e) praças; f) jardins públicos; g) reservas de arborização; h) as áreas do Bioma de Mata Atlântica acima da cota de cem metros em todo o município. i) demais áreas verdes públicas e privadas de interesse ambiental;

A desconexão entre o discurso verde e a vivência no espaço é percebida pelos frequentadores que apontam a escassez de árvores frondosas como um dos pontos negativos do Parque, exemplificados pelos depoimentos de Daiane, administradora da Nave do Conhecimento: "ponto negativo eu acho que é não ter muitas sombras, nem sombras e nem partes cobertas, quando chove as pessoas não tem muito onde ficar e quando está um sol muito forte as pessoas não tem as árvores... mas acho que as árvores vão crescer, porque ainda é novo e vai criar uma sombra melhor." [130]

O depoimento revela ainda a discrepância das narrativas oficiais sobre o mesmo espaço; no relatório elaborado pela RRA, é informado que

> No intuito de oferecer qualidade de vida à terceira idade, foram previstos diversos equipamentos específicos: cancha de bocha, mesas para jogos e uma academia que promovem a aproximação da prática desportiva de maneira divertida e com apoio de monitores profissionais.
> Práticas saudáveis, espaços para dança, exercícios aeróbicos ou um jogo de tabuleiro estimulam a convivência social e auxiliam na recuperação de autoestima do idoso.
> Todos estes espaços receberam um projeto de paisagismo que os proverá de sombra. (REZENDE, 2012, p. 74)

No entanto, vejamos a opinião do Sr Esteves, de 96 anos, respondendo a minha pergunta se ele acha que o Parque é destinado para todas as idades: " O parque é para todo mundo, aquele que quiser pode vir; agora eu acho o seguinte: que se botasse muito pé de árvore que desse folha seria melhor, aqui eles botam umas palmeiras que ás vezes não dá, eu

130. Entrevista 7

acho que melhorava um pouco, falta a sombra."[131] Basta observar as imagens do local para assentirmos:

Figura 28[132], bocha do Parque Madureira

Figura 29[133], academia da terceira idade

Em suma, o limite entre o discurso e a prática não é apenas fruto das transformações dos sentidos das coisas, há certos casos em que o discurso não pretende assinalar ou incentivar uma mudança, mas fazer crer de forma fictícia, criando similaridades inexistentes, cuja máxima 'não importa tanto ser quanto parecer ser' resume apropriadamente.

131. Entrevista 7
132. Autora: Carol Belo. Disponível em:http://www.correndonorio.com.br/2016/10/03/descobrindo-o-parque-madureira/
133. Autora: Ana Avelar. Disponível em: http://parque-madureira.blogspot.com.br/2012/11/ana-avelar-academia-para-terceira-idade.html

O ato da nomeação não pode ser considerado, portanto, como totalmente arbitrário, ainda que a escolha do nome próprio seja atribuída por outrem, está vinculado a um sentido que aquele que lhe batiza busca evocar. Para os objetos e coisas o sentido mostra-se mais amarrado ainda a sua denominação – pareceria absurdo referir-se a uma 'cadeira' como 'mesa', ainda que eventualmente os seus usos possam ser invertidos.

Sendo assim, a possibilidade de definir um nome é um local de poder, que expressa a intenção de condicionar o uso e o sentido da coisa; de tal forma que denominar um parque no subúrbio como o terceiro ocupante de um pódio imaginado visando o fortalecimento da sensação de orgulho de seus frequentadores é uma estratégia passível de ser empreendida apenas pela classe dominante – e aqui entendemos o Estado como integrante deste grupo, por mediar essa relação de poder. Por outro lado, sendo a incongruência entre sentido e prática percebida pelos usuários deste espaço, que não aceitam passivamente esta construção, questionando a sua materialidade e reinventando os seus usos, conforma-se como uma forma de resistência.

Abordamos aqui as disputas travadas no campo do simbólico e atravessadas pela materialidade do campo em que elas se exprimem, no nosso caso, o Parque Madureira. Ora, se o Estado e a imprensa tem o poder de amplificar os significados que eles mesmo criaram, na outra ponta, agindo nas brechas e sem tanto alarde, o usuário rompe a eficácia do ciclo de comunicação, ao subverter a mensagem propagada pelo emissor.

3.2 A mimese da Zona Sul

Cópia, reprodução, xerox, clone, duplicação, réplica - são alguns dos termos empregados para assinalar uma materialidade constituída em referência a uma outra pré-existente. Em suma, a cópia informa a presença de um corpo outro em um volume distinto.

O que nos leva a refletir sobre o porquê algumas 'coisas outras' buscarem a constante correlação com modelos anteriores, pois, a meu ver, ao ser concebido a partir da ideia de outrem a reprodução incorre em três pontos que considero críticos: 1- abre mão da sua originalidade, colocando-se a priori sempre em segundo plano; 2- a participação na autoria da coisa é compreendida como meramente operacional, e 3- cria a expectativa de produzir sentidos atrelados ao espaço original que nunca se realizam completamente, tornando a sua existência associada à insuficiência.

Daí indagamos: qual o limite entre a réplica e o distinto? Se dissermos que o Theatro Municipal do Rio de Janeiro é uma versão da Ópera Nacional de Paris, ele não deixará de ser um espaço dedicado às artes cênicas com localização, programação e vivências só suas? Ou se o Passeio Público do Rio de Janeiro é inspirado no Passeio Público de Lisboa, ele não deixa de guardar em si propriedades suficientemente particulares de usos e acontecimentos?

É evidente que mesmo as cópias guardam em si experiências exclusivas, ainda que concebidas para a mesma função que seu 'original' – seria impensável que na Ópera de Paris fossem realizados bailes de carnaval como os promovidos no Theatro Municipal do Rio na década de 1950, por exemplo, onde uma grande passarela saía da sua escadaria até praça da Cinelândia.

Portanto, a ideia de cópia é antes de tudo constituída na narrativa da relacionalidade. A peça que se pretende similar à outra precisa informar a existência e a importância da sua matriz, pois a isso deve a sua própria relevância. Uma 'cópia perfeita' de uma grande pintura só encontra sentido por invocar a obra primeira - todas as cópias e reproduções de Monalisa seriam inexistentes se Da Vinci não a tivesse concebido anteriormente. Já na era da reprodutibilidade técnica, conforme nos alerta Benjamin[134], a aura sagrada da obra singular se dissolve; nos arquivos digitais, original e cópia são unidades imiscuídas.

Considerando estas questões, analisaremos o Parque Madureira como um espaço arquitetado de forma relativa aos equipamentos e paisagens presentes na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, a partir da definição de David Harvey em que: "a concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo

134. Referência à publicação "A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica", publicada pela primeira vez em 1936, de autoria de Walter Benjamin.

próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem." (HARVEY, 1973, p.13 *apud* HARVEY , 2006 p. 10)

Como o discurso constitui mais uma camada da produção do espaço, a leitura da materialidade está imbricada também pela sua correlação com os sentidos, uma vez que "o sentido é definido não como algo em si, mas algo em 'relação a'" (ORLANDI, 2009, p. 25).

Veremos que os discursos proferidos pelo Estado e pela grande mídia informam uma qualidade do espaço que não é 'própria' do subúrbio, incitando a percepção de que seu valor é elaborado apenas na correlação com a figura do seu original; buscando, assim, forjar a 'propriedade' da coisa - neste caso, o Parque - imputando a ele um 'caráter', 'atributo', uma natureza 'própria' de outros espaços.

Visto que uma das formas de distinção das classes mais abastadas se dá na conjugação do capital cultural com o capital econômico estipulando, através do preço, uma raridade de consumo daqueles bens, a proposta de aproximação daquele consumo pelas classes mais pobres através da incorporação superficial de alguns elementos à sua paisagem, configura-se como uma prática pretensiosa "pelo fato da discordância entre a ambição e as possibilidades de sua realização". (BORDIEU, 2013, p.167)

Se a construção do Parque Madureira pode ser interpretada como uma resposta à má distribuição dos equipamentos de cultura e lazer na cidade do Rio de Janeiro, o vínculo da ideia de fruição cultural aos modelos das regiões do Centro e Zona Sul, onde estes bens se concentram é tal que parece condicionado a esta localização geográfica, uma vez que este espaço projetado na (e para, como veremos adiante) Zona Norte é permeado por padrões de lazer que as tomam por matriz.

Assim, a construção de um novo equipamento, como o Parque Madureira, modifica a distribuição dos objetos no espaço, forjando uma sensação de proximidade dos bens sociais raros, em geral localizados nos bairros mais nobres, habitados pela população com maiores rendas, produzindo o deslocamento dos sentidos sobre o lugar em que está instalado e as possibilidades de participação na vida pública de seus frequentadores, operando na linha tênue entre o orgulho da pertença e auto-segregação – é na fronteira destes sentidos que os poderes hegemônicos elaboram a falsa ideia de um 'próprio' para as classes populares, fazendo crer a existência de certa autonomia neste espaço que não se realiza.

São diversos os símbolos que estabelecem a conexão entre as duas pontas: além da

área verde - relacionada ao Aterro do Flamengo - destacamos ainda o jardim botânico, o 'baixo bebê', o réveillon - comparado ao de Copacabana - e a praia, vamos concentrar nossa análise neste último ambiente por estar estruturalmente vinculado ao Parque Madureira.

Esta associação não se estabeleceu ao acaso, a concepção do Parque tem as relações de sociabilidade próprias da praia como premissa, conforme depoimento do seu arquiteto sobre sua inspiração: "O que a gente fez foi repetir a praia, o espaço mais democrático que eu conheço" (LIMA, 2013, p.1).

É assim que a praia, bem natural cuja proximidade da residência e o uso é o cerne de disputas simbólicas sobre o território, e territoriais sobre o seu símbolo, registrados desde o início da ocupação portuguesa – e talvez por isso mesmo – deixa de, ou tenta parecer que, ser exclusividade da Zona Sul, e Oeste, para aportar na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Local de chegada dos primeiros exploradores, a praia é, ao menos imageticamente, o local de primeiro contato entre os povos originários e os colonizadores; exercendo a função de carga e descarga de materiais nos portos e sendo local estratégico para proteção contra invasores, com os fortes.

Patrícia Farias[135] traça cronologicamente os sentidos e usos da praia carioca partindo da colônia até os anos 1990, destacamos aqui quatro movimentos para melhor compreensão de sua percepção contemporânea:

1. Data dos primeiros séculos do Brasil Colônia quando a praia é considerada um local degradado, destino de dejetos e frequentada apenas por pessoas escravizadas, cuja descrição de Gilberto Velho é exemplar: "os urubus vinham (...) pinicar os restos de comida e de bicho morto e até os corpos de negros que a Santa Casa não enterrava direito, nem na praia nem nos cemitérios (...) a maré subia e lavava a imundice das praias." (VELHO[136], 1977 *apud* Farias, 2000 p.126)

2. No início do século XIX o significado começa a se transformar e a praia passa a ser utilizada para fins terapêuticos; D. João VI, figura máxima da realeza portuguesa à época, costuma banhar-se na praia do Caju para tratar uma doença de pele que o acometia.

3. Tal inversão consolida-se na década de 1920 com a ascensão do culto ao corpo e a

135. Farias, *A praia carioca, da colônia aos anos 90: uma(s) história(s)*. 2000
136. VELHO, Gilberto, Sobrados e Mocambos, 1977, p.195

conexão entre bronzeamento e saúde. Assim, se antes, as marcas causadas pelo sol, a exposição dos corpos e sua tenacidade refletiam o trabalho braçal dos baixos escalões, agora ele era sinônimo de saúde e jovialidade, representada, por exemplo, na figura da 'garota de Ipanema'[137].

4. Paralelamente, o sentido de praia adquire também nova centralidade, deixando de referir-se hoje a quase esquecida região da Bacia de Guanabara, usufruída por D. João, que fora aterrada, construindo um imaginário de balneabilidade exclusivamente voltado para a Zona Sul – a mais prestigiada e exportada, o 'cartão postal' – ou Zona Oeste, com a Barra e Recreio inicialmente sendo consideradas as mais 'selvagens' por serem menos populosas.

É importante destacar que a valorização do sentido de praia é acompanhada das transformações físicas no território, promovidas pelo aterramento, como pontuado, ou cerceamento, como ocorrido com a praia da Penha, hoje controlada pela Marinha; de forma que os bairros identificados ao subúrbio passam a ser também aqueles desprovidos de orla. Simbolicamente, devemos considerar também que o apartamento dos corpos negros do espaço da orla, em sentido literal em alguns casos; a forçosa migração da população antes escravizada para os subúrbios, pós reforma Passos; e a apropriação do balneário pelas classes mais abastadas foram eventos coincidentes.

Talvez isso explique a sensação de propriedade da praia, principalmente a localizada na Zona Sul, autoproclamada por seus moradores, revelando que o uso da cidade é expressão do privilégio daqueles que podem arcar com seus custos: "A gente paga o maior IPTU da cidade do Rio de Janeiro e quando chega o final de semana, esse pessoal vem invadir a nossa praia?" (SANTOS F., 1984, p.1). Há ainda a percepção de unidade comportamental, e física, daqueles que podem por ele pagar.

Apesar dos discursos recorrentes que elaboram um 'subúrbio imaginado' sempre associado à violência e todas as associações possíveis que dela emergem, Segundo Ferreira dos Santos e Vogel[138] o conflito é uma dimensão crucial quando se trata da apropriação de espaços, e logo

> Sua existência não deve surpreender, pois difícil seria imaginar qualquer processo de apropriação de um bem coletivo sem dissenções e discordâncias. Sem choques resultantes da própria dinâmica do sistema. (FERREIRA DOS SANTOS; VOGEL, 1985, p. 105)

137.Em referência a música homônima de Tom Jobim e Vinicius de Moraes.
138.FERREIRA DOS SANTOS; VOGEL, 1985

Este acirramento sobre a ocupação de corpos distintos no espaço, agora valorizado, da praia toma vulto e passa ser justificado após o arrastão de outubro de 1992: a partir daquele momento, podia se dizer que não eram simplesmente os modos de vida que estavam em desacordo com a praxe do espaço, não eram os corpos, os modos, a música, a farofa ou o frango, a presença dos pobres (suburbanos) precisava ser combatida em prol da segurança. Segundo Sousa, embora o evento, de 1992, não fosse o primeiro arrastão foi o que mais obteve repercussão midiática e por isso "o acontecimento cicatriza a cidade, doravante marcada por encontros tão mal sucedidos: o designo de arrastão se estabelece como desordem em espaço público associada à criminalidade." (SOUSA, 2015, p. 21)

Ainda de acordo com a autora,

> Se voltarmos nossa atenção ao Arrastão, por exemplo, os embates pelo uso do espaço da praia se atrelavam, dentre outras questões, às origens espaciais dos frequentadores, que predeterminavam condutas e valores. Não se trata apenas de uma luta pelo uso do espaço, mas uma que se estabeleça também por sentidos outros não só no uso, mas no valor de troca de tais espacialidades. [...] O problema do Arrastão não é que ele seja violento, já que nem tudo era arrastão e nem tudo era crime. É o desencontro, a incompreensão das experiências do (e no) outro. (SOUSA, 2015, p.50)

Assim sendo, quando Ruy Rezende refere-se 'a praia' como local democrático ele não está se referindo a mesma praia, melhor dizendo, a um mesmo sentido de praia, estanque através do tempo - terreno de disputas mais do que conciliação. De forma que a percepção de 'espaço democrático' revela ou a seletividade da memória, elaborada ideologicamente de forma apartada da realidade dos fatos já expostos, ou é uma prospecção utópica; há ainda a possibilidade de que a praia, a despeito de toda a sua história social, seja ainda assim o espaço de interação mais 'democrático' conhecido pelo arquiteto – o que seria a evidência de um grave sintoma de nossa sociedade - reforçando a afirmação de Milton Santos de que "os lugares são, eles próprios, expressão atual de experiências e eventos passados e de esperanças no futuro." (SANTOS, 2013, p.156)

Se a praia tem um proprietário imaginado, àquele cuja presença é combatida é denominado 'invasor'. A expressão que ganhou popularidade a partir de 1985, quando o grupo 'Ultraje a Rigor' lançou o hit homônimo 'nós vamos invadir a sua praia', diz muito sobre o embate entre as interações sociais no espaço da praia e inaugura também uma polifonia do seu sentido, a 'sua praia' não diz apenas sobre o espaço a beira mar em si, mas também uma área de interesse, especialidade, competência, etc., de forma que dissemos que tal ocupação ou hobby é ou não 'a minha praia'. Vejamos a letra na sua íntegra:

Daqui do morro dá pra ver tão legal
O que acontece aí no seu litoral
Nós gostamos de tudo, nós queremos é mais
Do alto da cidade até a beira do cais
Mais do que um bom bronzeado
Nós queremos estar do seu lado

Nós tamo entrando sem óleo nem creme
Precisando a gente se espreme
Trazendo a farofa e a galinha
Levando também a vitrolinha
Separa um lugar nessa areia
Nós vamos chacoalhar a sua aldeia

Mistura sua laia
Ou foge da raia
Sai da tocaia
Pula na baia
Agora nós vamos invadir sua praia

Sua praia!

Agora se você vai se incomodar
Então é melhor se mudar
Não adianta nem nos desprezar
Se a gente acostumar a gente vai ficar
A gente tá querendo variar
E a sua praia vem bem a calhar

Não precisa ficar nervoso
Pode ser que você ache gostoso
Ficar em companhia tão saudável
Pode até lhe ser bastante recomendável
A gente pode te cutucar
Não tenha medo, não vai machucar

Mistura sua laia
Ou foge da raia
Sai da tocaia
Pula na baia
Agora nós vamos invadir sua praia

Mistura sua laia
Ou foge da raia
Sai da tocaia
Pula na baia
Agora nós vamos invadir sua praia

Sua praia! (Eu recomendo)

Vamo invadir!

Mistura sua laia
Ou foge da raia
Sai da tocaia
Pula na baia
Agora nós vamos invadir sua praia

Cenário de expressão dos limites entre sociabilidade e confronto, a praia é descrita na primeira estrofe como um objeto de consumo até então fora do alcance dos seus 'invasores', mas não é apenas o acesso ao território que importa ali: "mais do que um bom bronzeado, nós queremos estar do seu lado" – embora soe irônico, sugerir a sua presença ante a um grupo que historicamente lhe demonstra aversão, compartilhar o espaço da praia é aqui colocado como possibilidade de convivência entre as classes.

Destacamos ainda o trecho: "Agora se você vai se incomodar, então é melhor se mudar, não adianta nem nos desprezar, se a gente acostumar, a gente vai ficar, a gente está querendo variar, a sua praia vem bem a calhar" – no qual, a impossibilidade do convívio cordial para uso comum do espaço, não se tornaria um impeditivo de seu uso, embora a praia não seja propriedade do narrador 'a sua praia vem bem a calhar', ele entende que tem direito a sua fruição para pluralidade de suas experiências.

As duas passagens confirmam o que os autores do livro "Quando a rua vira casa"[139] narram sobre as possibilidades de trocas no que se refere a socialização e ao confronto:

139. *idem*

> quando nos defrontamos com um outro, três, e somente três coisas podem ter lugar. Ou trocamos algo com ele, ou evitamos fazê-lo de parceiro nessa operação, ou entramos em conflito. Em todos os casos, operamos com regras e por meio de rituais. Na troca reforçamos o contato; na evitação procuramos neutralizá-lo; no conflito recusamos determinadas condições de uma troca possível. Troca, evitação e conflito vão sempre juntos. São termos virtuais de qualquer relação social e como tais serão considerados. (FERREIRA DOS SANTOS; VOGEL, 1985, p. 84)

Por outro lado, a evitação pode ser aferida em declarações como: "É uma honra me apresentar em Madureira. Ninguém mais precisa se deslocar para Copacabana, agora temos a nossa festa — vibra Monarco, um dos integrantes da Velha Guarda."(MOURA, 2012, p.1).

A 'nossa festa' refere-se ao réveillon do Parque Madureira, que não oferece espetáculo pirotécnico por conta da proximidade com a rede elétrica, sendo substituído por uma chuva de papel picado para marcar o início do novo ano. Esta produção mimética do espaço, elaborado em relação ao evento de Copacabana que recebia na mesma ocasião investimento milionário para um grande show pirotécnico e grande variedade de programação no decorrer de sua orla, não pode, no entanto, resumir-se aos termos qualitativos; tratar do evento como uma possibilidade de não interação com parte da população da cidade precisa ser compreendido também como uma forma de dignificação pela auto-preservação de ser considerado um intruso cujo comportamento é reprovável.

3.2.1 A praia de Madureira

Não obstante ser inspiração estruturante do desenho do Parque, o nome 'Praia de Madureira', ou 'Praia de Rocha Miranda', é dado a um dos ambientes da expansão do equipamento inaugurada em outubro de 2015. Dois anos antes, ao anunciar o início desta etapa das obras, o então prefeito Eduardo Paes, declara em entrevista ao jornal O Globo: "Com a expansão você cria a Vieira Souto e a Delfim Moreira de vários bairros" (WREDE, 2013, p.s1)

Relacionar as avenidas da orla de Ipanema e do Leblon – alguns dos metros quadrados mais caros do Rio – a um equipamento elaborado artificialmente no subúrbio da cidade, com vista para a linha férrea, nos mostra o enorme esforço do Estado em conectar modos de vida distintos, bem como o seu entendimento que a conexão com a Zona Sul lhe confere um valor, sem, no entanto, supor que este seja frequentado por aqueles que lá residem.

É a partir dessas contradições que analisaremos os jogos entre a narrativa e a sua literalidade presumida, sob a perspectiva de Eni Orlandi:

> Se a ilusão do sentido literal - ou do efeito referencial, que representa a relação imanente entre palavra e coisa, considerando que as 'estratégias retóricas', 'manobras' estilísticas não são constitutivas da representação da realidade determinada pelos sentidos de um discurso – faz o sujeito ter a impressão de transparência, é tarefa do analista de discurso expor o olhar do leitor à opacidade do texto, como diz M. Pêcheux (1981), para compreender como essa impressão é produzida e quais seus efeitos. (ORLANDI, 2009, p. 52)

Comparando apenas a faixa de areia da Praia de Ipanema com a área de 500m^2 coberta por esse mineral no Parque Madureira, observamos que a segunda é mais de duzentas vezes menor que a primeira. Apesar disso, notamos no espaço da 'Praia de Madureira' a inserção de diversos elementos que buscam imprimir a sensação de estar de fato à beira mar.

Vejamos a tenda destinada ao monitoramento da segurança deste ambiente, na direita da figura 30, e em destaque na figura 31, onde lê-se a descrição 'ordenamento da orla', objeto que reforça o caráter de praia, ainda que este não esteja alinhado com a sua materialidade.

Figura 30 – vista lateral da 'Praia de Madureira'[140]

140. Autora: Simone Oliveira.

Figura 31 – Detalhe da tenda ‘ordenamento da orla’[141]

De modo que a metáfora – a ‘Vieira Souto de Madureira’ – confere à Zona Sul o sentido de metonímia de lazer, o que permite que sejam traçadas comparações entre os espaços – Ipanema x Madureira – quando talvez a figura de linguagem mais adequada fosse a ironia, uma vez que este está longe de ser uma reprodução fidedigna de seu suposto modelo.

De acordo com Milton Santos,

> Nas grandes cidades, sobretudo no Terceiro Mundo, a precariedade da existência de uma parcela importante (às vezes, a maioria) da população não exclui a produção de necessidades calcadas no consumo das classes mais abastadas. Como resposta, uma divisão do trabalho imitativa, talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir. (SANTOS, 2013,p. 324)

As disputas culturais não se restringem, portanto, ao campo do simbólico, mas são parte das lutas de classes implícitas nos esquemas que aferem valores distintivos às diferentes práticas culturais. É indício disso, a transferência da ideia de desapossamento, pela qual a classe dominada é identificada, para o campo da cultura, que tende a impor que esta “não possui cultura”, ou que a sua cultura é inferior - como se fosse realmente possível estabelecer parâmetros para classificá-la.

A cultura dominante se autodefine, portanto, como “alta”, demarcando no seu antônimo o lugar da cultura da classe dominada, de modo a reforçar a lógica de que esta não possui autonomia também neste campo.

141. idem

Nestes termos, a cultura popular mirar-se-ia na cultura dominante para construir práticas miméticas – inferiores em qualidade, originalidade e criatividade – daquelas criadas pela classe a qual se opõe. Circunscrevem-se aí a pirataria, a substituição (a sidra na impossibilidade de adquirir o champanhe, por exemplo), a imitação ou mimese, da qual a "Praia de Madureira" – que a despeito do nome, não é praia e nem está situada em Madureira – é um bom exemplo, uma vez que é assim descrita:

> Apesar de estar sendo chamada de praia, a água que banhará os visitantes será doce. A área será ligada a uma faixa de areia de 500m², com coqueiros e palmeiras. O espaço terá uma lâmina de água com 10 cm e três cascatas que, juntas, somam 120 metros de queda d'água. (MOURA, 2015, p.1)

e

> O espaço não reproduz fielmente uma praia — não há ondas e nem profundidade para um mergulho de cabeça —, mas conta com os elementos necessários para garantir a alegria dos frequentadores. (ZUAZO, 2015, p.1)

Embora o discurso da mídia não negue a incongruência entre a denominação e o objeto que representa, busca otimizá-lo; afinal mesmo que o nome não corresponda à realidade, ainda seria possível fazer bom uso dele.

É interessante, contudo, observar como o discurso do poder público, ao buscar contemporizar essas dualidades, mostra-se contaminado:

> Isso aqui é uma alegria. Entregar este equipamento e dar esta qualidade ao povo da Zona Norte é muito bom — vibrava Paes. A cidade está mais unida. A gente está aqui para dizer que essa história de cidade partida não tem mais. Acho que o desafio do Rio é permitir que a galera de Ipanema invada esta praia aqui e o pessoal da Zona Norte invada a Praia de Ipanema do bem. Isso aqui é um legado do Rio de Janeiro. Nós, às vezes, ficamos cheios de medo, cheios de preconceito, cheios de raiva. Mas esta cidade é feita de muita gente boa, trabalhadora, que merece muito carinho e atenção. [*grifos nossos*](O GLOBO, 2015, p.1)

Em primeiro lugar, o Prefeito do Rio de Janeiro, define o sujeito ao qual o Parque se destina: o povo da Zona Norte; depois, ao tentar justificar a "união" da cidade, vale-se da clássica polarização "Zona Sul x Zona Norte"; esta divisão é reforçada ao utilizar o termo "invadir", ou seja, *ocupar pela força um espaço que não lhe convém*; cometendo ainda um ato falho (?) ao adjetivar a Praia de Ipanema como "do bem". E arremata, dando a entender que não é preciso ter medo, preconceito ou raiva dos moradores da Zona Norte, porque este é um povo bom e trabalhador.

É importante também assinalar que a apenas um dos grupos de habitantes do município do Rio de Janeiro é conferido um nome que os identifique, 'os sub-urbanos'. O que

nos leva a pergunta: qual seria o nome dado àqueles residentes nas outras regiões da cidade? Urbanos? Cariocas?

Em março de 2015, é promulgado o 'decreto da carioquice' que define a condição carioca *como*

> um estado mental, espiritual, corpóreo, gestual e linguístico, antes de ser apenas o gentílico dos que nascem no Município do Rio de Janeiro, permitindo que qualquer pessoa converta-se em carioca, se assim o desejar (DECRETO RIO No 39797 – 1 de Março de 2015).

Colocando um tipo de modo de vida acima do nascimento no território da cidade sem, no entanto, oferecer maiores detalhes sobre qual tipo corpóreo, ou qual estado mental, a quais modos gestuais e perfis espirituais se referem. Ora se a diversidade da população é uma marca exaltada em tantos discursos, como definir o 'ser carioca' em apenas um?

O caráter de normatividade expresso na ausência de substantivo definidor dos seres 'não suburbanos' é também uma marca de poder – já que a identidade pode se fundamentar também na exclusão do outro. Os suburbanos seriam aqueles moradores da porção mais interiorizada do território da cidade, cujo valor do IPTU não seria suficiente para acessar aos bens de luxo disponíveis na sua orla. Não por acaso, o Parque Madureira tem como público principal aqueles territorialmente identificados.

"Zona Norte do Rio ganha parque em homenagem à conferencia da ONU" (R7, 25 de junho de 2012); "A criançada da Zona Norte vai ganhar de presente uma praia!" (RJ TV, 12 de outubro de 2015), *grifos nossos* – são algumas das manchetes que informam sobre a inauguração de equipamentos no Parque Madureira. E ainda: "Bom dia, amigos! Inauguramos hoje mais um quilômetro do Parque Madureira, que agora chega a Turiaçu. Agora a galera do Rocha Miranda tem uma praia para chamar de sua." – Eduardo Paes, Prefeito do Rio de Janeiro, em sua página do facebook.

Destacam-se nestas citações, a uniformidade do discurso da imprensa e do poder público declarando este espaço público como vinculado a uma parcela da população da cidade (definida não apenas pela localização geográfica de sua moradia, mas pela classe social e condições de existência, em modo mais geral, de seus moradores) de forma a tentar estabelecer o Parque, como sendo "um próprio" destinado a esse grupo. Reforçado ainda pela ideia de homogeneidade dos moradores e territórios dessa região, já que o Parque, embora nominado Madureira, tem como proposta atravessar nove bairros da Zona Norte (de

Madureira à Guadalupe) tornando-se assim, o mesmo, e único, espaço de lazer desta área da cidade.

Às motivações para esta definição, por cada um desses agentes sociais, corresponde um sentido definido pelos seus papéis sociais e, portanto, de seus interesses; e a eles cabem arcar com as consequências implicadas pela definição de um 'próprio' a todo custo; ou, parafraseando Erasmo Carlos[142], e a citação do Prefeito do Rio de Janeiro, do que se está disposto a abrir mão/conciliar em troca de ter algo "para chamar de seu".

Estabelecendo aí um jogo a partir do qual estas "propriedades" são estabelecidas, forjadas ou simuladas pelos agentes hegemônicos, partindo do princípio de que as distinções da hierarquia social são definidas a partir da dicotomia entre ausência e posse, onde os grupos privados de "um próprio" - ou o lugar de querer e poder - (CERTEAU, 1998, p.79) pertencem às classes sociais mais baixas.

Aquelas falas deixam transparecer a especificidade da construção do Parque Madureira no âmbito da reforma urbana promovida sob a chancela da "Cidade Olímpica", reiterando que esta obra é voltada à população do subúrbio, e não dos cariocas como um todo e nem de turistas. Um exemplo expressivo dessa diferença pode ser observado numa comparação do anúncio da reforma da Praça Mauá, também inaugurada naquele período: "Os cariocas vão ganhar um presente neste fim de semana: é a volta da Praça Mauá." (RJ TV); "Cariocas ganham área nobre na orla da Baía de Guanabara" (O DIA, 04 de março de 2016); "Praça Mauá já virou ponto obrigatório de turistas e cariocas que querem conhecer a cidade." (EXTRA, 04 de outubro de 2015) [*grifos nossos]*.

Discursos específicos que marcam ideologicamente as possibilidades de fluxo pelo território de acordo com o grupo social em que se está inserido.

Além disso, "a constante associação com as práticas 'zonasulistas cariocas', remonta às associações simbólicas e estruturantes das condições de divisões fetichistas do espaço na cidade e de como a cultura, conveniente à integração, também é percebida de forma fetichizada." (SOUZA, 2015, p.139)

O desejo de deslocar as propriedades de outro ethos - no caso, simular uma praia, geograficamente natural da Zona Sul e Oeste da cidade do Rio de Janeiro, na Zona Norte -,

142. Em referência a música "Mesmo que seja eu", de Erasmo Carlos e Roberto Carlos, 1982.

impossível de ser realizada na prática, supõe que à classe dominada compete apenas uma versão empobrecida dos símbolos de distinção, numa forma sutil de alienação resignada no *amor fati*:

> Achava que a praia seria maior, mas está bom assim mesmo. Melhor do que nada. A gente não pode ir mais para a Zona Sul, não é? Tem arrastão, tem trombadinha. Então é melhor ficar aqui - Judith Teixeira, cabeleireira, 56 anos. (O GLOBO, 2015, p. 1)

A ideia de acomodação às possibilidades, nesta fala, não é mera expressão da aceitação passiva do destino, mas revela o mais que óbvio não pronunciado: é parte da condição humana sentir-se inseguro e temeroso ante as situações de violência, independente da classe social ou local de moradia. Ao contrário do que se busca imprimir, a insegurança não é uma exclusividade dos moradores da Zona Sul.

Na reportagem "Rio 450 anos: Mas, afinal, o que é a 'carioquice'?"[143] a violência é inclusive citada como ponto de convergência dos cariocas:

> O geógrafo Jaílson de Souza e Silva, fundador da ONG Observatório de Favelas, ressalta que a "violência foi um ponto que uniu os cariocas". "A questão do tráfico, dos interditos e o sentimento de ser vítima da violência uniram muito os cariocas, embora existam formas diferenciadas de prestar atenção nessa violência." (THOMÉ, 2015, p.1)

Tanto é que a insegurança foi o ponto negativo mais apontado pelos frequentadores do Parque Madureira, conforme a pensionista Dirce, de 56 anos, o Parque Madureira "precisa de mais segurança, o pessoal anda com medo de vir para cá, aquela passarela lá eu venho... é só Deus."[144] Complemento a questão perguntando se ela já havia sofrido ou presenciado algum tipo de violência e ela informa que: " Não, comigo não. Inclusive meu celular vem dentro da bolsa e só tiro aqui dentro. Para vir para cá... eu ouço muita coisa... e tem o 'Informe Rocha Miranda' que eu estou sempre olhando, ali o pessoal reclama muito. Comigo não aconteceu nada ainda, graças a Deus mas essas passarelas aí ó... a tarde e a noite é complicado."

O depoimento de Dirce sintetiza três pontos usuais nas declarações dos usuários do Parque: colocam a sensação de insegurança como principal ponto negativo do parque – em alguns casos, falam de histórias de assaltos e furtos, e outros ainda cobram o aumento do policiamento; territorializam a insegurança no Parque, onde a região de 'Honório Gurgel', na direção da passarela mencionada, é considerada mais insegura e suscetível a roubos por ser

143. Disponível em: http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,rio-450-anos-mas-afinal-o-que-e-a-carioquice,1641925
144. Entrevista 8

menos movimentada que o trecho de Madureira; e ainda narram acontecimentos que 'ouviram falar', embora os entrevistados não tenham sofrido ou visto estes incidentes.

> Alessandro Baratta (1994) já defendia de que forma a sensação de medo do crime está mais associada às imagens do que à realidade material da irrupção do fato criminoso. Com isso, o criminologista italiano apontava para o protagonismo dos aspectos simbólicos na questão das violências. (BARATTA[145], 1994 *apud* MENDONCA, 2011, p. 9).

Embora com menor repercussão, a cobertura dos relatos sobre a violência da cidade não escapa ao Parque Madureira, que, além dos assaltos, é alvo de 'balas perdidas'. Citamos apenas três das manchetes, em anos distintos, em caráter ilustrativo: "Parque Madureira sofre com tiroteios em comunidades próximas e vira alvo até de bala perdida - violência afugenta o público" (EXTRA, 18 de janeiro de 2014); "Homem é atingido por bala perdida no Parque Madureira" (EXTRA, 23 de janeiro de 2015); "Dupla é presa após assalto no interior do Parque Madureira, na Zona Norte" (O GLOBO, 25 de fevereiro de 2016).

Há um depoimento de outra frequentadora que merece destaque, Marcela, de 32 anos, em resposta a pergunta de quais pontos considerava positivos no Parque conta que "ele é bem seguro, digamos assim... não é segurança não, mas, assim é bem vigiado. Os guardas estão sempre aí, então, não tem muito tumulto, confusão, essas coisas. Eu acho que eles poderiam, quando tem evento, que vira e mexe tem evento aqui, poderia ter mais guardas, porque aí que vira bagunça, entendeu? Porque aí que o banheiro fica bagunçado e aí que eles arrumam confusão. Mas no dia a dia, normal assim, que não tem evento nenhum, não tem nada, não é feriado, por exemplo, é bem vigiado, eles vigiam bem."[146]

Esta fala é interessante porque relaciona a questão da segurança com a sensação de controle, na narrativa a própria frequentadora reflete se isso seria 'segurança'. A presença da guarda municipal, coibindo maiores tumultos e correrias, não garantiria por si só o que seria considerado segurança. Cabe notar ainda que a fala avança tratando da presença de grandes públicos como promotor do desconforto, citando ainda a 'bagunça nos banheiros'.

Neste momento, é importante mencionar que a limpeza foi o fator mais apontado como positivo por aqueles frequentadores que entrevistei e estabelecer a sua correlação com a teoria das janelas quebradas[147].

---

145. BARATTA, Alessandro. Filósofo de uma Criminologia Crítica, in RAMOS, Silvia (Org) Midia e Violência. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994
146. Entrevista 9
147. Cf. James Q. Wilson e George Kelling, 1996

A limpeza do Parque Madureira foi um ponto que me chamou atenção desde a primeira vez em que lá estive, não há sujeira no chão; um amigo fumante, embora ao ar livre e mesmo desejando, não acendeu o seu cigarro; os banheiros, sempre limpos, não abrigam pichações em suas portas, tão comuns aos espaços públicos e compartilhados. Tal sensação era percebida, obviamente, também pelos usuários do Parque, dos quais a fala de Daiane é uma boa síntese: "eu acho bacana porque eu acho muito limpo, então quando eu vejo alguém que deixou alguma coisa no chão a própria pessoa se sente envergonhada porque está tão limpo e a pessoa cata, eu acho a limpeza sensacional do Parque."[148]

Essa 'limpeza coibitiva' sempre me lembrava da *teoria das janelas quebradas*, embasada no experimento norte-americano onde foi observado que a violência aumentava em ambientes sujos, negligenciados e sem ordem, de forma que uma janela quebrada em um prédio, por exemplo, poderia produzir o estímulo ao vandalismo e mesmo a sua invasão; daí que uma das estratégias adotadas para o controle social seria a 'tolerância zero' a qualquer indicio de desordem. A associação que eu elaborava de forma conjectural, me soou mais próxima da prática ao ouvir a fala de Marcela e a sua suposta imprecisão da correlação entre vigilância, controle, limpeza e segurança, e suas imbricações.

3.3 Um presente para o subúrbio

É preciso registrar ainda que os discursos oficiais abordam as obras públicas no sentido de um 'presente' dado pelo poder público à população, buscando imprimir o sentido de que estas são benefícios implementados pela visão e desejo individual do gestor municipal, em atendimento a uma demanda popular:

148. Entrevista 6

> Durante muito tempo era comum ouvir moradores da Zona Norte reclamarem que os investimentos públicos não chegavam até eles. A realidade mudou. E os benefícios são mais que visíveis, pois alteraram a rotina da população. A revitalização da Zona Norte criou condições para a redescoberta dos encantos suburbanos, evidenciada pela efervescência cultural da região. Grandes espaços antes abandonados estão se transformando em áreas verdes. Construções tradicionais foram reformadas e abriram as portas para cultura, lazer, entretenimento. (*O GLOBO*, 26 de maio de 2013).

Assim, quando a matéria do jornal Destak: "Parque Madureira ganha a sua 'praia'"[149], aponta que a região foi a com maior número de votos favoráveis à reeleição de Paes em 2013 e o Parque Madureira é escolhido como local desta comemoração[150] o que está subentendido é a adoção de uma relação baseada supostamente na permuta.

Nesse sentido, cabe estabelecer a correlação entre o conceito de dádiva e o clientelismo político. A dádiva descrita por Marcel Mauss[151] tratava das práticas de sociedades arcaicas onde os grupos trocavam presentes entre si, embora de forma voluntária, estas trocas elaboravam uma dependência de reciprocidade, expressa no ciclo de 'dar, receber e retribuir', onde receber não se tratava de atitude meramente passiva e o doador adquiria prestigio, pois à materialidade dada compreendia também uma parte de si:

> Se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem "respeitos" – podemos dizer igualmente, "cortesias". Mas é também porque as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas se dão, é porque se "devem" – elas e seus bens – aos outros (MAUSS, 2003, p. 263).

Por se tratar de uma dialética social e econômica polarizada pelo prestígio e pela honra, o sistema de dádiva e *contradádiva* não poderia ser reduzido ao interesse utilitarista do primeiro doador, conforme Sabourin. Ainda assim,

> no Brasil, o estudo da dádiva foi inicialmente associado ao clientelismo político. Numa sociedade que ainda se encontra em vias de racionalização dos processos políticos, a dádiva surge sob a forma do voto utilizado pelo político como moeda de troca por favores pessoais. (MOTA, 2002, p.114)

De acordo com essa lógica, se o Parque Madureira é um presente do governo municipal à população da Zona Norte, depreende-se que este é fruto de uma relação que se coloca quando presenteamos alguém: a coisa dada leva um pouco do presenteador e constitui uma lembrança permanente do seu afeto, ativada pela memória daquele que a recebeu. Talvez

149. Cf. Parque Madureira ganha a sua 'praia': *Em plena discussão sobre o acesso de jovens de toda a cidade às praias da zona sul, um dos bairros mais populares da zona norte, e onde o prefeito Eduardo Paes obteve mais votos, acaba de ganhar a sua própria 'praia'. grifos nossos* Disponível em: http://www.destakjornal.com.br/noticias/rio/parque-de-madureira-ganha-a-sua-praia-284624/
150. Cf. "Eduardo Paes festeja vitória no Parque Madureira. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/eduardo-paes-festeja-vitoria-no-parque-madureira-6326964
151 Cf. MAUSS, 2017

por isso, o incômodo gerado pela presença do outro - o outro prefeito, a outra administração, e até mesmo o outro partido - observemos o desinteresse de novas gestões governamentais em manter os investimentos inicialmente conferidos a manutenção de obras realizadas por concorrentes, porque ela é a lembrança constante do presente dado por outrem:

> O grande desafio do Rio era integrar mais a cidade, unir mais as pessoas e diminuir as desigualdades. E o Parque Madureira é carregado desse simbolismo. Esse espaço significa o olhar atento e carinhoso da prefeitura para o subúrbio carioca, a alma dessa cidade, disse o prefeito. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 24 de dezembro de 2016)[152]

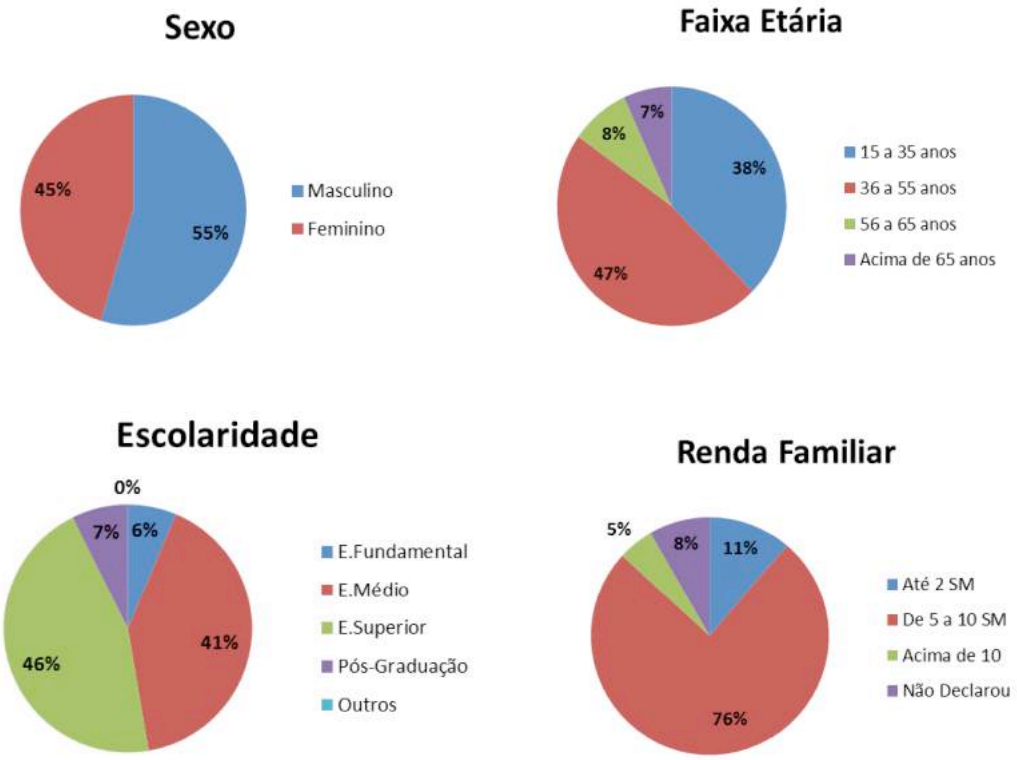
A fala a seguir é um bom exemplo dessa personificação do reconhecimento das melhorias trazidas pelo Parque Madureira e a incerteza quanto à continuidade dos investimentos: "foi uma iniciativa que o Eduardo Paes fez, muito legal. Isso aqui é ... era a menina dos olhos dele, né? Agora, na nova gestão, eu não sei como o atual prefeito está administrando isso aqui", conta Mauricio[153].

Por outro lado, há opiniões que rompem com essa percepção: "eu não sei se estou enganada ou se sou muito exagerada, mas eu entendo que eu pago o Prefeito, eu pago o Governador, eu pago o Presidente da República. Porque esse dinheiro sai do meu bolso, sai do nosso bolso e não é para eles enriquecerem, é para eles fazerem isso aqui [o Parque]. As pessoas falam 'ah graças a Deus o cara olhou para gente'! Mas eles não são deuses do Olimpo [os governantes], não é assim a coisa, o cara trabalha para mim, ele é um servidor público."[154]

152. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=6627449
153. Entrevista 10
154. Entrevista 5

3.4 Os frequentadores do Parque

A pesquisa de perfil de público do Parque Madureira resultante da dissertação "Parque Madureira: requalificação da paisagem urbana", de Soares[155] apresenta os seguintes dados: o público é formado principalmente por adultos (47%) e jovens (38%); a presença masculina (55%) é ligeiramente superior à feminina; a grande maioria dos frequentadores do Parque (76%) tem renda entre 5 e 10 salários mínimos, ou seja integram a Classe C; tendo como escolaridade, principalmente, a formação no ensino superior (46%) ou no ensino médio (41%). O uso do equipamento se dá de 2 a 3 vezes por semana (40%) ou aos finais de semana (36%); quanto ao local de residência, os frequentadores são majoritariamente residentes na grande Madureira (60%) ou na Zona Norte (17%), conforme mostram os gráficos:



[155]. SOARES, Danielle Martins Trotta. Parque Madureira: requalificação da paisagem urbana. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Tese) Mestrado Engenharia Urbana Rio de Janeiro, 2015

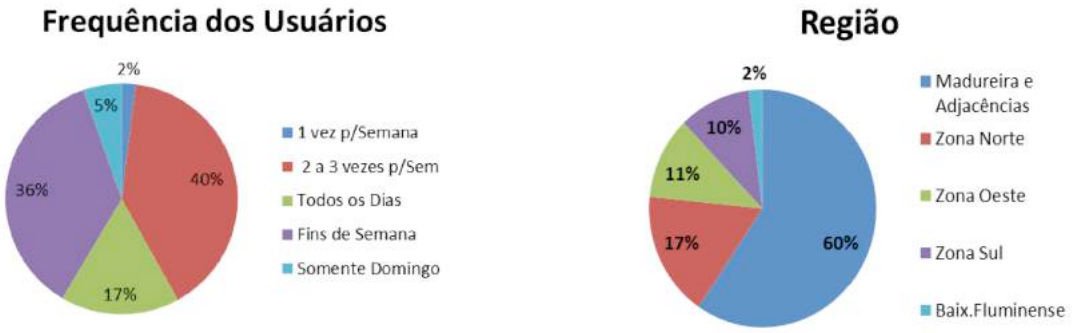


Figura 32 – Perfil dos frequentadores do Parque Madureira[156]

"- Vai ser ótimo isso. Já reparou que quem mais frequenta o parque são as pessoas que moram nos bairros vizinhos?"– foi o comentário de Alla Augusto, morador de Rocha Miranda, em reportagem sobre a expansão do Parque, que com isso aproximava-se da sua residência.[157]

A fala de Alla assinala um ponto de vista que reforça a ideia do público alvo do parque, como vimos que é usualmente diluído nas falas do poder público, da imprensa e também dos seus frequentadores.

Durante as entrevistas realizadas no campo, em diferentes ambientes do parque, com exceção da pista de skate, foram recorrentes as falas que diziam que o Parque era frequentado por 'gente de todo lugar'; no entanto quando eu perguntava de quais lugares se tratavam, as respostas eram os bairros da Zona Norte, Zona Oeste e Baixada Fluminense, onde a Zona Sul não era considerado como um dos lugares incluídos neste 'todo'.

Neste caso, entendemos com Orlandi que "os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos". (ORLANDI, 2009, p.30)

Assim, quando aquela 'totalidade' é questionada diretamente com sentenças como "você acha que o pessoal da Zona Sul vem aqui?", as respostas são taxativas: "Eu acho que não vem não. Eu acredito que Zona Sul não vem não. Porque assim, eu trabalho com pessoas da Zona Sul que sequer conhecem, não sabem nem chegar aqui. Acho que não conhecem nem Madureira! Não vem não"[158], conforme Marcela, 32 anos, que observava o filho de cinco

156. SOARES, 2015, P. 86
157. WREDE, 2013.
158. Entrevista 9

anos, enquanto este se refrescava nas cascatas artificiais.

A matéria "De comerciantes a 'turistas' de outros pontos do Rio, quem são os frequentadores que já fizeram do Parque Madureira um 'point'"[159], apresenta alguns 'tipos' do parque: a mãe que passeia com seus dois filhos; o trabalhador que mora no bairro de Madureira desloca-se e ao retornar joga pingue pongue; o aposentado que vai apresentar o Parque a irmã que nascera em Madureira, mas atualmente reside em Niterói; os ambulantes do Parque; aqueles que não conseguiram cadastro para atuar no seu interior e atuam nos arredores; os que praticam ginástica; o monitor da pista de skate; os patinadores de São João de Meriti; os skatistas que moravam no Méier e no Recreio e que agora residem respectivamente na Praça Seca e Irajá. A despeito do que o nome provoca, e pela ausência dos locais de residência de todos os entrevistados, não fica evidente a quem o repórter considera como "turista"- assim mesmo, entre aspas.

Em dezembro de 2014, o portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, publicou uma reportagem com o então administrador do parque, Claudio Casseti, com o titulo "Um parque que não é só de Madureira"[160].

O relato é iniciado com o quantitativo de público do espaço, valorizando-o como espaço de lazer: "Cerca de 50 mil pessoas aproveitam hoje, nos fins de semana, o Parque Madureira como uma das opções mais animadas do Rio", e segue qualificando o dado quantitativo:

> Segundo Claudio Barbosa Cassetti, gerente-gestor do Parque Madureira Rio+20, além dos frequentadores da zona sul, zona norte e toda zona oeste, tem visitantes que vêm de outros municípios, como Nova Iguaçu, Maricá e Paulo de Frontin. 'A galera de Copacabana, Ipanema, Botafogo e Flamengo também adora os equipamentos esportivos. Ela vem de carro, ônibus, van... o importante é se divertir aqui. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 05 de maio de 2014)

Tal narrativa nos remete a questão do discurso como antecipação da crítica, ou como uma blindagem, já que a própria chamada contrapõe outras manchetes anunciadas também pelo governo municipal.

No entanto, precisamos tratar do espaço da exceção, onde o 'todo lugar' adquire maior diversidade: a pista de skate.

159. SPREJER, 2012.
160. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldoservidor/exibeconteudo?id=4709721

Este equipamento, que é comemorado pela sua qualidade - "Ele é o melhor bowl[161] da América Latina, olha que orgulho para gente que usa aqui!"[162], diz Fernanda, estudante, 19 anos, moradora de São João de Meriti. – promove fluxos próprios para o Parque: "O Parque recebe muitas visitas no geral, né? Tem um número interessante de pessoas de outros países. Toda semana aparecem estrangeiros aqui de diversas nacionalidades e a pista de skate, por ser uma das melhores e maiores do Brasil, e uma das melhores da América Latina, é muito visitada. E assim, é um público bem variado, de diversos bairros... Mas, público fiel mesmo é das redondezas aqui de Madureira, de Marechal Hermes... eles praticam bastante esporte aqui, andam bastante de skate e geralmente é o público que mais está presente. Final de semana nós temos pessoas de diversos lugares, já recebi pessoal de Minas Gerais, São Paulo, de Curitiba, da Alemanha, Espanha,França..."[163] – conta Rafael, 33 anos, monitor da pista de skate.

Pergunto a Rafael ainda se ele entende que este público 'de fora' vai lá por conta do skate ou pelo Parque como um todo, e ele informa que "a maioria vem para pista de skate. Acredito que a 'menina dos olhos' do Parque seja a pista de skate. E aí a pessoa vem pensando no skate, em andar de skate, e aí ela acaba se deparando com uma diversidade, que a gente aqui tem feira cultural, roda de samba, tem os quiosques... Então ela acaba também vendo que o Parque, ele tem sempre algo a mais."

O relato dos skatistas confirma tal diversidade específica da pista, mencionamos aqui a fala de Gustavo, como exemplo: "Ah, tem amigo meu que vem da Barra, tem gente que vem da Lagoa, tem gente que vem de Botafogo, tem gente que vem do Flamengo, tem gente que vem de Campo Grande, tem gente de Caxias. Assim que eu conheço, que eu posso falar: fulano mora em tal lugar, beltrano mora em tal lugar; porque eu conheço a maioria da galera aqui, então eu sei... da Penha, de Bonsucesso de Jacarepaguá..."[164]

É curioso observar que, ao contrário dos outros ambientes, as respostas dos usuários da pista de skate sobre o local de residência do público já traziam imediatamente a diversidade de origens – eu não precisava complementar a pergunta com a frase 'mas de que lugar?'- e geralmente, os locais mais distantes e com maiores IDH eram os primeiros a serem mencionados, ou seja, a Zona Sul e a Barra; a impressão é que estes bairros funcionavam como legitimadores de uma 'real' pluralidade.

161. Tipo de pista de skate em formato de piscina, que lembra uma bacia.
162. Entrevista 11
163. Entrevista 12
164. Entrevista 13

De forma que a qualidade e a especificidade da pista de skate talvez sejam os motivos que levem esse equipamento a movimentar um fluxo próprio de público de diferentes locais de origem, uma vez que a experiência que ele proporciona só poderia ser encontrada ali. A pista de skate difere-se dos outros espaços do Parque, neste sentido, por inaugurar um ambiente com sentido de original.

3.5 Os frequentadores no Parque Madureira

O Parque Madureira oferece diferentes atividades: espaço para caminhadas, ciclismo e patinação; shows; quadras poliesportivas; bares; academia da terceira idade; parquinho; jardins; teatro; pista de skate; cascata artificial; bocha; pingue pongue, dentre outras.

Mas a diversidade de ambientes não significa propriamente a pluralidade de experiências pelo visitante; nas entrevistas com os frequentadores do Parque observamos que estes descrevem recorrentemente apenas uma atividade principal e, em alguns casos, uma atividade secundária, ou seja, apesar da variedade dos equipamentos, estes são apropriados de forma segmentada pelo público.

A promotora de vendas Marli, que tem 58 anos mostra bem essa predisposição a concentrar-se em uma atividade, vejamos sua resposta sobre as atividades que realiza no Parque: "Faço caminhada, não vou até Madureira, não; faço a área de Honório Gurgel até aqui mais ou menos [Rocha Miranda]. Antes da expansão eu não frequentava, não vinha, nem em eventos, só venho porque chegou até lá [Honório Gurgel]." [165]

A segmentação dos usos de acordo com o perfil é observada pelos próprios usuários do Parque, conforme depoimento de Marcela: "Aqui [a 'praia'] é o espaço que eu mais uso,

165. Entrevista 14

que eu mais frequento; depois daqui o parquinho. Venho sempre com meu filho que tem cinco anos, então, para mim, o pedaço de Rocha Miranda é o melhor. Aqui a gente vem porque é mais uma área para criança mesmo, então a gente fica mais aqui, sempre venho com ele. Meus amigos, na verdade, todos já têm filho então é um programa bem família mesmo. Mas, por exemplo, o meu irmão fica mais no pedaço de Madureira porque não tem filhos, e aí tem o charme, tem o pagode então ele frequenta mais para lá."[166]

De modo que a criação de uma gama de possibilidades, para diferentes perfis, por si só não promove a interação entre os diferentes grupos.

Este não é, contudo, um fenômeno específico do Parque Madureira, conforme Serpa[167] é preciso considerar a acessibilidade duplamente a partir dos aspectos materiais e imateriais, uma vez que apenas o acesso físico em si ao espaço não garantiria a sua apropriação simbólica, já que alguns usos requerem um repertório prévio, citando Certeau (1994), que seria o domínio do léxico específico de algumas manifestações.

Enquanto a exclusividade destes repertórios é promotora da distinção baseada no capital cultural, pensando com Bourdieu (2013), a apropriação dos espaços públicos são territorializados por classes e frações de classes.

Ângelo Serpa desenvolve sua análise a partir da diferenciação dos usos do Parque La Villete, em Paris, construído num bairro com perfil operário sob a premissa do estimulo à pluralidade, mas na prática os moradores das classes populares fruem apenas de algumas partes do Parque, em geral aquelas abertas, enquanto os museus e teatros são praticamente ignorados – tanto no sentido de desconhecimento, quanto no de desconsideração do uso – sendo prioritariamente frequentados pelas classes burguesas. Serpa compara esta territorialização ao uso da praia da Barra, em Salvador, pelos seus moradores cotidianamente, das classes médias/altas, e o aumento significativo durante os finais de semana das classes populares que costumam ocupar espaços bem marcados na areia da praia.

Para estabelecer um paralelo com este estudo e os hábitos dos visitantes no Parque Madureira entendemos, no entanto, que a análise não pode ser fundamentada apenas na questão dos grupos como integrantes de classes sociais distintas. Embora tenhamos constatado que, como em Salvador, o público nos dias de semana é menor e composto em sua

166. Entrevista 9
167. Cf. SERPA, 2013

maioria por moradores da região, não identificamos uma discrepância acentuada entre a sua faixa de renda, nem de ocupação profissional, em comparação ao público residente em outras regiões, principalmente da própria Zona Norte, Zona Oeste e Baixada Fluminense – aos quais entrevistamos.

De forma que o público regular (vicinal) e o eventual diferenciam-se pela possibilidade de fruição calcada na proximidade do equipamento:

> É pela relação entre o uso diário e a duração reduzida que se pode observar que são espaços os quais devem estar próximos da habitação, de nível local. Para atividades de longa duração, o tempo de acesso passa a ter pequena interferência, permitindo localizações regionais. Há toda uma gama de diversificação de distribuição espacial que fica inserida entre os dois extremos e é função da freqüência dos usuários e da localização e facilidades de acesso. (MAGNOLI, 2006, p.203)

Com exceção do período de férias escolares, podemos notar que nos dias de semana há um despojamento maior com relação à vestimenta dos usuários, que carregam pouco ou nenhum volume, sobretudo no período da manhã e da tarde, além daqueles estudantes uniformizados com suas mochilas e cadernos que vão ao Parque após a aula, ou para 'matá-la'. Nestes dias, apenas as áreas dos quiosques, que costumam ter também programação musical, recebem pessoas mais 'arrumadas' no final da tarde, geralmente aqueles que seguem diretamente do trabalho para o 'happy hour' ali.

Já nos finais de semana, com o aumento do fluxo daqueles cuja residência é mais distante, proliferam as bolsas térmicas e os isopores com o lanche, pois muitos vão passar o dia; e o chinelo dá lugar ao tênis e as sandálias daqueles que vão andar nas bicicletas ou no pula-pula, para os quais o Parque é um local de 'passeio' eventual.

Há, evidentemente, segmentações de grupos em sua relação à apropriação dos subespaços do Parque, mas entendemos que estas diferenças sejam estabelecidas prioritariamente nas questões de gênero, idade e afinidade. Nesse sentido, cabe abordar o conceito de 'ponto', trazido por Ferreira dos Santos e Vogel:

> Assenhorar-se de um local através de uma atividade, implica, de certa forma, em particularizá-lo não só pela 'especialização' que lhe passa a ser atribuída em termos de uso, mas também pela consequente vinculação a pessoas, grupos, turmas e 'patotas'. O ponto pode estar ligado ao trabalho ou ao lazer e é caracterizado pelo exercício regular de uma atividade. Tal atividade terá de ser necessariamente de domínio público, sem o que seria incapaz de criar o ponto. (FERREIRA DOS SANTOS e VOGEL, 1985, p. 70)

E a ideia de 'pedaço', de Magnani: "local freqüentado por pessoas que se reconhecem enquanto membros de uma rede social com base territorial", (MAGNANI, 2003, p.3)

Em ambos os casos, o espaço público diluiu o seu papel de congregar as diferenças, pois sua ocupação é fragmentada; a relação com o 'outro' que num olhar panorâmico e distanciado pareceria de troca, no 'zoom' se revela como de evitação por que constituída em micro-territórios com barreiras sutilmente erigidas.

> nos novos e renovados espaços públicos urbanos ao redor do mundo, as práticas espaciais inscrevem-se em um processo de 'territorialização do espaço'. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes invisíveis. É desse modo que o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. (SERPA, 2013 p. 176)

Observamos mais de perto os usuários do Skatepark do Parque Madureira e as relações estabelecidas neste ambiente. De acordo com a figura 33, o espaço reúne quatro tipos de pistas, na parte inferior da imagem há um *bowl* (e ainda um banks, não capturado pela imagem, que é uma versão reduzida do bowl); à direita o *downhill* (espécie de 'ladeira' íngreme para descidas em velocidade) e, ao centro, a *street plaza,* que simula obstáculos de 'rua' como corrimão, mureta, escada, banco, etc.)

Figura 33[168] - Skatepark do Parque Madureira

[168].Autor não identificado. Disponível em: http://www.riorampdesign.com/wp-content/uploads/2014/11/02-640x480.jpg

Estas divisões espaciais são também divisões de estilos que requerem habilidades e equipamentos específicos, e também uma forma de diferenciação dos grupos onde a faixa etária sobrepõe-se à técnica.

O meu primeiro contato com o grupo se deu numa quarta-feira à tarde, na ocasião a área do *street plaza* concentrava a maior parte dos usuários, cerca de vinte jovens aparentando idade entre catorze e vinte anos; a pista de *downill* não era ocupada e no *bowl* havia apenas três pessoas.

No entanto, ao retornar ao local no domingo pela manhã a situação se invertera: a pista *bowl* estava mais ocupada, com cerca de vinte e cinco skatistas, só que desta vez adultos em sua maioria a partir de 40 anos, alguns acompanhados de seus filhos, no *downhill* um grupo de aproximadamente sete skatistas, a partir dos 30 anos.

"A nossa galera, a galera 'old school' vem andar aqui de manhã, a gente tem um certo respeito um pelo outro; a galera procura ficar de bem... A maioria aqui eram pessoas que andavam antigamente e que voltaram a andar por causa do Parque, porque um contava pro outro 'poxa o Parque é legal, tem umas pistas maneiras, tem downhill' e poxa a galera gosta... e com isso a galera sempre vem para cá. Alguns começaram agora também, já depois de uma certa idade, mas a maioria se reencontrou. Essa é a verdade, se reencontrou aqui."[169] , conta Gustavo, com 44 anos.

Assim, o skatepark é fragmentado não apenas pela habilidade técnica das diferentes vertentes do skate, mas pela idade dos seus frequentadores, que se dividem entre 'old' e 'new school', correspondendo respectivamente à prática do bowl/downill e do street. Os integrantes da 'old school' são mais velhos e frequentam o espaço principalmente nos finais de semana, enquanto a 'new school' é formada principalmente por jovens que ocupam o espaço durante a semana - nos fins de semana, a pista de street é frequentada também por iniciantes, praticantes eventuais, crianças com seus pais, o que coíbe a realização de manobras mais arriscadas.

O grupo da 'old school' é formado por skatistas que frequentavam diferentes pistas da cidade, já se conheciam e elegeram a pista do Parque de Madureira como ponto de reunião, há casos inclusive de skatistas adultos que retomaram a prática por conta do Parque; enquanto o grupo da 'new school' é formado por jovens que se identificam como um grupo formado no Parque Madureira'.

169. Entrevista 13

"Eles [*old school*] tem uma abertura um pouco mais difícil... eles têm o grupo deles mais fechado, tem o padrão deles, o pensamento deles, mas eles fazem uma interação muito legal com os jovens... Eles dão esse acesso, é bem pouco, porque eles procuram avaliar se realmente aquele jovem está querendo andar de skate ou não. Quando eles vêem que é coisa legal, que o jovem está realmente querendo, está se esforçando, eles fazem até algo legal que é estar ajudando, dando suporte, às vezes ajuda com alguma peça de skate, ou com tênis, com alguma necessidade do jovem. Mas acontece essa interação, mas é bem mais difícil... já aqui nos novos eles são bem mais acessíveis, são de conversar mais, entendeu? É mais fácil de você se enturmar."[170], relata Rafael, monitor do Parque, de 33 anos.

O acesso aos grupos é diferenciado, embora não haja uma ideia de escala hierárquica. Os jovens do *street* não enxergam, por exemplo, a prática do *bowl* no sentido de progressão. Há alguns fatores que, acredito, contribuam para isso; primeiro porque as pistas em formato *bowl* são mais antigas, o *street plaza* do Parque é o primeiro do Estado do Rio de Janeiro, portanto antes da sua inauguração essa vertente utilizava os obstáculos naturais das ruas; além disso, as manobras nas escadas e corrimões do *street* são mais perigosas e exigem mais condicionamento físico, enquanto no *bowl* as manobras se dão em curvas, possibilitando o uso de uma técnica para cair padronizada, com menos possibilidades de acidentes.

Se essa fragmentação do território já divide skatistas de acordo com a modalidade, inibe ainda mais a integração com outras práticas como o parkour, patins e BMX – atividades cujas necessidades poderiam ser atendidas pela estrutura disponível no skatepark. Embora esta segmentação não seja oficial, a orientação é que estes praticantes tenham 'cuidado com os skatistas' e dêem preferência aos momentos em que a pista esteja mais vazia - requisitos que por si só são inibidores. Em decorrência disso, encontramos duas petições online solicitando ao poder público a criação de equipamentos específicos para a prática da patinação[171] e do BMX[172].

Importante destacar que a apropriação do street park primordialmente pelos skatistas também provoca senso de responsabilidade pelo espaço: "Com relação à manutenção da pista aqui, na gestão anterior [2012-2016] tinha uma pessoa que era um colega nosso que estava 'trabalhando' [aspas do entrevistado] para o Parque, ele vinha aqui acho que de duas a três

170. Entrevista 12
171. Disponível em: https://secure.avaaz.org/po/petition/Area_destinada_a_patinadores_Parque_Madureira/?pv=1
172. Disponível em: http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2013N45110

vezes na semana para fazer todo o remendo possível de borda e tudo mais. A administração dava esse material e uma ajuda de custo para ele. E, antes disso, nós mesmos [old school] fazíamos uma vaquinha entre nós aqui e comprávamos esse material para fazer essa manutenção. Na nova gestão, demitiram essa pessoa e também não deixaram que nós fizéssemos essa manutenção por conta própria, mesmo a gente tirando o material do nosso próprio bolso, porque a gente quer que isso aqui fique conservado, porque aqui é o nosso 'parquinho', entendeu?"[173], relata Mauricio.

Essa responsabilidade com a manutenção da pista de skate só é possível pelo entendimento do espaço como algo 'próprio', no sentido de que o espaço é um pouco seu e por isso cabe a eles também o seu cuidado. Por isso esse caso é ilustrativo da estratégia do 'próprio fictício', pois embora os skatistas se apropriem fisicamente da pista e ergam barreiras simbólicas entre si, e para os praticantes de outras modalidades, ainda que a pista seja um espaço diferenciado no Parque gerando visibilidade, e com isso orgulho para seus usuários, no fim do dia a decisão sobre sua materialidade caberá ao seu 'verdadeiro dono', que provavelmente não é um usuário assíduo, qual seja o governo e seus representantes diretos.

Por fim, cabe abordar ainda a inauguração da pista de 'half pipe', em formato de 'U', na expansão do Parque em Honório Gurgel. O equipamento que requer maior conhecimento técnico por ser mais arriscado é um exemplo que extrapola a fragmentação territorial da apropriação do espaço, pois condiciona a prévia inclusão no grupo para o seu uso.

Quando aberta em setembro de 2016, a pista de half pipe ficou sobre responsabilidade de uma associação de skatistas que controlava o uso desta pista, abrindo-a eventualmente para o uso do público:

"Logo na inauguração do *half* foi feito uma associação, e aí esse pessoal da associação estavam detentores da chave: aquele ali era um dos detentores da chave, o outro ali era um dos detentores da chave [apontando para dois skatistas]... e de repente a administração do Parque com essa mudança [troca de gestor do Parque em 2017] foi e trocou o cadeado e a gente não sabe... Eu não sei quem abre hoje em dia, como é que são feitos os horários... O ideal era que tivesse sempre aberto, mas como aquilo lá tem um nível difícil e é perigoso, e qualquer criança de repente pode estar subindo lá e brincando de escorrega, fazendo aquilo de tobogã e vindo a se machucar... tem que ter essa chave... e teria que ter esse monitor para estar

173. Entrevista 10

acompanhando o uso da pista, né?"[174], informa Mauricio, 53 anos.

"Eu já sou a favor de que aquilo lá ficasse aberto direto igual fica a daqui [a pista do skatepark]. Porque aqui não tem corrente fechando, lá não, fica fechado... Aí você não sabe quando está aberto, se não está fechado. O certo seria ficar aberto e ter alguém tomando conta, esse seria o ideal. Eu não vou lá porque eu não sei se está aberto, para não chegar lá e bater com a corrente fechada, eu nem vou! Ouvi história de gente vir de longe, chegar para andar lá e estar fechado. Aqui não, a hora que chegar está aberto, tem que ser igual aqui, aberto sempre, e não quando alguém quiser ir abrir! E não se sabe nem quem fica lá."[175] contrapõe, de Lucas, 37 anos.

Acompanhei a ida de um skatista do skatepark, em Madureira, à pista de half pipe, em Honório Gurgel; ele entrou em contato previamente com algumas pessoas por um grupo de *whatsapp* para verificar se a pista estaria aberta, tendo isso confirmado seguiu para lá.

Sob a justificativa da segurança, apenas alguns skatistas possuem uma chave que abre o cadeado ligado às correntes que impedem o acesso à pista de half pipe ao público em geral, só liberado na presença destes poucos detentores. No entanto, as pessoas em posse da chave são também skatistas, não monitores, e, portanto não poderiam controlar o acesso de novos usuários, sobretudo por não terem meios de aferir o grau de especialização dos novos usuários.

Estes relatos reafirmam a ideia de que no Parque "todo mundo parece estar ali com todo mundo, porém, de fato, está todo mundo ali, mas com seus limites e barreiras muito bem demarcados, uns em relação aos outros." (SERPA, 2013, p.179)

174. Entrevista 10
175. Entrevista 15

3.6 A reapropriação como tática

Se os discursos que relacionam os ambientes do Parque Madureira às paisagens encontradas na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro pretendem definir os sentidos do espaço na forma de compensação pelo afastamento do seu original, é no seu uso criativo que escapa a intenção para o qual foi concebido por outrem, que os frequentadores criam brechas para a constituição de um local de fato distinto, só passível de ser elaborado pelo seu agenciamento.

A apropriação do espaço para fins próprios que deslizam à regularidade são táticas que deslocam, ainda que temporariamente ou superficialmente, o sentido de 'próprio', pois subvertem a destinação estruturada pela classe dominante, criando uma dimensão de exercício da sua vontade, que foge a possibilidade de seu total controle.

Cinco passos separam o visitante na entrada principal do Parque Madureira do painel com as regras de uso do espaço, normas que são relembradas a cada trecho ao longo do equipamento, são elas:

> "Regras para o bom uso do Parque
> -Horário de funcionamento de 3a a dom, de 5:00 às 22:00. Inclusive feriados;
> -Proibido a entrada de animais domésticos;
> -Proibido soltar pipa;
> -Proibido uso de churrasqueira;
> -Proibido andar de: bicicleta, skate, patins e patinete; e a prática de esportes com bola fora dos equipamentos próprios para a atividade;
> -Proibido entrada e permanência nas dependências do parque com: armas, objetos cortantes e perfurantes, embalagens e recipientes de vidro;
> -Proibido o consumo e venda de bebidas alcoólicas aos menores de idade;
> -Proibido fazer uso de: buzinas, alto falantes e outros aparelhos de ampliação sonora (art 22 X)."

Para além das informações organizacionais, como o horário de funcionamento, e as legais, como porte de armas e venda de bebidas alcoólicas para menores de idade, vemos que o 'bom uso' do Parque busca impor um padrão de civilidade na convivência dos públicos. Para Serpa, isso se justificaria porque:

> Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das classes médias, destino final das políticas públicas, que procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. (SERPA, 2013, p. 171)

Enquadrar-se às normas do Parque tolhe um dos seus sentidos principais, que seria certa liberdade proporcionada pelos espaços abertos, distanciando-se inclusive daqueles padronizados como seu modelo (Aterro do Flamengo e Quinta da Boa Vista). Não se pode, no

parque de Madureira, soltar pipas, subir em árvores, jogar bola nos jardins, portar aparelhos de som, andar de patins fora dos locais pré-estabelecidos, passear com animais domésticos – impedimento que em nada se assemelha à orla original.

As regras de uso estabelecidas unilateralmente pelo governo municipal, publicadas em diário oficial[176], mostram que no parque 'dos suburbanos' o controle é do Estado, sendo, portanto um equipamento estatal e não público.

As táticas deslizantes, descritas por Certeau (1998), apresentam-se neste caso de diferentes formas, mais sutis ou mais arrojadas; uma vez que estas não tem como finalidade o estabelecimento de um outro 'próprio', mas sim, diante dessa impossibilidade, buscam compensar minimamente as distorções das desigualdades que lhe são estruturantes, propiciando uma participação mais dignificante das classes oprimidas na sociedade.

Elas podem se dar na forma de alguns ajustamentos do sentido do espaço. Nas entrevistas com os frequentadores o termo 'praia' dificilmente era utilizado por eles para referir-se ao balneário artificial instalado em Rocha Miranda, e o equipamento era utilizado majoritariamente pelas crianças que corriam ao redor das quedas d'água; a pequena faixa de areia era ocupada por cadeiras onde os adultos observavam seus filhos, o traje padrão não era a sunga, nem o biquíni, embora algumas mulheres utilizassem apenas a parte do top, acompanhadas de shorts enquanto os homens vestiam bermudas, com ou sem camisa, na sua maioria; quase não encontramos pessoas deitadas em cangas para banho de sol visando o bronzeamento. O que nos leva a entender que o espaço é percebido como lugar para se 'refrescar'; de forma a suprimir o sentido imposto pelos discursos hegemônicos e ajustá-lo à materialidade.

Já no 'baixo bebê' de Madureira, parquinho destinado ao público infantil, ao contrário do seu 'sósia' da Zona Sul, o fluxo durante a semana é baixíssimo, e não se vêem mulheres trajando uniformes na cor branca dos pés a cabeça; talvez por isso mesmo, sejam aos finais de semana que os próprios pais, no seu tempo livre, acompanhem seus filhos no espaço que fica completamente abarrotado.

Rompem com a lógica que lhes é imputada também aqueles que, residindo na vizinhança, decidem voluntariamente por não frequentá-lo: "Não entrei até hoje. Foi uma

176. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro ano XXVI, no 85, de 20 de julho de 2012.

promessa que fiz, não entrei não"[177] - Sr. Nogueira, residente da área remanescente da Vila das Torres, em resposta a pergunta se ele frequentava o Parque Madureira.

Ou com a elaboração de um uso inesperado para um espaço dedicado ao lazer:

> Quando eu criei o evento aconteceram alguns debates a respeito do local do ato. Muita gente torceu o nariz pra Madureira, disseram que seria um ato inexpressivo, que a causa pedia coisas maiores, com mais visibilidade. Acreditavam que isso só seria possível no Centro ou na Zona Sul, pois estes são os lugares que a cidade está sempre de olho. E eu queria exatamente o oposto! Eu queria a cidade olhando para onde morre mais gente. E Madureira foi prioridade por causa disso. Fizemos um ato do povo, para o povo, e isso sempre vai causar certa estranheza. As pessoas não estão acostumadas. E, no final, tivemos um ato bem expressivo. (RODRIGUES,Priscila, 2016, p.1)

O depoimento acima é de Bruno Ricco, idealizador do "Ato Contra o Genocídio da População Negra", realizado em dezembro de 2015, cujo trajeto teve início no Viaduto de Madureira, percorrendo as ruas do bairro e culminando no Parque. Não foi a única manifestação ocorrida neste espaço, mas considero a mais representativa por evocar diferentes camadas de sentido.

No dia 28 de novembro de 2015, os jovens Cleiton, Roberto, Carlos, Wesley e Wilton retornavam do Parque Madureira à Costa Barros após comemorar o primeiro salário como jovem aprendiz de Roberto, quando foram fuzilados, sem nenhum motivo, por cento e onze tiros disparados por policiais militares.

Realizado no mês seguinte à chacina no mesmo local donde partiram os jovens do seu último 'lazer', este ato é importante para pensarmos que a descentralização dos protestos chega à Zona Norte por conta de lá residirem a maioria dos jovens afetados pela violência letal do Estado, tendo um sentido duplo de alerta para estes jovens, que não estão tão presentes na Zona Sul, e de questionamento do poder público.

Por outro lado, o fato desses jovens 'não estarem tão presentes na Zona Sul', mas sim frequentando um espaço 'destinado a eles' conforme anunciado nos discursos, torna-o mais complexo e significante por simbolizar a impossibilidade do lazer pacífico previsto naquele espaço, para aqueles jovens do subúrbio.

De modo que a violência policial que os vitimou é uma violência contra o próprio corpo suburbano, marca da inseguridade indelével aos corpos de jovens negros; que não

177. Entrevista 1

encontram tranquilidade nem no ‘seu próprio lugar’.

Reconfigurar o Parque Madureira como um espaço de protesto é, portanto, mais que uma subversão do seu uso, mas uma consequência da impossibilidade de alguns corpos fruírem a cidade, ainda que em microrregiões, o que torna para estes todo e cada espaço um espaço de luta.

3.7 O fluxo e o fixo do corpo suburbano

Outra questão inerente às narrativas sobre o Parque Madureira é a dualidade entre fixidez e fluxo; uma vez que o novo equipamento redimensiona a necessidade de circulação pela cidade, é preciso antes investigar os termos sob os quais essa *necessidade* é estabelecida, pois esta comumente aparece associada à noção de ‘opção’, porém nem sempre é estabelecida apenas nestes termos.

Quando o representante da Velha Guarda da Portela mostra-se animado, pois “ninguém mais precisa se deslocar para Copacabana, agora temos a nossa festa”, constatamos não apenas a opção de fruir uma experiência que se apresenta como similar a outra que anteriormente só era possível em locais mais distantes, a fim de evitar os transtornos que o deslocamento provoca, mas uma preferência pela fixação.

A apresentação do Parque Madureira pela impressa coloca esta ‘possibilidade’ como uma vantagem positiva, conforme observamos nas reportagens a seguir. Na matéria “No calor de Rocha Miranda, de olho na ‘praia’ do futuro’” (O DIA, 16 de janeiro de 2015), a narrativa começa apontando-o como um contraponto à necessidade de deslocamento para acessar a ‘praia’, em seguida destaca os depoimentos dos moradores reforçando a facilidade aliada a evitação amparada no preconceito:

> A faixa de mar mais próxima do bairro de Rocha Miranda fica a uma distância de 15km a leste: a Praia de Ramos. Desde que foi anunciada a expansão do Parque Madureira, no entanto, os moradores da região sonham com o dia em que terão praia no próprio bairro, no coração da Zona Norte. Está em andamento a construção de uma área de lazer aquática, que, por contar também com uma faixa de areia, já foi batizada de Praia de Rocha Miranda mesmo antes de ficar pronta.
>
> [...]
>
> 'Vamos poder aproveitar o tempo que gastamos no ônibus, geralmente cheio. Vai ser mais fácil e prático aproveitar o sol aqui', contou Ana Caroline. Letícia fez questão de lembrar a polêmica criada pela jornalista Hildegard Angel, que no início da semana sugeriu a diminuição de linhas de ônibus que ligam a Zona Norte à Sul, com o objetivo de esvaziar as praias. 'Com uma área de lazer aqui não vamos precisar ir lá toda hora. As pessoas preconceituosas acabam perdendo, ficarão sem nossa alegria'. (MOURA, 2015, p.1)

A comodidade da proximidade é destacada ainda em "Vai dar praia em Madureira: novidade no parque será inaugurada no Dia da Criança": "No próximo verão, o professor Leonardo Paulo de Lima, de 25 anos, não vai precisar enfrentar uma hora e meia de viagem, num BRT lotado, para chegar à praia. Afinal, terá uma do lado de casa." (EXTRA, 06 de novembro de 2015)

E ainda: "A cidade inteira fez festa, e Madureira sorriu": "A nova atração do bairro atraiu moradores, que, no lugar de pegarem os ônibus lotados e enfrentarem trânsito pesado para ir ver os fogos na Zona Sul, decidiram prestigiar o primeiro réveillon do Parque Madureira, bem pertinho de casa. (O GLOBO, 01 de janeiro de 2013)

Enquanto "Parque Madureira é opção de lazer na Zona Norte nos dias de sol", menciona o Aterro do Flamengo apenas para apontar as similaridades com o Parque Madureira e termina com a sugestão da frequência da 'área verde' ao invés da praia:

> Por falar em parque, um dos mais simpáticos da Zona Norte carioca é o de Madureira, inaugurado em junho do ano passado. Em pouco tempo, o retrato que se vê em seus mais de 93 mil metros quadrados tem uma forte semelhança com o do Aterro do Flamengo: avistam-se piqueniques; blocos e escolas de samba armam suas batucadas dominicais; ciclistas e skatistas passeiam para cima e para baixo; crianças brincam livres nos playgrounds; vizinhos instalam suas cadeiras de praia para assistir a um show...
> [...]
>
> Da Zona Norte à Zona Sul, a boa do verão é dar uma folga para as areias e se esbaldar em meio ao verde e à natureza. (O GLOBO, 18 de janeiro de 2013)

Marcus Faustini demonstra em seu Guia Afetivo da Periferia que, apesar de circular por toda a cidade, é na espera demorada do transporte para casa, fator condicionante para a experimentação da noite na Zona Sul, que sua identidade é produzida como sujeito territorializado na periferia:

> Todo o meu aprendizado está nesse percurso. Tudo o que está localizado entre Santa Cruz e Ipanema. Sentado no meio-fio, esperando a van de madrugada, vendo o mar bravio como o que engoliu Escobar, eis a Ipanema que se repetiu durante anos para mim. Desenvolvi uma relação com a madrugada de Ipanema e invejava a Ipanema solar, do cinema e da literatura. Nunca tive coragem de frequentar Ipanema durante o dia, mas me sentia em casa sentado no meio-fio esperando a van para Santa Cruz. (FAUSTINI, 2009, p. 39)

Neste momento, cabe trazer a questão, dos limites entre territorialização e territorialidade, pensando com João Pacheco Oliveira (1999), onde a primeira é "um processo social deflagrado pela instância política", cabe indagar até que ponto ela implica também nas possibilidades da participação na 'territorialidade'- enquanto uma "qualidade inerente a cada cultura" de forma ampliada - ao negar a plena identificação dos cidadãos suburbanos enquanto 'cariocas'. Ou seja, do condicionamento destes sujeitos às questões de ordem administrativa da cidade – como contribuintes, votantes, etc – e a negação da constituição de uma identidade que extrapole aquele microterritório.

O que é importante destacar é a ambiguidade do corpo suburbano ante ao fluxo pela cidade, pois se ele é móvel para as obrigações cotidianas ligadas ao trabalho, sua identidade é fixada a partir dos bens relacionados ao local de sua residência, por isso pretende-se que esteja sedimentado no que se refere ao lazer. Rappin Hood demarca isso exemplarmente na música 'suburbano'.

Madruga, que Deus Abençoe a minha quebrada

Todo dia a 5 da manhã começa tudo de novo
Todo dia às 5 da manhã desperta meu povo
Suburbano, suburbano, suburbano
Suburbano, suburbano, suburbano

Acorda meu amigo, pois já chegou a hora
A hora da batalha, simbora
E da a caminhada até a estação
Com trem lotado e a marmita na mão
Olha o ambulante vendendo seus produtos
Paga 2 leva 3 e não se fala mais no assunto
Desce daí moleque você vai se machucar
Surfista de trem office-boy vai trabalhar
Jah que ilumine o seu dia a dia
Pois Jah ilumine o povo da periferia

Todo dia a 5 da manhã começa tudo de novo
Todo dia às 5 da manhã desperta meu povo
Suburbano, suburbano, suburbano
Suburbano, suburbano, suburbano

5 da manhã tudo começa é um novo dia
Deus que ilumine a periferia
Gente saindo pro trabalho nóia indo dormir
Noite e dia contrastes se liga aí
A garotada acordando pra ir para a escola
E vai saindo pra treinar o mano que joga bola
Percebo que a preta velha vai fazer café
E hoje ela canta Gil, anda com fé
E é na fé que eu vou, é hora de levantar
Mais uma jornada, vai nego trabalhar
Correr atrás do prejuízo pra sobreviver
Nessa terra que o pobre já perdeu
Eu vou até a padaria buscar pão e o leite
Fico sabendo que à noite morreu um caguete
Episódio ruim, é infelizmente
Mas quem mandou caguetar, problema dele
Na banca de jornal vejo as novas do dia
O dólar que subiu, o pai que matou a filha
No boteco a conversa sobre futebol
E a eterna briga se foi pênalti ou não
Penso um número pra apostar no jogo do bicho
Quem sabe levo uma sorte e levanto um níquel
Fico sabendo que a polícia já ta pela área
Coletando informações sobre a noite passada
Mas se perguntar pra mim, digo não sei de nada
Eu sou sossegado, sou da rapaziada
Eu nada vi, eu nada sei, eu nada falo, aí
Pra esses tipos de conversa eu me calo, eu vou
Eu vou contar o que acontece na minha quebrada
Se liga na parada
Vou contar o que acontece na minha quebrada

Zona sul de São Paulo essa é minha área
Eu vou contar o que acontece na minha quebrada
Se liga na parada
Vou contar o que acontece na minha quebrada
A zona sul é assim

Ouviram do Ipiranga é o que diz a história
Em minhas rimas, meu livro de memória
De um lado o asfalto, do outro o chão de terra
Conheço os bairro, conheço a favela
Eu to ligado o que acontece por lá
Vacilou já era então ratatá
To sossegado passo reto fujo do perigo
A minha cara é ir para casa, o melhor abrigo
To sem dinheiro, mas batalho com honestidade
Educação e consciência minha malandragem
Pedindo a Deus pra iluminar a minha caminhada
Olhando pelas minas, pela rapaziada
Minha quebrada, minha casa nunca esquecerei
Ali é meu lugar, ali me sinto bem
O lugar onde eu sempre serei só mais um mano
Rappin Hood é o suburbano aí
Eu sou sossegado, sou da rapaziada
Eu nada vi, eu nada sei, eu nada falo, aí
Pra esses tipos de conversa eu me calo, eu vou
Eu vou contar o que acontece na minha quebrada
Se liga na parada
Vou contar o que acontece na minha quebrada
Zona sul de São Paulo essa é minha área
Eu vou contar o que acontece na minha quebrada
Se liga na parada
Vou contar o que acontece na minha quebrada
A zona sul é assim aqui estou em casa
É, minha quebrada, minha casa
Um salve pras minas, um salve pra rapaziada
Rappin Hood na área
Suburbano sangue bom
Sempre naquela humildade
Suburbano
Sujeito Homem

Retrato do subúrbio paulistano, onde, ao contrário do Rio de Janeiro a Zona Sul é lida como região periférica, narra o cotidiano suburbano com o primeiro movimento de levantar-se cedo e apanhar a *condução* precária até o local de trabalho – deslocamento imposto pelo zoneamento da cidade para aquisição do sustento. Os elementos que descrevem o cenário são o café da 'preta velha', a morte do caguete, o jogo do bicho, a discussão sobre o futebol - próprios do imaginário suburbano convencional.

Essa tendência seletiva para o deslocamento (para o trabalho) e fixidez nas práticas de lazer, podem ser justificadas por diferentes fatores, quais sejam a indisposição aos longos deslocamentos de forma voluntária, como contraposição à obrigação deste fluxo para o trabalho; a simples preferência pelas atividades vicinais; ou ainda uma sensação de deslocamento e desconforto em determinados espaços, o que Bourdieu (1990), citando Goffman, diz se tratar de uma disposição para que as 'pessoas modestas' permaneçam 'modestamente em seu lugar', guardando certo distanciamento e evitando intimidades com pessoas de outras classes.

Ora, se o capital cultural é apreendido individualmente, na interação com outros corpos que ocupam posições semelhantes, os corpos (cada corpo) guardam em si toda a carga de estar inserido em determinado *habitus.* E é por isso que "as distâncias sociais estão [também] inscritas nos corpos, ou, mais exatamente, na relação com o corpo, com a linguagem e com o tempo." (BOURDIEU, 1990,p. 155)

3.8 Posse e ausência no jogo da distinção

Neste contexto, a alienação dos melhores resultados do seu trabalho, que é o usufruir da cidade enquanto obra, apontada por Lefebvre (1991), é compensada pela valorização da simplicidade, como uma forma de diferenciação promovida pelas classes populares de modo a contrapor a pretensão das classes dominantes: a concepção do simples como categoria afirmativa de distinção.

Tomando o bairro de Madureira como modelo para esta reflexão, verificamos que ao romantizar o estilo de vida suburbano, ressaltando as particulares de uma vida prosaica constituída justamente na ausência do luxo como um valor, a lógica da falta é invertida e se estabelece um tipo de distinção onde "menos é mais", como uma espécie de *resistência moral*. No limite de que quanto mais próximo do modesto, maior será sua importância:

Alô Madureira
Vou cantar para enfeitar
Coisas simples no meu verso
Pois só o simples é belo
E o belo simples será
Madureira

Uma bola de gude e uma atiradeira
Madureira
A faca empinada e o pião na fieira
Madureira
É um garoto levado pulando a fogueira
Madureira
E o sorriso da moça que é namoradeira
Madureira
Uma água de coco, uma rede, uma esteira
Madureira

Por detrás da janela uma lua, uma estrela
Madureira
Um golinho de cana como abrideira
Madureira
Um tutu de feijão e uma couve à mineira
Madureira
Uma água rolando lá da cachoeira
Madureira
A vela que se acende na segunda-feira
Madureira
É uma reza rezada pela rezadeira
Madureira
O pedido da mão de uma moça solteira
Madureira
Um chinelo de couro comprado na feira
A mulata que samba mexendo as cadeiras
Alô Madureira

Não por acaso, a canção mais representativa sobre o bairro na atualidade "Meu lugar", de Arlindo Cruz, refere-se a características que versam justamente sobre os símbolos de identidade do bairro: as atividades simples (jogo de lona, caipira e bilhar), a crença afro-brasileira (caminho de Ogum e Iansã), o trabalho (cercado de luta e suor), a contravenção (fezinha no grupo, dezena, centena e milhar), o jongo, as escolas de samba (Império e Portela também são de lá) e o Mercadão.

No entanto, esta narrativa é incorporada e também utilizada pelo poder público pra se referir à "capital do subúrbio da central", cito o depoimento do prefeito Eduardo Paes: "Tudo aqui é mágico, tudo aqui é poesia. Aqui é onde o povo dessa cidade encontrou sua identidade, no subúrbio é onde se fazem os grandes poetas daqui."(O GLOBO, 2015, p.1)

Para Souza,

> Os dicionários sociais produzidos por olhares classificatórios incutem a Madureira condições prévias: do samba, da alegria, e, por que não, de certa passividade na espera de melhorias do poder público, do que se contenta com a "quase orla". (SOUZA, 2015, p.152)

Observamos, nas narrativas sobre o Parque Madureira, que, se a 'cultura local' deve ser valorizada, a tradição é o elemento a ser evocado tendo o samba, das escolas de samba locais Império Serrano e Portela, como seu principal, e único, representante.

Ainda que o som ecoado pelos alto-falantes das lojas de rua, e mesmo nos quiosques do Parque Madureira, reproduza principalmente os estilos funk, pagode e charme; cabe ao samba o local da solenidade.

A reportagem "Um quê de orla às margens da linha do trem", sintetiza apropriadamente este sintoma, para tratar das comemorações do primeiro ano do Parque a narrativa é assim iniciada: "Já ensina o samba de Arlindo Cruz e Mauro Diniz que Madureira é sorriso, é paz e prazer. E, naturalmente, a nova atração do bairro que inspira verso e prosa não poderia deixar de estar imbuída desse espírito." (O GLOBO, 09 de junho de 2013).

Em local de destaque no Parque, são os 'escudos' da Portela e do Império Serrano que adornam o palco principal dedicado aos grandes eventos do Parque, chamado de praça do samba.

A cada inauguração de um equipamento, etapa de expansão ou evento de grande repercussão do Parque, sempre ao lado dos representantes do poder público, vemos a participação das escolas de samba locais, como se a sua presença buscasse conferir legitimidade, incluindo a participação da cultura local, valendo-se da manifestação cultural considerada mais relevante.

Essa associação é impressa a qualquer custo, vejamos outros três exemplos, a manchete: "Skate é o esporte que dá samba no Parque Madureira" (O GLOBO, 14 de janeiro de 2016); a seguinte chamada:

> Se Arlindo Cruz escrevesse hoje os versos de "Meu lugar", diria que Madureira também tem skate no pé. Fica no bairro da Zona Norte, um dos redutos do samba, a maior pista da América Latina e a melhor do Brasil, segundo a Confederação Brasileira de Skate (CBSk), para a prática do esporte. (EXTRA, 16 de janeiro de 2017)

E, por fim a seguinte imagem:

Figura 34 – O prefeito Eduardo Paes, Tia Surica e Bob Burnquist[178]

Percebam que nossa análise aqui não tem por objetivo contestar a manifestação do samba em si, mas observar e indagar o porquê de seu uso exclusivo pelos meios de comunicação oficiais como forma de criar conexões com o bairro de Madureira. Tal prática recorrente torna-se um limitador à imaginação, de novas possibilidades criativas do e no bairro, e, além disso, invisibilizam as demais manifestações existentes na região.

Madureira não é apenas um bairro do subúrbio, ele representa a síntese de uma região e do modo de vida a ela atrelado, distingue-se dos demais bairros pelos serviços do comércio e transporte, a presença de manifestações culturais de matriz africana, e por alcunhas que lhe conferem status: "Capital do subúrbio da Central", "Coração da Zona Norte", "Coração do subúrbio", "Berço do Samba".

---

[178]. 'Tia Surica se arrisca no skate, ao lado do prefeito Eduardo Paes e do skatista Bob Burnquist'. Autora: Márcia Foletto / Agência O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/parque-madureira-ganha-expansao-ate-honorio-gurgel-20050102

Por outro lado, esta ação de valorização do microterritório elabora uma distinção frente aos demais bairros, e em alguns casos, pode "jogar" com a linguagem própria do poder para constituir um novo tipo de autenticidade. Esquema ambíguo que evoca uma diferenciação frente ao grupo dominante, num argumento de pluralidade e distinção perante os outros agentes dominados.

Não poderia encerrar essa análise sem ressaltar que a valorização dos sentidos e dos elementos próprios da vida prosaica através do campo moral é apenas uma das táticas adotadas pelas classes mais modestas frente à opressão dos discursos hegemônicos que vinculam dignidade à posse de bens materiais.

A criação de mercados alternativos onde há produção de bens de consumo específicos, com circulação de renda diretamente entre as classes populares é também uma das práticas adotadas, onde um dos seus principais expoentes é a cadeia do hip hop, que fez emergir artistas, gravadoras, mecanismos de distribuição, divulgação e consumo próprios centrados no público da periferia, mas poderíamos citar também as feiras de produtos afro, dentre outras. São iniciativas que, apesar de não criar 'próprios' exclusivos, pois inseridas na lógica do mercado, buscam deslocar os fluxos do seu capital econômico e simbólico, já que impactam o imaginário sobre e da população periférica, em sua maioria formada por afrodescendentes. É evidente que novas manifestações sempre correm o risco de ser capturadas pelo mercado, transformando-as em mais um dos itens de seu sistema de produção.

Entendemos que as disputas entre inserção social pelo consumo e produção de dignidade são complexas e, portanto não podem ser tomadas sob um discurso único, nesse sentido a música "Vida Loka parte 2", do grupo de rap paulista "Racionais MC's" é um bom exemplo para refletir sobre essas contradições.

Firmeza total, mais um ano se passando
Graças a Deus a gente tá com saúde aí, morô?
Muita coletividade na quebrada, dinheiro no bolso
Sem miséria, e é nóis
Vamos brindar o dia de hoje
Que o amanhã só pertence a Deus, a vida é loka

Deixa eu fala procê
Tudo, tudo, tudo vai, tudo é fase irmão
Logo mais vamo arrebentar no mundão
De cordão de elite, 18 quilates
Poê no pulso, logo um Breitling
Que tal? Tá bom?
De lupa Bausch & Lomb, bombeta branco e vinho
Champagne para o ar, que é pra abrir nossos caminhos

Pobre é o diabo, eu odeio a ostentação
Pode rir, ri, mais não desacredita não
É só questão de tempo, o fim do sofrimento
Um brinde pros guerreiro, zé povinho eu lamento
Vermes que só faz peso na Terra
Tira o zóio
Tira o zóio, vê se me erra
Eu durmo pronto pra guerra
E eu não era assim, eu tenho ódio
E sei o que é mau pra mim
Fazer o que se é assim
Vida loka cabulosa
O cheiro é de pólvora
E eu prefiro rosas
E eu que
Sempre quis um lugar

Gramado e limpo, assim, verde como o mar
Cercas brancas, uma seringueira com balança
Disbicando pipa, cercado de criança

How, how Brown
Acorda sangue bom
Aqui é Capão Redondo, tru
Não é o Pokemón
Zona sul é o invés, é stress concentrado
Um coração ferido, por metro quadrado
Quanto mais tempo eu vou resistir
Pior que eu já vi meu lado bom na U.T.I
Meu anjo do perdão foi bom
Mas tá fraco
Culpa dos imundo, do espírito opaco
Eu queria ter, pra testar e ver
Um malote, com glória, fama
Embrulhado em pacote
Se é isso que 'cês quer
Vem pegar
Jogar num rio de merda e ver vários pular
Dinheiro é foda
Na mão de favelado, é mó guela
Na crise, vários pedra-noventa esfarela
Eu vou jogar pra ganhar
O meu money, vai e vem
Porém, quem tem, tem
Não cresço o zóio em ninguém
O que tiver que ser
Será meu
Tá escrito nas estrelas
Vai reclamar com Deus
Imagina nóis de Audi
Ou de Citrõen
Indo aqui, indo ali
Só pam
De vai e vem
No Capão, no Apurá, vô colar
Na pedreira do São Bento
Na fundão, no pião
Sexta-feira

De teto solar
O luar representa
Ouvindo Cassiano, há
Os gambé não guenta
Mas se não der, nêgo
O que é que tem
O importante é nós aqui
Junto ano que vem
O caminho
Da felicidade ainda existe
É uma trilha estreita
Em meio à selva triste
Quanto cê paga
Pra ver sua mãe agora
E nunca mais ver seu pivete ir embora
Dá a casa, dá o carro
Uma Glock, e uma FAL
Sobe cego de joelho
Mil e cem degraus
Crente é mil graus
O que o guerreiro diz
O promotor é só um homem
Deus é o juiz
Enquanto Zé Povinho
Apedrejava a cruz
E o canalha, fardado
Cuspiu em Jesus
Oh, aos 45 do segundo arrependido
Salvo e perdoado
É Dimas o bandido
É loko o bagulho
Arrepia na hora
Oh, Dimas, primeiro vida loka da história
Eu digo: Glória, glória
Sei que Deus tá aqui
E só quem é
Só quem é vai sentir
E meus guerreiro de fé
Quero ouvir, quero ouvir
E meus guerreiro de fé
Quero ouvir, irmão
Programado pra morrer nós é
Certo é certo é crer no que der, firmeza?
Não é questão de luxo
Não é questão de cor
É questão que fartura
Alegra o sofredor
Não é questão de preza, nêgo
A ideia é essa
Miséria traz tristeza e vice-versa
Inconscientemente vem na minha mente inteira
Na loja de tênis o olhar do parceiro feliz
De poder comprar o azul, o vermelho
O balcão, o espelho
O estoque, a modelo, não importa
Dinheiro é puta e abre as portas
Dos castelos de areia que quiser
Preto e dinheiro, são palavras rivais
E então mostra pra esses cú
Como é que faz
O seu enterro foi dramático
Como um blues antigo
Mas de estilo, me perdoe, de bandido
Tempo pra pensar, quer parar
Que cê quer?
Viver pouco como um rei ou muito, como um Zé?
Às vezes eu acho que todo preto como eu
Só quer um terreno no mato, só seu
Sem luxo, descalço, nadar num riacho
Sem fome, pegando as frutas no cacho
Aí truta, é o que eu acho
Quero também, mas em São Paulo
Deus é uma nota de R$100
Vida Loka!

Porque o guerreiro de fé nunca gela
Não agrada o injusto, e não amarela
O Rei dos reis, foi traído, e sangrou nessa terra

Mas morrer como um homem é o prêmio da guerra
Mas ó, conforme for, se precisa, afoga no próprio sangue, assim será
Nosso espírito é imortal, sangue do meu sangue
Entre o corte da espada e o perfume da rosa
Sem menção honrosa, sem massagem

A vida é loka, nêgo
E nela eu tô de passagem
A Dimas, o primeiro
Saúde guerreiro!
Dimas, dimas, dimas

Há diferentes campos em disputa abordados na letra de Mano Brown, o primeiro é o da própria linguagem, que despreza a norma 'culta' utilizando palavras de baixo calão e de gírias cuja compreensão é restrita àqueles imersos no mesmo círculo, criando um alvo de comunicação prioritário; além disso, é elaborada principalmente para ser ouvida acompanhada das suas batidas, pois ali esta expressa camada fundamental da sua experimentação, ou seja, o canal de comunicação principal não é a forma escrita[179].

A narrativa, repleta de ambiguidades trata dos limites do consumo, vida simples e sensação de integração social refletindo sobre os parâmetros do que é ser bem sucedido.

Enquanto passagens como: "logo mais vamo arrebentar no mundão, de cordão de elite, 18 quilates, põe no pulso, logo um Breitling" nos remete à ostentação dos rappers que buscam contrapor a ideia de 'despossessão' imputada aos artistas de origem humilde, e reforçada com "preto e dinheiro, são palavras rivais, então mostra pra esses cú, como é que faz", fala do desejo de consumo como forma de inclusão.

Não descarta, no entanto, certo desprezo pelo desejo desenfreado pela posse: "eu queria ter, pra testar e ver, um malote com glória, fama, embrulhado em pacote. Se é isso que 'cês' quer vem pegar, jogar num rio de merda e ver vários pular".

Contemporiza esta dicotomia, já que numa sociedade capitalista os bens materiais proporcionam satisfação: "É questão que fartura alegra o sofredor; não é questão de preza, nego a ideia é essa: miséria traz tristeza e vice-versa."

Aponta o valor de outros valores, não baseados no capital "Mas se não der, nego, o quê é que tem? O importante é nós aqui, junto ano que vem"; "Quanto 'cê' paga pra ver sua mãe agora e nunca mais ver o seu pivete ir embora? Dá a casa, dá o carro, uma glock, e uma fal, sobe cego de joelho mil e cem degraus".

[179].Compartilho aqui o link do videoclipe da música: https://www.youtube.com/watch?v=Fu5kcgz73TY. Lembrando que 'rap' é a contração dos termos ritmo e poesia, do inglês *rhythm and poetry.*

E indaga ainda sobre as suas possibilidades, considerando que está inserido em uma grande metrópole: “Que ‘cê’ quer? Viver pouco como um rei ou muito como um Zé? Às vezes eu acho que todo preto como eu só quer um terreno no mato, só seu. Sem luxo, descalço, nadar num riacho, sem fome, pegando as frutas no cacho. Aí truta, é o que eu acho, quero também, mas, em São Paulo, Deus é uma nota de cem.”

A dualidade entre ‘ser’ e ‘ter’ é um paradoxo elaborado por aqueles que detêm o poder de criar e intervir nas condições estruturantes de nossa sociedade; a sensação de fracasso que se busca imprimir àqueles com menos posses só pode se sustentar a partir da concepção, criada pelos primeiros, que a posse, o ‘próprio’, é condição para felicidade e realização. É preciso considerar, contudo, as diferenças entre bem viver e sucesso – o que você quer? - nos pergunta Mano Brown.

Nosso ponto aqui é que a tática é a subversão dessa lógica justamente porque sua finalidade não é a criação de outros campos de domínio, repetindo o modelo hegemônico, mas a da transformação da vivência no contexto em que nos encontramos.

Deixamos aqui a frase de Malatesta que enriquece essa reflexão:

> Somos, todos sem exceção, obrigados a viver, mais ou menos, em contradição com nossas ideias; mas somos socialistas e anarquistas precisamente na medida em que sofremos esta contradição e que procuramos, tanto quanto possível, torná-la menor. No dia em que nos adaptássemos ao meio, não mais teríamos, é óbvio, vontade de transformá-lo, e nos tornaríamos simples burgueses; burgueses sem dinheiro, talvez, mas não menos burgueses nos atos e nas intenções. (MALATESTA, 2008, *apud* GELAIN, 2017)

Conclusão

Concluímos nosso percurso com a constatação de que as diferenças na localização e na qualidade do mobiliário urbano, natural e construído, da cidade são elaborados pelos agentes sociais conforme sua intenção de fundar, manter ou dissolver um lugar de poder.

Nesse sentido, a definição de Certeau é assertiva ao denotar que a propriedade do 'próprio' é simultaneamente instituída por "lugares teóricos (sistemas de discursos totalizantes)" e que estes articulam "lugares físicos onde as forças se distribuem" (CERTEAU, 1998, p. 102), evidenciando as imbricações entre produção de sentidos e materialidade.

As disputas entre os agentes aqui analisadas sobre a oposição 'tática x estratégia', mostram que, de um lado a classe hegemônica - proprietária dos principais aparatos de produção simbólica (os grandes meios de comunicação e entretenimento) associada àquela detentora dos meios de organização do espaço (o estado e sua autoridade para construção ou demolição de objetos, e o uso da força policial e militar) e econômicos – procura distinguir-se pela exclusividade do acesso a certos bens sociais raros, sendo uma das estratégias adotadas a criação de outros equipamentos e a difusão da ideia de que estes, embora constituídos sobre outros parâmetros, provocariam experiências e sentidos semelhantes àqueles circunscritos exclusivamente ao seu círculo.

A produção destes outros equipamentos de forma mimética, invocando indiretamente a uma matriz do modelo hegemônico, reforça ainda a sua superioridade por se constituir como original. Os discursos elaborados pelos agentes hegemônicos buscam dirimir essas incongruências que revelam o exercício dos seus interesses de classe.

Por outro lado, as classes populares desprovidas daqueles poderes acima enumerados, valem-se de táticas que buscam ressignificar os sentidos conferidos aos espaços pelas classes hegemônicas, subvertendo o seu significado e seus usos.

A tática mostra-se como ferramenta de autonomia justamente por não reproduzir a lógica do sistema hegemônico, criando novos espaços de querer e poder, novos próprios, outras propriedades. É perspicaz no reconhecimento de sua fragilidade, pois, como vimos, até a aquisição da propriedade privada, a casa própria, pode vir a ser dissolvida, de acordo com a localização da habitação e o capital de seus moradores; e autêntica por negar o ajuste ao sistema, produzindo modos de agir assimétricos, conforme proposto por Holloway (2013).

Ainda segundo este autor,

> embora não devamos enxergar a fissura como um meio para um fim, há sempre uma insuficiência nela, uma incompletude, uma inquietação. Uma fissura não é um passo no caminho para a Revolução, mas uma abertura. (HOLLOWAY, 2013, p. 38)

Entendo que provocar fissuras (Holloway, 2013) é o objetivo da tática (Certeau, 1998); tratam-se de iniciativas que não buscam derrubar a lógica dominante de uma só vez, mas vão 'minando' as suas estratégias de forma fragmentada, reconstruindo-a por dentro, agindo naquilo que lhes é possível.

Agindo 'nas brechas' do campo, sem, no entanto reconfigurá-lo, reinterpretando os discursos hegemônicos ou não os tornando críveis (Certeau, 2012), o que as classes populares buscam não é constituir um novo 'próprio', mas, elaborar um imaginário positivo do seu modo de ser, e dos bens atrelados à suas condições sociais de existência, de forma dignificante, onde

> a dignidade é a afirmação imediata da subjetividade negada, a afirmação, contra um mundo que nos trata como objetos e nega nossa capacidade de determinar as nossas próprias vidas, de que somos sujeitos capazes e merecedores de decidir por nós mesmos. (HOLLOWAY, 2013, p. 42)

Pretende-se com isso forjar um sentido de diversidade de modos vida mais solidário, onde o diferente – o não hegemônico – não se constitua na prerrogativa da inferioridade.

Deixo aqui ainda algumas questões para reflexão, sem a pretensão de obter respostas imediatas.

Pensar nas transformações sofridas na Vila das Torres e por seus moradores, passa necessariamente por uma acepção de vivência não apenas 'no', mas 'do' território, de forma que aqueles que lá viviam elaboravam as suas formas de existência 'enraizada' a ele. Essa questão me parece especialmente relevante, demandando maior aprofundamento, uma vez que este sentido choca-se com a lógica de cidade – global/mercadoria/olímpica – que é pautada nas experiências próprias dos fluxos, das identidades fragmentadas e em trânsito. O que esta

lógica dá a entender, sobretudo quando associada ao remanejamento dos corpos de forma arbitrária pelo espaço urbano, como observado na promoção de remoções para 'requalificação' dos espaços, é que os 'seres urbanos' são despojados de laços mais profundos com os territórios por eles habitados. Quando entendemos que as transformações no espaço devem levar em consideração o modo como os seres se constroem no território, independente da sua localização.

Outro ponto para reflexão é: os "melhoramentos urbanos" - utilizando aqui a noção de melhoramento associada à proximidade dos bens sociais raros - precisam ser sempre elaborados na prerrogativa de que a melhoria da qualidade de vida de uns está atrelada à destruição de vínculos de outros? Durante esta pesquisa senti falta de marcos teóricos e de modelos de planejamento urbano onde a intervenção numa área não significasse também o desencadeamento de processos de gentrificação. Seria a gentrificação não uma consequência, mas uma condição de todas as intervenções urbanas no território? Como proporcionar aos moradores das periferias acesso próximo aos bens sociais raros, sem com isso provocar a expulsão de parte desta população para áreas ainda mais distantes e/ou degradadas?

De forma associada às questões anteriores, penso que é preciso ainda rever os limites entre estatal, público e comum.

Vimos que espaços que se pretendem 'públicos' são, na verdade, geridos por organizações estatais – já que entendidos sob a lógica da coalizão urbana, onde o sentido de público é deslocado.

Interessante assinalar, que a definição de 'comum' apresentada por Negri:

> "para além da propriedade pública, a definição jurídica do comum é aquela que possibilita fazer atuar dentro do caráter público a construção de espaços comuns reais, que são estruturas comuns, e fazer atuar nesses espaços de vontade e decisão, o desejo e a capacidade de transformação das singularidades." [*grifos nossos*] (NEGRI, 2005, p. 5)

Acredito que a necessidade de elaboração de *táticas* seriam sensivelmente reduzidas se os espaços fossem organizados sob a prerrogativa do 'comum'. O comum seria uma forma mais participativa de uso do espaço, como vimos proliferar recentemente nas atividades promovidas por coletivos, grupos culturais, rodas de rimas, artistas de rua, enfim agentes que passam a ocupar os espaços públicos objetivando a sua ressignificação, o aumento de espaços de distribuição cultural, compartilhamento de pautas, novos circuitos, tendo como cerne o restabelecimento do sentido de que o espaço público é de responsabilidade de "todos" e não exclusivo do poder público e afastado da população.

Índice de Entrevistas

- Entrevista 1: Sr. Nogueira, morador da Vila das Torres, agricultor, 84 anos. Data: 09 de março de 2017.
- Entrevista 2: Dona Marta, ex-moradora da Vila das Torres, comerciante, 63 anos. Data: 20 de março de 2017.
- Entrevista 3: Sr. Siqueira, ex-morador da Vila das Torres, feirante. Data: 20 de março de 2017.
- Entrevista 4: Sebastião, ex-morador da Vila das Torres, feirante. Data: 20 de março de 2017.
- Entrevista 5: Luciana, 39 anos, desempregada, usuária do Parque Madureira. Data: 17 de junho de 2017.
- Entrevista 6: Daiane, administradora da Nave do Conhecimento do Parque Madureira. Data: 14 de junho de 2017.
- Entrevista 7: Sr. Esteves, 96 anos, aposentado, frequentador do Parque Madureira. Data: 17 de junho de 2017.
- Entrevista 8: Dirce, 56 anos, pensionista, frequentadora do Parque Madureira. Data: 07 de abril de 2017.
- Entrevista 9: Marcela, 32 anos, assistente de departamento pessoal, frequentadora do Parque Madureira. Data: 07 de abril de 2017.
- Entrevista 10: Mauricio, 53 anos, comerciário, skatista, frequentador do Parque Madureira. Data: 17 de junho de 2017.
- Entrevista 11: Fernanda, 19 anos, estudante, skatista, frequentadora do Parque Madureira. Data: 14 de junho de 2017.
- Entrevista 12: Rafael, 33 anos, monitor da pista de skate do Parque Madureira. Data: 14 de junho de 2017.
- Entrevista 13: Gustavo, 44 anos, motociclista, skatista, frequentador do Parque Madureira. Data: 17 de junho de 2017.
- Entrevista 14: Marli, 58 anos, promotora de vendas, frequentadora do Parque Madureira. Data: 07 de abril de 2017
- Entrevista 15: Lucas, 37 anos, skatista, frequentador do Parque Madureira. Data: 17 de junho de 2017.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Mauricio. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar/Ibam, 1988.

- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

- BARATTA, Alessandro. **Filósofo de uma Criminologia Crítica**, in RAMOS, Silvia (Org) Midia e Violência. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994

- BARCELLOS, V. Q. **Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília**. (Tese) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

- BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Brasiliense, 1981

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

- BONELLI, Mauro Chagas. **Sustentabilidade em Obras Públicas: O Caso do Parque Madureira**. (Dissertação) Mestrado em Engenharia Ambientas, PUC-RIO, 2013

- BORGES, Marília Vicente. **O zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação**. Tese (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Porto Alegre: Zouk, 2013.

- BOURDIEU, Pierre. **Efeitos de lugar, em A miséria do mundo**.Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

- BRAGA, Roberta Chaves. **Direito de propriedade e a Constituição Federal de 1988**. Monografia (Especialização em Direito Constitucional) - Escola Superior da Magistratura, Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Fortaleza, 2009.

- BRITO, João Felipe Pereira. **Mudança, Memória e Tradição no Rio de Janeiro: o bairro Madureira cantado, evocado e em disputa**. Disponível em: http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br/texto.php?id_texto=22. Acessado em: 08/09/2015

- CARNEIRO, PABLO DE O. **Discursos na paisagem – Parque do Flamengo x Parque Madureira**. 3° COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL,

PATRIMÔNIO E PROJETO - DESAFIOS E PERSPECTIVAS, Belo Horizonte, 2014. Disponível em:
http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/artigos/pdf/112.pdf

- CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSFOGUEL, Ramon. El giro decolonial – Reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

- CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 2012.

- CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

- COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS NO RIO DE JANEIRO. **Vila Autódromo um bairro marcado para viver**. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/vila-autodromo/ Acessado em: 10/11/2016.

- CORREIO DO BRASIL. Eduardo Paes afirma que 'legado olímpico é para os pobres'. Disponível em:http://www.correiodobrasil.com.br/eduardo-paes-afirma-que-legado-olimpico-e-para-os-pobres/. Acessado em: 04/05/2017.

- CRUZ, Aline Torres Dias. **Suburbanização e Racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920).** Dissertação (Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro: 2007.

- DATAFOLHA, JLeiva Cultura & Esporte e Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. **Hábitos Culturais dos Cariocas**, 2013.

- DOMINGUES, João Luiz Pereira. **A diversidade atrofiada: políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes na cidade do Rio de Janeiro**. (Tese) Doutorado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio – Rio de Janeiro 1858|1945**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

- FERREIRA; A. D. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: o caso do passeio público da cidade do Rio de Janeiro**. (Dissertação) Mestrado em Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson e VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985

- FRAGA, Annelise Caetano; SANTOS, Miriam de Oliveira. **Madureira, capital dos subúrbios (1940-1960): carnaval e comércio na produção de uma comunidade imaginada**. Revista Iluminuras (Porto Alegre) , v. 16, p. 11-31, 2015.

- G1. **Parque de Madureira, no Rio, recebe expansão com praia**. Disponível em http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/parque-de-madureira-no-rio-recebe-expansao-com-praia.html. Acessado em 13/10/2015.

- G1. **Prefeito Eduardo Paes admite problemas, mas destaca capacidade de reação do Rio**. Disponível em:http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/08/prefeito-eduardo-paes-da-nota-10-para-olimpiada.html. Acessado em: 04/05/2017

- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios da geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

- GRANJA, Patrick. **9.633 moradias serão derrubadas por Paes e Cabral**. Disponível em: http://anovademocracia.com.br/no-76/2903 Acessado em : 10/11/2016

- GROSFOGUEL, Ramon. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Critica de Ciências Sociais, 80, Março 2008. Disponível em: http://www.eurozine.com/articles/article_2008-07-04-grosfoguel-pt.html. Acessado em: 07/05/2016.

- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios à mutiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. ETC, espaço, tempo e critica. n° 2 (4), vol. 1, agosto 2007.

- HALL, Stuart. **Notas sobre a desconstrução do "popular"** . In:Da diáspora: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org). Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.p. 247- 264.

-HARVEY, David. **A produção capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

- HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave**. In: Revista GEOgraphia, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2013. Disponível em < http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/551>.

- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

- Instituto Pereira Passos. Armazém de Dados. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/indice/flanali.asp?codpal=811&pal=POPULA%C7%C3O .

Acessado em: 20/08/2013.

- JUNIOR , Helcio de Medeiros; JUNIOR João Grand. **Distribuição dos empregos formar na cidade do Rio de Janeiro em 2008: uma análise espacial.** IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2938_Distribui%C3%A7%C3%A3o%20dos%20empregos%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20em%202008.pdf . Acessado em : 15/08/2016.

- KAISER, ANNA JEAN. **Legacy of Rio Olympics So Far Is Series of Unkept Promises**. Disponível em: https://www.nytimes.com/2017/02/15/sports/olympics/rio-stadiums-summer-games.html?_r=1 Acessado em: 08/06/2017.

- LEFÈBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991

- LOPES, Edmilson Alves; ANDRADE, Aparecido Ribeiro. **O papel do planejador nas cidades: uma reflexão sobre o valor de uso e o valor de troca do solo urbano**. Em http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/98.pdf . Acessado em: 05/08/2016.

- PUFF, Jefferson. **Paes ataca 'dono da Barra': 'Não entendeu significado dos Jogos para o Rio'**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150815_entrevista_eduardo_paes_hb_jp. Acessado em: 05/04/2017

- KLIASS, R. G. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993

- MADUREIRAON. **Paes promete construir em Madureira a terceira maior área de lazer do Rio.** Disponível **em:** https://madureiraon.wordpress.com/ Acessado em: 04/05/2017]

- MAGNOLI, Miranda Martinelli. **O Parque no Desenho Urbano**. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 21 - São Paulo - p. 199 – 214, 2006

- MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982

- MARTINS, Ronaldo Luiz. **Mercadão de Madureira: caminhos de comércio.** Rio de Janeiro: Condomínio do Entreposto Mercado do Rio de Janeiro, 2009.

- MARX, Karl. **Theories of Surplus Value** (Londres, Lawrence and Wishart, 1969), parte 2, p. 43-4.

- MAYMONE, Marco Antonio de Alencar. **Parques urbanos – origens, conceitos, projetos, legislação e custos de implantação. Estudo de caso: Parque das nações indígenas de Campo Grande.** (Dissertação) Mestrado em Tecnologias Ambientais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,2009

- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca na sociedade arcaica**. In:Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naif, 2007

- MENDONÇA, Kleber. **O RJTV e a (re)urbanização do Rio: uma cartografia da violência no discurso telejornalístico de pacificação**.Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, 2011

- MOTA, Leonardo de Araujo. **Dádiva e sociabilidade no Brasil**. Revista Anthropológicas, ano 6, volume 13(2): 107-123 (2002).

- MOURA, Athos**. No calor de Rocha Miranda, de olho na 'praia' do futuro**. Disponível em http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-01-16/no-calor-de-rocha-miranda-de-olho-na-praia-do-futuro.html. Acessado em 10/06/2015.

- MOURA, Amanda. **Para celebrar 2013 na Zona Norte.** Disponível em http://oglobo.globo.com/rio/para-celebrar-2013-na-zona-norte-7152978#ixzz3aW5rjuPo. Acessado em 08/04/2015.

- MUMFORD, Lewis. **A cidade na história : suas origens, transformações e perspectivas.** São Paulo: Martins Fontes/Universidade de Brasília, 1982, p. 410

- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Livro sobre remoções desagrada prefeito do Rio. Disponível em: http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=1285:livro-sobre-remo%C3%A7%C3%B5es-desagrada-prefeito-do rio&Itemid=164&lang=en#. Acessado em: 04/04/2017.

- O DIA. **Eduardo Paes inaugura praia artificial na Zona Norte do Rio**. Disponível em: http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-10-12/eduardo-paes-inaugura-praia-artificial-na-zona-norte-do-rio.html. Acessado em 13/10/2015.

- OLIVEIRA, João Pacheco. **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Editora Pontes: Campinas, 2009.

- ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983

- OUCHANA, Giselle. **Motoristas cariocas desperdiçaram 165 horas no trânsito ano passado**. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/cariocas-desperdicaram-165-horas-no-transito-ano-passado-18931153 . Acessado em: 15/08/2016.

- PERES ,Fabio de Faria; MELO, Victor Andrade de. **Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.efdeportes.com/efd93/rio.htm. Acessado em 20/05/2013.

- PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: Editora Estampa,1975.

- REZENDE, V. **Planejamento Urbano e Ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

- REZENDE, R. et al. **Parque de Madureira Rio+20**. [S.l.]: RRA, 2012. Disponível em: http://www.rra.com.br/projetos/parque-madureira-rio-20. Acessado em: 06/08/2016

- RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar n 16** , de 04 de junho de 1992. Dispõe sobre a política urbana do município institui o plano diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro, e da outras providências. Disponível em : http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/573ad0b372ea8c96032564ff00629eae/758414dfee085d47032577220075c7e4?OpenDocument . Acessado em: 10/10/2016.

- RIO DE JANEIRO. **Rio Lei Orgânica do Município**. - Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, 2010.

- ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

- ROUSSEAU, Jean Jaques. Discursos sobre a origem da desigualdade. 1755. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000053.pdf 1755. Acessado em: 10/04/2017

- SAINT-HILARIE. **A viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002:237-280.

- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp, 2012.

-SANTOS, Joaquim Ferreira. **Gente diferenciada**. Disponível em:http://joaquimferreiradossantos.blogspot.com.br/2011/05/gente-diferenciada.html. Acessado em 04/06/2015.

- SERPA, A. S. P. **Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea**. In: Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa, Silvana Maria Pintaudi. (Org.). A cidade contemporânea - Segregação espacial. 1ed.São Paulo: Editora Contexto, 2013, v. , p. 169-188.

- SILVA, Janaína Barboss; PASQUALETO, **Antônio. Caminho dos parques urbanos brasileiros: da origem ao século XXI**.Estudos, Goiânia, .v. 40, n. 3, p. 287-298, jun./ago. 2013.

- SOARES, Danielle Martins Trotta. Parque **Madureira: requalificação da paisagem urbana.** Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Dissertação) Mestrado Engenharia Urbana

Rio de Janeiro, 2015.

- SOARES, Renan C. P. **A Reforma Pereira Passos e a Política de Eduardo Paes**. Disponível em: http://guildaescritores.blogspot.com.br/2013/11/a-reforma-pereira-passos-e-politica-de.html Acessado em: 05/11/2016

- SOUSA, Mônica C. P. **Pode o subúrbio falar? – a dislexia discursive como estratégia de silenciamento e enquadramento de vozes**. (Tese) Doutorado em Comunicação Social, Ppgcom, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

- SOUZA, Marcelo Lopes. **Semântica urbana e segregação: Disputa simbólica e embates politicos na cidade empresarialista.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida et al. (orgs.): A cidade contemporânea: Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

- SOUZA, Raphaella Santos. **Espaço e comunidade em face de grande projetos públicos: o deslocamento involuntário de moradores/agricultores de Vila das Torres, Madureira (Rio de Janeiro)**. Dissertação (Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituo de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

- TABAK, Flávio. **Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem ás transformações feitas por Pereira Passos.** Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676 Acessado em: 07/09/2016.

- TV Globo/RJ TV. **Praça Mauá será inaugurada no domingo (6), após quatro anos de interdição.** Disponível em: http://globotv.globo.com/rede-globo/rjtv-1a-edicao/v/praca-maua-sera-inaugurada-no-domingo-6-apos-quatro-anos-de-interdicao/4445707/. Acessado em 11/09/2015.

- VAINER, Carlos. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), vol. 14.2011. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf . Acessado em: 10/06/2016.

- ZUAZO, Pedro. **Vai dar praia em Madureira**. Disponível em: http://extra.globo.com/noticias/rio/vai-dar-praia-em-madureira-novidade-no-parque-sera-inaugurada-no-dia-da-crianca-17412477.html . Acessado em 20/09/2015.